SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PALMAS
CURSO DE FILOSOFIA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

Palmas

Março de 2018

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PALMAS
LICENCIATURA EM FILOSOFIA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

Este documento tem como objetivo apresentar as estratégias didáticas e pedagógicas adotadas pelo Curso de Licenciatura em Filosofia, pelo Campus Universitário de Palmas da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Redação dos professores: Fábio Duarte; José Manoel Miranda; João Paulo Simões Vilas Bôas; Juliana Santana de Almeida; Roberto Antônio Penedo do Amaral; Roberto Francisco de Carvalho

Palmas
Março de 2018

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PALMAS
LICENCIATURA EM FILOSOFIA

Administração Superior

Luís Eduardo Bovolato

Reitor

Ana Lúcia de Medeiros

Vice-reitora

Jaasiel Lima

Pró-reitoria de Administração e Finanças

Vânia Maria de Araújo Passos

Pró-reitoria de Graduação

Raphael Sanzio Pimenta

Pró-reitoria de Pesquisa

Maria Santana Milhomem

Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

Kherlley Caxias Batista Barbosa

Pró-reitoria de Assuntos Estudantis

Eduardo Andrea Lemus Erasmo

Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento

SUMÁRIO

1 CONTEXTO INSTITUCIONAL 6
1.1 Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT) 6
1.2 A UFT no Contexto Regional e Local 8
1.3 Perfil Institucional 9
1.4 Missão Institucional 10
1.5 Estrutura Organizacional 12
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO 14
2.1 Nome do Curso 14
2.2 Modalidade do curso 14
2.3 Endereço do Curso 14
2.4 Número de Vagas 15
2.5 Turno de Funcionamento 15
2.6 Direção do Campus 15
2.7 Coordenador das áreas das áreas de Filosofia e Teatro 20
2.8 Relação Nominal dos Membros do Colegiado 20
2.9 Comissão de elaboração do PPC de Filosofia 20
2.10 Histórico do curso: sua criação e trajetória 21
3 BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL 22
3.1 A construção de um currículo interdisciplinar: caminhos possíveis 25
3.2 Desdobrando os ciclos e os eixos do projeto 32
3.3 A interdisciplinaridade na matriz curricular do Curso 32
3.4. Formas de Ingresso e Mobilidade entre Cursos 45
4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 36
4.1 Projeto Pedagógico do Curso 36
4.1.1 Justificativa 36
4.1.2 Objetivo da área de conhecimento do Curso 37
4.1.3 Objetivo geral e objetivos específicos do Curso 37
4.1.4 Perfil profissiográfico 40
4.1.5 Competências, atitude e habilidades 41
4.1.6 Campo de atuação profissional 42
4.1.7 Organização curricular 42
4.1.7.1 Ciclo de Formação Geral (Ciclo I) 43
4.1.7.2 Ciclo de Formação Profissional (Ciclo II) 46
4.1.7.3 Ciclo de Formação Avançada, Pós-graduação (Ciclo III) 50
4.1.7.4 Estrutura curricular interdisciplinar 50
4.1.7.5 Estrutura Curricular 53
4.1.7.6 Elenco de disciplinas 60
4.1.8 Interface pesquisa e extensão 92
4.1.9 Interface com programas de fortalecimento do ensino 93
4.1.10 Interface com as Atividades Complementares 94
4.1.11 Prática e Estágio Curricular 94
4.1.12 Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Matrizes culturais da Amazônia e Matrizes da Cultura Africana 96
4.1.13 Avaliação da Aprendizagem, do curso e da Instituição 96
5 CORPO DOCENTE, DISCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO 100
5.1 Formação acadêmica e profissional do corpo docente 100
5.2 Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo 103
6 INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS 104

6.1 Estrutura física geral do *Campus* de Palmas 104
6.2 Biblioteca 105
6.2.1 Administração e serviços 108
6.3 Laboratórios e Núcleos 108
6.3.1 Laboratório de Ensino de Filosofia 109
6.3.2 Laboratórios de informática 111
6.4 Recursos audiovisuais 111
6.5 Acessibilidade para portador de necessidades especiais 111
6.6 Sala de Direção do *Campus* e Coordenação do Curso 112
6.7 Futuras Instalações no Campus de Palmas 112
6.8. Centro Universitário Integrado de Ciência, Cultura e Arte ï CUICA..... 112

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....113

ANEXOS 116
Anexo I Normativa de Atividades Complementares 117
Anexo II Regulamento do estágio obrigatório e não-obrigatório do curso de licenciatura em Filosofia 123
Anexo III Regimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Filosofia.....128
Anexo IV Manual de Biossegurança.....138

1. CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1 Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins, mantida pelo estado do Tocantins.

Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato Costa Souza, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor Doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em abril de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, à época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor *pro tempore* da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabeleciam funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse dos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de *Campi* da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicado uma nova comissão de implantação pelo

Ministro Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor *pro tempore* o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o professor Mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG, para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral, o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (Unitins), que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a escolha do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Kardec Martins Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o Ministro da Educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à escolha do Reitor e Vice-Reitor da UFT, conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior por meio da análise de lista tríplice.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do parecer do CNE/CES nº. 041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (Unitins). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos, como equipamentos e estrutura física dos *campi* já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista do povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa instituição social voltada para a produção e difusão de

conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da nação.

1.2 A UFT no Contexto Regional e Local

O Tocantins se caracteriza por ser um estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que promovam o ser humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

A UFT tem uma estrutura *multicampi* com 7 (sete) *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do estado (Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis), que oferecem diferentes cursos voltados para a realidade local. Nesses *campi*, além da oferta de cursos de Graduação e Pós-graduação que oportunizam à população local e próxima o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno uma formação integral. Levando-se em consideração o desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação, Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do estado, demonstrando sobretudo o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida.

As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas. As ocupações do estado pelos indígenas, afrodescendentes, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da região amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de

transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins ï Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o estado como uma região de ecótonos.

O Tocantins possui uma população heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva.

1.3 Perfil Institucional

De acordo com o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins (arts. 1º e 2º), a UFT é uma entidade com personalidade jurídica de direito público, instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação. É uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com a legislação vigente.

A Universidade norteia-se pelos princípios estabelecidos no seu Estatuto, tais como:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, desenvolvendo-se, desse modo, o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, bem como comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

A UFT, com seus sete *campi*, tem uma dimensão que abrange todo o estado do Tocantins. É a mais importante instituição pública de ensino superior do estado, em termos de dimensão e desempenho acadêmico. Essa sua grande dimensão fica patente ï em números aproximados* ï 886 professores efetivos e substitutos e 643 técnicos administrativos. Até o ano de 2014, a Universidade oferecia 46 cursos de graduação e 18 programas de mestrado e 3 de doutorado reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior ï CAPES, além de 81 cursos de especialização *lato sensu*.

(*) Fonte: Dados fornecidos pelo documento ñUFT em Números ò, de 2014.

1.4 Missão Institucional

O Planejamento Estratégico - PE (2014 ï 2022), o Projeto Pedagógico Institucional ï PPI (2007) e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2016-2020), aprovados pelos Conselhos Superiores, definem que a missão da UFT é ñFormar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal ò e, como visão ñSer reconhecida nacionalmente até 2022, pela excelência no ensino, pesquisa e extensão ò.

Em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI (2007), com vistas à consecução da missão institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, e todos os esforços dos gestores, comunidade docente, discente e administrativa deverão estar voltados para:

* o estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;

* a formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;

* o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;

* a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

* a busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

* o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

* a promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Como forma de orientar, de forma transversal, as principais linhas de atuação da UFT (PPI, 2007 e PE 2014-2022), foram eleitas quatro prioridades institucionais:

a) Ambiente de excelência acadêmica: ensino de Graduação regularizado, de qualidade reconhecida e em expansão; ensino de Pós-graduação consolidado e em expansão; excelência na pesquisa, fundamentada na interdisciplinaridade e na visão holística; relacionamento de cooperação e solidariedade entre docentes, discentes e técnico-administrativos; construção de um espaço de convivência pautado na ética, na diversidade cultural e na construção da cidadania; projeção da UFT nas áreas: a) Identidade, Cultura e Territorialidade, b) Agropecuária, Agroindústria e Bioenergia, c) Meio Ambiente, d) Educação, e) Saúde; desenvolvimento de uma política de assistência estudantil que assegure a permanência do estudante em situação de risco ou vulnerabilidade; intensificação do intercâmbio com instituições nacionais e internacionais como estratégia para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da Pós-graduação.

b) Atuação sistêmica: fortalecimento da estrutura *multicampi*; cooperação e interação entre os *campi* e cursos; autonomia e sinergia na gestão acadêmica e uso dos recursos; articulação entre as diversas instâncias deliberativas; articulação entre Pró-reitorias, Diretorias, Assessorias e Coordenadorias.

c) Articulação com a sociedade: relações com os principais órgãos públicos, sociedade civil e instituições privadas; preocupação com a equidade social e com o desenvolvimento sustentável regional; respeito à pluralidade e diversidade cultural.

d) Aprimoramento da gestão: desenvolvimento de políticas de qualificação e fixação de pessoal docente e técnico-administrativo; descentralização da gestão administrativa e fortalecimento da estrutura *multicampi*; participação e transparência na administração; procedimentos racionalizados e ágeis; gestão informatizada; diálogo com as organizações representativas dos docentes, discentes e técnico-administrativos; fortalecimento da política institucional de comunicação interna e externa.

A UFT é uma universidade *multicampi*, estando os seus sete *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do estado do Tocantins, o que propicia a capilaridade necessária para que possa contribuir com o desenvolvimento local e regional, contemplando as suas diversas responsabilidades e ofertando ensino superior público e gratuito em diversos níveis. Oferecia, até 2014, 46 cursos de graduação, 81 cursos de especialização, 18 programas de mestrado e ainda 3 doutorados.

1.5 Estrutura Organizacional

Segundo o Estatuto da UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

Assembleia Universitária: constituída pelos membros dos corpos docente, discente e técnico-administrativo.

Conselho Universitário - CONSUNI: órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integram esse conselho o Reitor, Pró-reitores, Diretores de *campi* e representante de alunos, professores e técnico-administrativos; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI 16/2015.

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão ï CONSEPE: órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e técnico-administrativos; seu Regimento Interno está previsto na Resolução ï CONSUNI 16/2015.

Reitoria: órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Procuradoria Jurídica, Assessorias Especiais, Diretorias, Prefeitura Universitária, Copese, Hospitais Universitários, Institutos, Fundação de Pesquisa e Editora Universitária.

Conselho de Desenvolvimento: órgão consultivo da Universidade, que tem por finalidade estabelecer uma relação de parceria com a sociedade e promover o desenvolvimento da UFT e do Estado do Tocantins. Formado pelo Reitor; por um

representante do setor industrial do Estado do Tocantins; por um representante do setor de comércio e serviços; por um representante agropecuário do Estado; por um representante das pequenas e microempresas; por um representante da imprensa; por um representante do Governo do Estado; por um representante do Legislativo do Tocantins; por um representante do Sindicato dos Trabalhadores; por um representante do fórum dos movimentos sociais; por um representante dos discentes; por um representante dos docentes e por um representante dos técnico-administrativos.

Conselho Diretor: é o órgão dos *campi* com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa. De acordo com a Resolução CONSUNI 16/2015, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do *campus*, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por 15% de discentes; por 15% dos servidores técnico-administrativos.

Diretor de *Campus*: docente eleito pela comunidade universitária do *campus* para exercer as funções previstas no art. 26 do Estatuto da UFT e é eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada *campus*.

Considerando a estrutura *multicampi*, foram criadas sete unidades universitárias denominadas de *campi* universitários.

Os *Campi* e os respectivos cursos são os seguintes:

***Campus Universitário de Araguaína*:** oferece os cursos de licenciatura em Matemática, Química, Geografia, História, Letras ï português, Letras - inglês, Química, Física e Biologia, além dos cursos de bacharelado em História, Medicina Veterinária e Zootecnia. Além disso, disponibiliza os cursos tecnológicos em Gestão de Cooperativas, Logística e Gestão em Turismo; o curso de Biologia a distância; o Doutorado e o Mestrado em Ciência Animal Tropical.

Campus Universitário de Arraias: oferece as licenciaturas em Matemática, Educação do Campo e Pedagogia, licenciatura em Matemática EAD, tecnólogo em Turismo Patrimonial e Socioambiental e bacharelado em Administração Pública.

***Campus Universitário de Gurupi*:** oferece os cursos de bacharelado em Agronomia, Engenharia Florestal; Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia; Química Ambiental e a licenciatura em Química EAD. Oferece, também, o programa de mestrado na área de Produção Vegetal.

Campus Universitário de Miracema: oferece os cursos de licenciatura em Pedagogia e Educação Física e bacharelado em Psicologia e Serviço Social.

Campus Universitário de Palmas: oferece os cursos de bacharelado em Administração; Arquitetura e Urbanismo; Ciência da Computação; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Jornalismo; Direito; Engenharia de Alimentos; Engenharia Ambiental; Engenharia Elétrica; Engenharia Civil; Medicina, Nutrição e Enfermagem, as licenciaturas em Filosofia, Teatro e Pedagogia e licenciatura em Física EAD. Disponibiliza, ainda, os programas de Mestrado em Ciências do Ambiente, Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, Ciências da Saúde e Mestrado Profissional em Filosofia.

Campus Universitário de Porto Nacional: oferece as licenciaturas em História, Geografia, Ciências Biológicas e Letras ï LIBRAS, Letras ï inglês, Letras ï português, bacharelados em Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Geografia e Relações Internacionais e o mestrado em Ecologia dos ecótonos.

Campus Universitário de Tocantinópolis: oferece as licenciaturas em Pedagogia, Educação do Campo, Ciências Sociais e Educação Física.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

2.1 Nome do Curso

Curso de Filosofia

2.2 Modalidade do curso

Licenciatura

2.3 Endereço do Curso

Fundação Universidade Federal do Tocantins
Coordenação dos cursos de Filosofia e Teatro
Quadra 109 Norte, Av. NS 15, s/n. ALCNO 14, Bloco BALA 2, Sala 16.
Plano diretor Norte.
Palmas - TO
CEP - 77.001-090

Tel.; (63) 3229-4721

2.4 Número de Vagas

40 vagas por semestre

2.5 Turno de Funcionamento

Noturno

2.6 Direção do *Campus*

Diretor do Campus de Palmas: Prof. Dr. Marcelo Leineker Costa

As atribuições da Direção do *Campus* e do Conselho Diretor conforme o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins de 2003, Cap. II Da Administração das Unidades Universitárias, são as seguintes:

Art. 25 - O *Campus* é a unidade universitária responsável pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão, realizando a integração acadêmica, científica e administrativa de um conjunto de disciplinas, definido pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, através de uma equipe docente nele lotada.

Art. 26 - O Conselho Diretor é órgão dos *campi* de Ensino e Pesquisa com funções deliberativas e consultivas em matérias administrativas, não compreendidas nas atribuições dos órgãos superiores.

Art. 27 - Compete ao Conselho Diretor de *Campus*:

I. coordenar o trabalho do pessoal docente, visando à unidade e eficiência do ensino, pesquisa e extensão;

II. encaminhar à Diretoria de Planejamento e Orçamento o plano de atividades elaborado para servir de base ao orçamento do exercício seguinte, indicando o cronograma financeiro de aplicação dos recursos previstos;

III. tomar conhecimento do relatório apresentado pelo Coordenador de *Campus* sobre as principais ocorrências do plano anterior e do plano de atividades para o novo ano letivo;

IV. encaminhar o nome do Coordenador eleito mais votado para nomeação pelo Reitor;

V. solicitar, fundamentalmente, ao Conselho Universitário, por votação de 2/3 (dois terços) dos respectivos membros, a destituição do Coordenador de *Campus* antes de findo o seu mandato;

VI. elaborar e modificar o Regimento de *Campus* para aprovação final pelo Conselho Universitário;

VII. zelar pela observância das normas relativas ao recrutamento, seleção e aproveitamento dos monitores de ensino;

VIII. propor admissão de novos docentes, concessão de licenças e rescisão de contratos;

IX. adotar providências para o constante aperfeiçoamento do seu pessoal docente;

X. implementar a aplicação de normas tendentes a permitir a avaliação quantitativa da carga docente e de pesquisa, a fim de deliberar sobre processos de ampliação ou de redução do corpo docente;

XI. organizar as comissões julgadoras dos concursos para provimento dos cargos de professores;

XII. propor a atribuição do título de ñProfessor Eméritoò;

XIII. atribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão ao pessoal que o integre, respeitadas as especializações, e elaborar a correspondente escala de férias, respeitando o calendário de atividades da Universidade;

XIV. adotar ou sugerir, quando for o caso, providências de ordem didática, científica e administrativa que julgar aconselháveis para o bom andamento dos trabalhos;

XV. elaborar a lista de oferta das disciplinas de sua responsabilidade e aprovar os planos de ensino das diversas disciplinas, após anuência das Coordenações de Cursos;

XVI. sugerir os programas das disciplinas às Coordenações de Cursos para homologação posterior pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

XVII. fixar os pré-requisitos de cada disciplina, com aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

XVIII. propor a criação de novas disciplinas ou de serviços especiais dentro dos critérios do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

XIX. endossar projetos de pesquisa e os planos dos cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão que se situem em seu âmbito de atuação;

XX. emitir parecer em assunto de sua competência;

XXI. exercer todas as atribuições que lhe sejam conferidas por este Regimento.

Parágrafo Único - Das decisões do Conselho Diretor caberá recurso, no prazo máximo de 10 (dez) dias, aos Órgãos Superiores.

Art. 28 - O Regimento de *Campus* disporá sobre as condições de funcionamento do Conselho Diretor de *Campus*.

Art. 29 - A criação, supressão, desdobramento ou fusão de *Campi* poderão ser implementadas por sugestão das Pró-reitorias de Graduação e Pesquisa e Pós-graduação ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, para manifestação e encaminhamento (ou não) de proposta ao Conselho Universitário.

Art. 30 - São atribuições do Coordenador de *Campus*:

I. administrar o *Campus*;

II. representar o *Campus* perante os demais órgãos da Universidade, quando esta apresentação não couber a outro membro do *Campus* por disposição regimental;

III. promover ações tendentes a assegurar coordenação, supervisão e fiscalização sobre todas as atividades do *Campus*, dentro das disposições legais, estatutárias e regimentais, respeitando-se, ainda, as determinações dos Órgãos Superiores da Universidade;

IV. convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor de *Campus*, delas participando com direito a voto, inclusive o de qualidade;

V. integrar o Conselho Universitário;

VI. encaminhar à Reitoria, em tempo hábil, a proposta orçamentária do *Campus*;

VII. apresentar à Reitoria, após conhecimento pelo Conselho Diretor de *Campus*, anualmente, o relatório das atividades desenvolvidas;

VIII. delegar, dentro dos limites legalmente estabelecidos, atribuições ao seu substituto.

Conforme o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins de 2003, SEÇÃO I - Das Coordenações e dos Colegiados de Cursos, as coordenações de cursos (ou áreas) são estruturadas a partir dos seguintes princípios:

Art. 36 - As Coordenações de Cursos são órgãos destinados a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução, ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Parágrafo Único - A representação do corpo discente será de 1/5 (um quinto) do número de docentes dos colegiados de cursos que tem direito a voto e voz.

Art. 37 - Compete aos Colegiados de Curso:

I. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular dos cursos correspondentes, estabelecendo o elenco, o conteúdo e a sequência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;

II. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso nos respectivos cursos;

III. estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;

IV. opinar sobre os processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação dos cursos sob sua responsabilidade;

V. fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;

VI. conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamento ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursadas com aproveitamento pelo requerente;

VII. estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;

VIII. decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;

IX. propugnar para que os cursos sob sua supervisão se mantenham atualizados;

X. eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;

XI. coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional dos cursos sob sua orientação.

Art. 38 - Aos Coordenadores de Cursos (ou de áreas) compete:

I. representar sua Coordenação de Curso como membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

II. presidir os trabalhos da Coordenação de Curso;

III. propor ao Coordenador do *Campus* a substituição do seu representante no Conselho Diretor, nos termos do Regimento do *Campus*;

IV. responder, perante o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino nos cursos sob a sua responsabilidade;

V. expedir instruções referentes aos cursos;

VI. representar contramedidas ou determinações emanadas da Direção ou do Conselho Diretor que interfiram nos objetivos ou normas fixados para o curso pelo Colegiado.

§ 1º - Os Coordenadores de Cursos poderão ter regime de trabalho de dedicação exclusiva, incluindo-se as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º - No impedimento do Coordenador, assumirá a Coordenação o membro escolhido pelo colegiado.

Art. 39 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão estabelecerá o número e denominação das Coordenações de Curso e, em cada caso, sua competência quanto aos diferentes cursos mantidos pela Universidade.

Parágrafo Único - Cursos de graduação, referentes a uma mesma área de atividade ou conhecimento, serão coordenados, no plano didático-científico, pela mesma Coordenação de Curso.

Art. 40 ï As Coordenações de Cursos serão escolhidas por eleição, através de voto secreto, procedida pelo colegiado de curso correspondente.

Art. 41 - Será de 2 (dois) anos o mandato do Coordenador de Curso, permitida apenas uma recondução.

Art. 42 ï Os Colegiados de Cursos reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocados pelos seus coordenadores, por 1/3 (um terço) de seus membros ou pelas Pró-reitorias.

Art. 43 - As deliberações dos Colegiados de Cursos serão tomadas por votação, assistindo a qualquer de seus membros a faculdade de remeter o seu voto divergente ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no qual receberá processamento como recurso.

Art. 44 ï Os Colegiados de Cursos poderão propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de seus coordenadores, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes.

2.7 Coordenador das áreas de Filosofia e Teatro

Prof. Dr. Ricardo Malveira

2.8 Relação Nominal dos Membros do Colegiado

1) Dr. Eduardo Simões Silva
2) Dra. Elizângela Inocêncio Mattos
3) Dr. Fábio Henrique Duarte
4) Me. João Francisco Pereira Cabral
5) Dr. João Paulo Simões Vilas Bôas
6) Me. José Soares das Chagas
7) Dra. Juliana Santana de Almeida
8) Dr. Kherlley Caxias Batista Barbosa
9) Me. Leandro Beck Freiberg
10) Dr. Leon Farhi Neto
11) Me. Marco Aurélio Cardoso
12) Dr. Oneide Perius
13) Dr. Paulo Sérgio Gomes Soares
14) Ma. Raquel Castilho Souza
15) Dr. Roberto Antônio Penedo do Amaral
16) Dr. Roberto Francisco de Carvalho

2.9 Comissão de elaboração do PPC de Filosofia

1) Fábio Duarte;
2) José Manoel Miranda;

3) João Paulo Simões Vilas Bôas;
4) Juliana Santana de Almeida;
5) Roberto Antônio Penedo do Amaral;
6) Roberto Francisco de Carvalho

2.10 Histórico do curso: sua criação e trajetória

A ideia de criação do Curso de Licenciatura em Filosofia passou por um processo de amadurecimento desde a implantação da Universidade Federal do Tocantins (UFT) em 2003. A partir dos primeiros contatos entre os professores de Filosofia no *Campus* de Palmas, foi observada a necessidade de não apenas estreitar a relação entre os professores de Filosofia de diferentes colegiados, mas também de alargar o público de discussão dos assuntos filosóficos.

Os encontros entre os professores de Filosofia do *Campus* de Palmas criaram as condições para o surgimento da proposta de criação do Grupo de Pesquisa ñEstudos filosóficos contemporâneos: Ética e Políticaò. O grupo promoveu duas semanas de discussões filosóficas no *Campus* de Palmas, uma em 2005 com o tema: *Ética e Política na Sociedade Contemporânea* e outra, em 2006, desta vez com o tema: *Ética ï desafios e perspectivas*, além de uma jornada filosófica, em 2008, na qual as palestras versaram sobre modernidade, ciência, saberes e interdisciplinaridade.

Nos eventos promovidos pelo grupo, ficou demonstrado o anseio da comunidade por discutir questões de cunho filosófico, não apenas pelo grande número de participantes da comunidade externa, como também pela participação destas pessoas nos debates. Nesse momento, ficou clara a necessidade de elevar questões sociais ao patamar de discussões filosóficas, sobretudo nos campos da ética e da política. Nesses eventos, o diálogo com professores e gestores das redes municipal e estadual de Educação possibilitou uma visão mais concreta da situação do ensino de Filosofia na rede pública de educação do estado do Tocantins. A partir do quadro que se delineou nesses contatos, percebeu-se a imperiosa necessidade da universidade interferir nessa situação, possibilitando um curso de qualidade que pudesse responder às reais demandas que foram relatadas.

Por fim, a iniciativa de criação do curso foi amadurecida tendo em vista a demanda social. Havia poucos profissionais graduados em Filosofia atuando na educação básica e nenhum curso credenciado de Filosofia no estado. A situação da exiguidade de professores com formação específica tornou-se mais grave com a obrigatoriedade do ensino de filosofia

no Ensino Médio; tornou-se evidente que para o cumprimento da legislação grandes lacunas na oferta da disciplina de filosofia no Ensino Médio deveriam ser preenchidas com urgência.

Quando em 2007, no *Campus* de Palmas, começaram as discussões em relação à proposta de adesão ao programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais ï REUNI, o grupo de Filosofia já tinha alcançado um nível de discussão e discernimento que foram imprescindíveis para inserir o curso de Filosofia no projeto do REUNI/UFT.

Com a proposição institucional dos novos cursos, Artes e Filosofia vieram compor uma grande área interdisciplinar. A partir daí o presente projeto foi sendo trabalhado por uma comissão de professores designada pela Direção do *Campus* de Palmas. Com base em muitas discussões com a PROGRAD e dedicação do grupo de trabalho, o PPC de Licenciatura em Filosofia foi construído de forma integrada e articulada com a Licenciatura em Artes.

O curso de Filosofia, autorizado pela portaria do MEC nº 273, de 14/12/2012, e reconhecido pelo MEC através do processo nº 201114089, busca responder à expectativa da sociedade, que espera da UFT um curso centrado na realidade do ensino e seus desafios contemporâneos no estado do Tocantins, seguindo as diretrizes legais do Ministério da Educação.

Os professores que ora propõem este PPC são conscientes do propósito de criar um curso que seja *locus* privilegiado para promover a missão da UFT em construir e difundir conhecimento crítico para o desenvolvimento social e político no contexto da Amazônia Legal.

3 BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Este PPC reflete a concepção teórica que sustém a proposta para os novos cursos da UFT estampada no item ñBases conceituais do Projeto Pedagógico Institucionalò, do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), de 2007, que vem apresentado em seguida.

Pensar as políticas de graduação para a UFT requer clareza de que as variáveis inerentes ao processo de ensino-aprendizagem no interior de uma instituição educativa, vinculada a um sistema educacional, é parte integrante do sistema sócio-político-cultural e econômico do país.

Esses sistemas, por meio de articulação dialética, possuem seus valores, direções, opções, preferências, prioridades que se traduzem, e se impõem, nas normas, leis, decretos, burocracias, ministérios e secretarias. Nesse sentido, a despeito do esforço para superar a

dicotomia quantidade x qualidade, acaba ocorrendo no interior da Universidade a predominância dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos, visto que a qualidade necessária e exigida não deixa de sofrer as influências de um conjunto de determinantes que configuram os instrumentos da educação formal e informal e o perfil do alunado.

As Políticas de Graduação devem estar articuladas e corresponder às mudanças exigidas das instituições de ensino superior dentro do cenário mundial, do país e da região amazônica. Devem demonstrar uma nova postura que considere as expectativas e demandas da sociedade e do mundo do trabalho, concebendo Projetos Pedagógicos com currículos mais dinâmicos, flexíveis, adequados e atualizados, que coloquem em movimento as diversas propostas e ações para a formação do cidadão capaz de atuar com autonomia. Nessa perspectiva, a lógica que pauta a qualidade como tema gerador da proposta para o ensino da graduação na UFT tem, pois, por finalidade a construção de um processo educativo coletivo, objetivado pela articulação de ações voltadas para a formação técnica, política, social e cultural dos seus alunos.

Nessa linha de pensamento, torna-se indispensável a interação da Universidade com a comunidade interna e externa, com os demais níveis de ensino e os segmentos organizados da sociedade civil, como expressão da qualidade social desejada para a formação do cidadão.

Diante do exposto, entende-se que o elemento aglutinador das Políticas de Graduação desta Universidade é o presente Projeto Pedagógico Institucional (PPI), tomando como base a articulação das políticas desenvolvidas para o ensino, pesquisa, extensão e gestão da UFT.

Este PPI da UFT foi construído considerando a grande crise vivida pela sociedade capitalista no final da década de 1970, o que intensifica o processo de reforma do modelo de Estado (passagem do Estado de Bem-Estar Social para um Estado Neoliberal) e implantação de um novo modelo de produção (passagem do modelo Taylorista/Fordista para um modelo Toyotista). Nessa perspectiva, a última década do Século XX e início do Século XXI tem sido palco de intensa convulsão social e econômica, provocando fortes transformações nas políticas econômicas, sociais (aí incluída a educação) e nas questões epistemológicas, exigindo mudanças na formação profissional do cidadão para atuar nesse novo contexto social. Nesse cenário, um currículo adequado parece passar pela perspectiva de um ensino articulado com a pesquisa e com a extensão. Dessa maneira, os elementos curriculares adquirirão novas formas, os conteúdos serão apreendidos compreensivamente e a relação aluno-professor se dará no modo sujeito-sujeito; as metodologias serão variadas e ativas, a

avaliação refletirá a análise do processo, considerando-se o alcance dos objetivos e a reorganização de ações e conceitos fundantes.

Todo esse leque de possibilidades educativas precisa, todavia, ser desenvolvido tendo como norte a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE), o Plano Nacional de Graduação (PNG), os movimentos sociais organizados, os fóruns internos como o FEPEC e as demandas produtivas.

A UFT construiu o seu PPI tendo como diretriz a interface com as políticas acadêmicas de gestão, de desenvolvimento institucional, de assistência, de recursos humanos, de informações e de relações nacionais e internacionais. Nessa perspectiva, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da UFT deverão estar pautados em diretrizes que contemplem a permeabilidade às transformações, a interdisciplinaridade, a formação integrada à realidade social, a necessidade da educação continuada, a articulação teoriaï prática e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Deverão, pois, ter como referencial:

- a democracia como pilar principal da organização universitária, seja no processo de gestão ou nas ações cotidianas de ensino;
- o deslocamento do foco do ensino para a aprendizagem (articulação do processo de ensino-aprendizagem) ressignificando o papel do aluno, na medida em que ele não é um mero receptor de conhecimentos prontos e descontextualizados, mas sujeito ativo do seu processo de aprendizagem;
- o futuro como referencial da proposta curricular ï tanto no que se refere a ensinar como nos métodos a serem adotados. O desafio a ser enfrentado será o da superação da concepção de ensino como transmissão de conhecimentos existentes. Mais que dominar o conhecimento do passado, o aluno deve estar preparado para pensar questões com as quais lida no presente e poderá defrontar-se no futuro, deve estar apto a compreender o presente e a responder a questões prementes que se interporão a ele, no presente e no futuro;
- a superação da dicotomia entre dimensões técnicas e dimensões humanas integrando ambas em uma formação integral do aluno;
- a formação de um cidadão e profissional de nível superior que resgate a importância das dimensões sociais de um exercício profissional. Formar, por isso, o cidadão para viver em sociedade;

- a aprendizagem como produtora do ensino; o processo deve ser organizado em torno das necessidades de aprendizagem e não somente naquilo que o professor julga saber;
- a transformação do conhecimento existente em capacidade de atuar. É preciso ter claro que a informação existente precisa ser transformada em conhecimento significativo e capaz de ser transformada em aptidões, em capacidade de atuar produzindo conhecimento;
- o desenvolvimento das capacidades dos alunos para atendimento das necessidades sociais nos diferentes campos profissionais e não apenas demandas de mercado;
- o ensino para as diversas possibilidades de atuação com vistas à formação de um profissional empreendedor capaz de projetar a própria vida futura, observando-se que as demandas do mercado não correspondem, necessariamente, às necessidades sociais.

3.1 A construção de um currículo interdisciplinar: caminhos possíveis

Buscar caminhos e pistas para a construção de um currículo interdisciplinar nos remete à necessidade de uma formulação teórica capaz de dar sustentação às proposições.

As incertezas interpostas nos levam a retomar Edgar Morin que em sua obra *O paradigma perdido: a natureza humana* (1973) integrou e articulou biologia, antropologia, etnologia, história, sociologia, psicologia, dentre outras ciências para construir a ciência do homem. Enfatizou o confronto que vem sendo feito entre o mundo das certezas, herdado da tradição e o mundo das incertezas, gerado pelo nosso tempo de transformações e, nesse sentido, passou a entender o homem como uma unidade biopsicossociológica, caminhando de uma concepção de matéria viva para uma concepção de sistemas vivos e, desses, para uma concepção de organização. Segundo ele,

> o ser vivo está submetido a uma lógica de funcionamento e de desenvolvimento completamente diferentes, lógica essa em que a indeterminação, a desordem, o acaso intervêm como fatores de organização superior ou de auto-organização. Essa lógica do ser vivo é, sem dúvida, mais complexa do que aquela que o nosso entendimento aplica às coisas, embora o nosso entendimento seja produto dessa mesma lógica (MORIN, 1973, p. 24).

O pensamento complexo proposto por Morin pressupõe a busca de uma percepção de mundo, a partir de uma nova ótica: a da complexidade. Propõe uma multiplicidade de pontos de vista; uma perspectiva relacional entre os saberes em sua multiplicidade; a conquista de uma percepção sistêmica, pós-cartesiana, que aponta para um novo saber, a partir do

pensamento complexo. A complexidade do real, como um novo paradigma na organização do conhecimento, abala os pilares clássicos da certeza: a ordem, a regularidade, o determinismo e a separabilidade.

Ainda, segundo Morin (1994, p. 225), ña complexidade refere-se à quantidade de informações que possui um organismo ou um sistema qualquer, indicando uma grande quantidade de interações e de interferências possíveis, nos mais diversos níveisò. De acordo com seus pressupostos,

> essa complexidade aumenta com a diversidade de elementos que constituem o sistema. Além do aspecto quantitativo implícito neste termo, existiria também a incerteza, o indeterminismo e o papel do acaso, indicando que a complexidade surge da intersecção entre ordem e desordem. O importante é reconhecer que a complexidade é um dos parâmetros presentes na composição de um sistema complexo ou hipercomplexo como o cérebro humano, assim como também está presente na complexa tessitura comum das redes que constituem as comunidades virtuais que navegam no ciberespaço (MORIN, 1994, p. 225).

Na perspectiva de Morin (1994), portanto, a complexidade está no fato de que o todo possui qualidades e propriedades que não se encontram nas partes isoladamente. O termo complexidade traz, em sua essência, a ideia de confusão, incerteza e desordem; expressa nossa incapacidade de definir de maneira simples, para nomear de maneira clara, para por ordem em nossas ideias. O pensamento complexo é visto como uma ñviagem em busca de um modo de pensamento capaz de respeitar a multidimensionalidade, a riqueza, o mistério do real e de saber que as determinações (cerebral, cultural, social e histórica), que se impõe a todo o pensamento, codeterminam sempre o objeto do conhecimentoò (MORIN, 2003, p. 21).

Analisar a complexidade, segundo Burnham (1998, p. 44), ñrequer o olhar por diferentes óticas, a leitura por meio de diferentes linguagens e a compreensão por diferentes sistemas de referênciaò. Essa perspectiva multirreferencial é entendida como um método integrador de diferentes sistemas de linguagens, aceitas como plurais ou necessariamente diferentes umas das outras, para elucidar a complexidade de um fenômeno. Nessa acepção, segundo Ardoino, se torna essencial, nos espaços de aprendizagem,

> o afloramento de uma leitura plural de seus objetos (práticos ou teóricos), sob diferentes pontos de vista, que implicam visões específicas, quanto linguagens apropriadas às descrições exigidas, em função de sistemas de referenciais distintos, considerados e reconhecidos explicitamente, como não redutíveis uns aos outros, ou seja, heterogêneos (ARDOINO, 1998, p. 24).

A partir dessa complexidade, Morin propõe despertar a inteligência geral adormecida pela escola vigente e estimular a capacidade de contextualizar e globalizar; de termos uma

nova maneira de ver o mundo, de aprender a viver e de enfrentar a incerteza. A educação, nessa perspectiva, se configura como uma ñfunção global que atravessa o conjunto dos campos das ciências dos homens e da sociedade, interessando tanto ao psicólogo social, ao economista, ao sociólogo, ao filósofo ou ao historiador etc.ò (ARDOINO, 1995 *apud* MARTINS, 2004, p. 89). A incorporação da diversidade do coletivo e a potencialização das experiências multirreferenciais dos sujeitos requer não somente a concepção de um currículo que privilegie a dialogicidade, a incerteza e certeza, a ordem e desordem, a temporalidade e espacialidade dos sujeitos, mas, também, a utilização de dispositivos comunicacionais que permitam a criação de ambientes de aprendizagem capazes de subverter as limitações espaço-temporais da sala de aula.

Refletir sobre esse novo currículo implica considerá-lo como *práxis* interativa, como ñsistema aberto e relacional, sensível à dialogicidade, à contradição, aos paradoxos cotidianos, à indexalidade das práticas, como instituição eminentemente relevante, carente de ressignificação em sua emergência**ò** (BURNHAM, 1998, p. 37). O conhecimento entendido não mais como produto unilateral de seres humanos isolados, mas resultado de uma vasta cooperação cognitiva, da qual participam aprendentes humanos e sistemas cognitivos artificiais, implicando modificações profundas na forma criativa das atividades intelectuais.

Sob esse olhar, o currículo se configura como um campo complexo de contradições e questionamentos. Não implica apenas seleção e organização de saberes, mas um emaranhado de questões relativas a sujeitos, temporalidades e contextos implicados em profundas transformações. Configura-se como um sistema aberto, dialógico, recursivo e construído no cotidiano por sujeitos históricos que produzem cultura e são produzidos pelo contexto histórico-social (BURNHAM, 1998; MACEDO, 2002). Nessa nova teia de relações estão inseridos os processos educativos, que se tornam influenciáveis por determinantes do global, do nacional e do local. Para compreendê-lo, torna-se imperativo assumirmos uma nova lógica, uma nova cultura, uma nova sensibilidade e uma nova percepção, numa lógica baseada na exploração de novos tipos de raciocínio, na construção cotidiana, relacionando os diversos saberes.

Nesse sentido, adotar a interdisciplinaridade como perspectiva para a transdisciplinaridade como metodologia no desenvolvimento do currículo implica a confrontação de olhares plurais na observação da situação de aprendizagem para que os fenômenos complexos sejam observados. Implica também, como afirma Burnham, entender não só a polissemia do currículo,

> mas o seu significado como processo social, que se realiza no espaço concreto da escola, cujo papel principal é o de contribuir para o acesso, daqueles sujeitos que aí interagem, a diferentes referenciais de leitura de mundo e de relacionamento com este mesmo mundo, propiciando-lhes não apenas um lastro de conhecimentos e de outras vivências que contribuam para a sua inserção no processo da história, como sujeito do fazer dessa história, mas também para a sua construção como sujeito (quiçá autônomo) que participa ativamente do processo de produção e de socialização do conhecimento e, assim da instituição histórico-social de sua sociedade (BURNHAM 1998, p. 37).

Nessa perspectiva, o conhecimento passa a se configurar como uma rede de articulações desafiando nosso imaginário epistemológico a pensar com novos recursos, reencantando o ato de ensinar e aprender ao libertarmos ñ[...] as palavras de suas prisões e devolvendo-as ao livre jogo inventivo da arte de conversar e pensarò (ASMANN, 1998, p. 82).

Nosso desafio mais impactante na implementação de novos currículos na Universidade Federal do Tocantins (UFT) está na mudança desejada de avançar, e talvez, até superar o enfoque disciplinar das nossas construções curriculares para a concepção de currículos integrados, através e por meio de seus eixos transversais e interdisciplinares, caminhando na busca de alcançarmos a transdisciplinaridade. Considerando que desejar é o passo inicial para se conseguir, apostamos que é possível abordar, dispor e propor aos nossos alunos uma ñrelação com o saberò (CHARLOT, 2000), em sua totalidade complexa, multirreferencial e multifacetada.

Nesse fazer, os caminhos já abertos e trilhados não serão descartados, abandonados. As rupturas, as brechas, os engajamentos conseguidos são importantíssimos e nos apoiarão no reconhecimento da necessidade de inusitadas pistas. Portanto, a solução de mudança não está em tirar e pôr, podar ou incluir mais um componente curricular, uma matéria, um conteúdo, e sim, em redefinir e repensar o que temos, com criatividade, buscando o que pretendemos. Essa caminhada será toda feita de ir e vir, avanços e recuos e, nesse movimento de ondas, é possível vislumbrarmos o desenho de um currículo em ñespiralò, ou seja, um trabalho que articula e abrange a dinamicidade dos saberes organizados nos ciclos e eixos de formação.

Essa construção de uma matriz curricular referenciada e justificada pela ação e interação dos seus construtores, com ênfase não-linear, nos conduzirá a arquiteturas de formação não-determinista, com possibilidades de abertura, o que propiciará o nosso projeto de interdisciplinaridade, flexibilidade e mobilidade. Nesse sentido, não tem nem início nem fim, essa matriz tem,

> Fronteiras e pontos de intersecção ou focos. Assim um currículo modelado em uma matriz também é não-linear e não-sequencial, mas limitado e cheio de focos que se interseccionam e uma rede relacionada de significados. Quanto mais rico o currículo, mais haverá pontos de intersecção, conexões construídas e mais profundo será o seu significado. (DOLL JR., 1997, p. 178).

Curricularmente, essa matriz se implementa por meio de um trabalho coletivo e solidário em que o planejamento reconhece como importante deste fazer o princípio da auto-organização da teoria da complexidade. A dialogicidade é fundamental para evitarmos que a própria crítica se torne hegemônica e maquiada. Desassimilação de hábitos e mudanças de estruturas não são fáceis. É frustrante o esforço que leva a produções sem sentido. Entretanto, não se muda sem alterar concepções, destroçar profundamente conteúdos e rotinas curriculares costumeiras.

O modelo disciplinar linear ou o conjunto de disciplinas justapostas numa ógrade curricularô de um curso têm tido implicações pedagógicas diversas e deixado marcas nada opcionais nos percursos formativos. O currículo centrado na matéria e discutido nas aulas magistrais tem apresentado o conhecimento social de forma paralela ao conhecimento acadêmico. Nesse sentido, ño conhecimento aparece como um fim a-histórico, como algo dotado de autonomia e vida própria, à margem das pessoasò (SANTOMÉ, 1998, p. 106), perpassa a ideia de que nem todos os alunos têm condições de serem bem-sucedidos em algumas disciplinas, legitimando o próprio fracasso acadêmico. ñUm currículo disciplinar favorece mais a propagação de uma cultura da óobjetividadeô e da neutralidade, entre tantas razões, porque é mais difícil entrar em discussões e verificações com outras disciplinas com campos similares ou com parcelas comuns de estudoò (SANTOMÉ, 1998, p. 109). Como consequência, as contradições são relegadas e as dimensões conflituosas da realidade social refutadas, como se fosse possível sua ocultação.

A crise que desequilibra valores e posturas do século passado é a mesma que dá forças para alternativas curriculares no século XXI. As críticas tecidas ao currículo disciplinar propõem perspectivar a construção do currículo globalizado, currículo integrado ou currículo interdisciplinar. Apesar de alguns autores não distinguirem interdisciplinaridade de integração, muitos defendem que interdisciplinaridade é mais apropriada para referir-se à interrelação de diferentes campos do conhecimento, enquanto que integração significa dar unidade das partes, o que não qualifica necessariamente um todo em sua complexidade. Os currículos interdisciplinares, hoje propostos, coincidem com o desejo de buscar ñmodos de

estabelecer relações entre campos, formas e processos de conhecimento que até agora eram mantidos incomunicáveisò (SANTOMÉ, 1998, p. 124). Nessa perspectiva,

> No desenvolvimento do currículo, na prática cotidiana na instituição, as diferentes áreas do conhecimento e experiência deverão entrelaçar-se, complementar-se e reforçar-se mutuamente, para contribuir de modo mais eficaz e significativo com esse trabalho de construção e reconstrução do conhecimento e dos conceitos, habilidades, atitudes, valores, hábitos que uma sociedade estabelece democraticamente ao considerá-los necessários para uma vida mais digna, ativa, autônoma, solidária e democrática (SANTOMÉ, 1998, p. 125).

Nosso currículo desejado é um convite a mudanças e afeta, é claro, as funções dos professores que trabalham em um mesmo curso. Nossa opção de organização do currículo novo cria ócolegiados de saberesô e ófilhas de conhecimentosô que potencializarão a formação de arquipélagos de vivências e itinerâncias participativas. Distancia-se, pois, do currículo disciplinar em que é possível o trabalho isolado, o eu-sozinho e incomunicável. No qual, encontram-se professores que são excelentes em suas disciplinas, mas que por estarem, muitas vezes, preocupados somente com suas matérias, chegam a induzir os alunos a acreditarem e se interessarem por esta ou aquela disciplina em detrimento de outras, por acreditarem que há ñdisciplinas mais importantesò e outras ñmenos importantesò.

A construção da realidade social e histórica depende de seus sujeitos, de seus protagonistas. A matriz curricular terá a ñcaraò ou será o ñmonstroò que os desenhistas conseguirem pintar a partir da identidade possível construída.

No entanto, pode-se falar, conforme Santomé (1998, p. 206) em quatro formatos de integrar currículos:

a) integração correlacionando diversas disciplinas;

b) integração através de temas, tópicos ou ideias;

c) integração em torno de uma questão da vida prática e diária;

d) integração a partir de temas e pesquisas decididos pelos estudantes. Além da possibilidade de:

1. integração através de conceitos;
2. integração em torno de períodos históricos e/ou espaços geográficos;
3. integração com base em instituições e grupos humanos;
4. integração em torno de descobertas e invenções;
5. integração mediante áreas de conhecimento.

Por meio da implantação do programa de reestruturação e expansão de seus cursos e programas, a UFT objetiva a ampliação do acesso com garantia de qualidade. Os princípios

que orientam a construção de suas políticas de formação estão assentados na concepção da educação como um bem público, no seu papel formativo, na produção do conhecimento, na valorização dos princípios democráticos, na ética, nos valores humanos, na cidadania e na luta contra a exclusão social.

Nesse sentido, enfatiza que a Universidade não deve apenas formar recursos humanos para o mercado de trabalho, mas pessoas com espírito crítico e humanista que possam contribuir para a solução dos problemas cada vez mais complexos do mundo. Para tanto, propõe o exercício da interdisciplinaridade, com vistas a atingirmos à transdisciplinaridade, ou seja, uma nova relação entre os conhecimentos.

Isso implica, ainda, os seguintes desdobramentos:

* Introduzir nos cursos de graduação temas relevantes da cultura contemporânea, o que, considerando a diversidade multicultural do mundo atual, significa pensar em culturas, no plural;

* Dotar os cursos de graduação com maior mobilidade, flexibilidade e qualidade, visando o atendimento às demandas da educação superior do mundo contemporâneo.

Este projeto possui uma construção curricular em ciclos. A ideia é proporcionar ao aluno uma formação inicial ampla, evitando assim a profissionalização precoce ï uma das grandes causas da evasão.

Os ciclos referem-se aos diferentes níveis de aprofundamento e distribuição dos conhecimentos das áreas. Dentro da perspectiva do currículo composto por ciclos articulados, o acadêmico vivenciará, em diversos níveis processuais de aprofundamento, as áreas dos saberes. Eles são estruturados em eixos, os quais se configuram como os conjuntos de componentes e atividades curriculares coerentemente integrados e relacionados a uma área de conhecimento específica.

Tais eixos deverão ser compreendidos como elementos centrais e articuladores da organização do currículo, garantindo equilíbrio na alocação de tempos e espaços curriculares, que atendam aos princípios da formação. Em torno deles, de acordo com o Parecer do Conselho Nacional de Educação ï CNE/CP nº. 09/2001 (p. 41), ñse articulam as dimensões que precisam ser contempladas na formação profissional e sinalizam o tipo de atividade de ensino e aprendizagem que materializam o planejamento e a ação dos formadores de formadoresò.

A articulação dos ciclos e dos eixos pressupõe o diálogo interdisciplinar entre os campos do saber que compõem os cursos e se concretizam em componentes curriculares,

constituindo-se na superação da visão fragmentada do conhecimento. Na prática, essa articulação pode ser garantida por atividades interdisciplinares envolvendo ensino, pesquisa e extensão, tais como grupos de estudo, eventos acadêmicos, oficinas temáticas e laboratórios.

3.2 Desdobrando os ciclos e os eixos do projeto

Os três ciclos que compõem este projeto serão articulados de forma a levar o aluno à compreensão de que a formação é composta de conhecimentos e habilidades básicas necessárias para a leitura do mundo e compreensão da ciência e de conhecimentos específicos necessários à formação do profissional da educação. A Pós-graduação passa a integrar esse processo de forma a preparar o aluno, que optar por esse ciclo, para o exercício profissional no atual estágio de desenvolvimento da ciência e das tecnologias.

Assim, nos primeiros semestres do curso, o aluno passa pelo Ciclo de Formação Geral, que além de propiciar-lhe uma compreensão pertinente e crítica da realidade natural, social e cultural, permite-lhe a vivência das diversas possibilidades de formação, tornando-o apto a fazer opções quanto à sua formação profissional ï podendo inclusive articular diferentes áreas de conhecimento. Em seguida, o Ciclo de formação profissional oferece uma formação mais específica, consistente com as atuais demandas profissionais, sociais e o aprofundamento na Pós-graduação busca a articulação dos ciclos anteriores tendo como foco as áreas de conhecimento e projetos de pesquisa consolidados na Universidade.

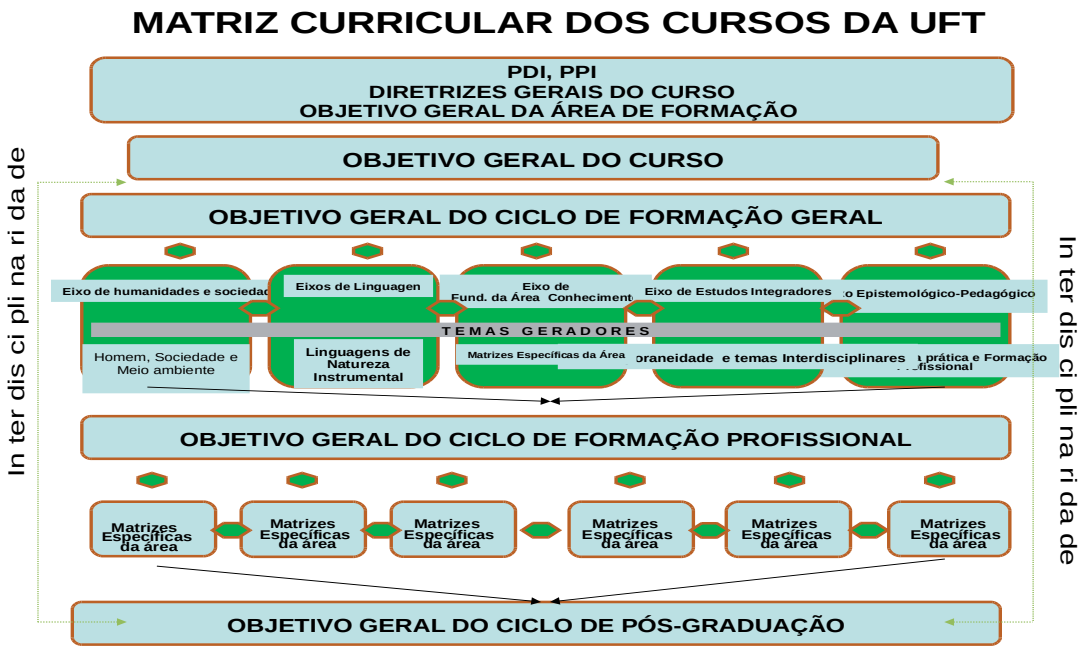
Os componentes desses Eixos e conjuntos curriculares não apresentam uma relação de pré-requisitos e podem ser abordados de modo amplo, como sugerem as suas denominações, bem como receberem um tratamento mais focado num aspecto analisado ou a partir de certo campo do saber. Por exemplo, cada área poderá, em determinado eixo, adotar uma abordagem panorâmica, bem como eleger um tema abrangente e utilizá-lo como fio condutor da área de conhecimento.

3.3 A interdisciplinaridade na matriz curricular do Curso

Este Projeto Pedagógico tem como referência básica as diretrizes do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFT, as diretrizes curriculares do curso e os pressupostos da interdisciplinaridade.

A partir das concepções de eixos, temas geradores e do perfil do profissional da área de conhecimento e do curso, a estrutura curricular deve ser construída na perspectiva da interdisciplinaridade, tendo como elemento desencadeador a problematização de sua contribuição para o desenvolvimento da ciência e melhoria da qualidade de vida da humanidade. Deve proporcionar, durante todo o curso, a busca de formulações a partir dos grandes questionamentos, que devem estar representados nos objetivos gerais e específicos, nas disciplinas, interdisciplinas, projetos, em todas as atividades desenvolvidas no percurso acadêmico e nos trabalhos de conclusão do curso. Enfim, por meio do ensino e da pesquisa, os alunos deverão refletir sobre a área de conhecimento numa perspectiva mais ampliada e contextualizada como forma de responder aos questionamentos formulados.

Nessa configuração, os Projeto Pedagógicos dos cursos da UFT seguem o desenho curricular abaixo:



É preciso ter em mente que a interdisciplinaridade não é um saber único e organizado, nem uma reunião ou abandono de disciplinas, mas uma atitude, uma forma de ver o mundo e de se conceber o conhecimento, que as disciplinas, isoladamente, não conseguem atingir e que surge da comunicação entre elas. Para que se obtenha essa atitude é necessário estudo, pesquisa, mudança de comportamento, trabalho em equipe e, principalmente, um projeto que oportunize a sua ação: ñpara a realização de um projeto interdisciplinar, existe a necessidade de um projeto inicial que seja suficientemente claro, coerente e detalhado, a fim de que as pessoas nele envolvidas sintam o desejo de fazer parte deleò (FAZENDA, 1995).

O Curso de Filosofia poderá introduzir, na organização pedagógica e curricular, a oferta de disciplinas na modalidade semipresencial, com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação, com base no art. 81 da LDBEN, e nos termos da Portaria/MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. Nesse sentido, o conjunto dos componentes curriculares poderão, após anuência dos órgãos deliberativos do campus e do curso utilizar até 20% (vinte por cento) da carga horária para o desenvolvimento de atividades formativas semipresenciais e/ou a distância.

Os cinco eixos que estruturam o Ciclo de Formação Geral, assim como os eixos compreendidos pelo Ciclo de Formação Profissional, buscam responder aos objetivos formulados como elemento norteador das atividades.

Os eixos do Curso de Filosofia buscam a interface com os demais cursos ou áreas de conhecimento afins, de forma a ampliar a flexibilidade curricular e as possibilidades de mobilidade e creditação dos estudos realizados pelos estudantes que desejarem transferir-se de curso ou complementar o currículo do curso em que se encontra vinculado ou, ainda, buscar uma segunda Graduação.

Os eixos articulam-se em ciclos que correspondem aos três níveis de aprofundamento e distribuição dos conhecimentos das áreas, ou seja, Ciclo de Formação Geral; Ciclo de Formação Específica e Ciclo de Pós-graduação.

Ciclo de Formação Geral

É composto de cinco eixos: Humanidades e Sociedade; Linguagens; Estudos Integradores e Contemporâneos; Saberes Epistemológicos e Pedagógicos; Fundamentos da Área de Conhecimento.

Ciclo de Formação Profissional

Esse Ciclo está estruturado em eixos como o Ciclo de Formação Geral. Mantém, em comum com este Ciclo, os eixos Linguagens, Saberes Epistemológicos e Pedagógicos e Estudos Integradores e Contemporâneos, mas oferta eixos específicos às áreas de formação do Curso, proporcionando a aquisição de competências e habilidades que possibilitam o aprofundamento do saber teórico ou teórico-prático, profissional disciplinar, multidisciplinar ou interdisciplinar. Corresponde a componentes curriculares voltados para áreas de concentração ou de formação básica de carreiras profissionais ou de Pós-graduação.

Os eixos do Curso de Filosofia buscam a interface com os demais cursos da mesma área de conhecimento e de áreas afins, de forma a ampliar a flexibilidade curricular e as possibilidades de mobilidade e creditação dos estudos realizados pelos estudantes que desejarem transferir-se do Curso ou complementar o currículo ou, ainda, buscar uma segunda Graduação.

O Ciclo de Formação Profissional também contempla a realização de atividades práticas, de modo a ampliar as possibilidades de melhoria qualitativa da formação dos egressos.

Ciclo de Pós-graduação

Neste 3º Ciclo, opcional para o aluno, os programas em curso, tanto de Pós-graduação *lato sensu* como também o Mestrado Profissional, buscam a articulação das áreas de pesquisa e de conhecimento aos cursos de graduação, inclusive daqueles oferecidos em outros *campi*, permitindo maior mobilidade dos estudantes intra e inter*campi*, bem como dos egressos e outros profissionais atuantes na área.

3.4 Formas de Ingresso e Mobilidade entre Cursos

O ingresso no primeiro ciclo acontecerá, inicialmente, pelo ENEM ï Exame Nacional do Ensino Médio (de acordo com as orientações em vigência na UFT) ou por outras modalidades de ingresso, conforme estudos a serem realizados com vistas à proposição de outros meios de seleção. Nessa etapa, o acadêmico terá que cursar os créditos de cada eixo, sendo que poderá cursar conteúdos e atividades curriculares oferecidos por outras áreas de conhecimento do *campus* e/ou de outro *campus*, observados os critérios de existência de vagas nas (inter)disciplinas e orientações emitidas pela Coordenação da Área e\ou do Curso. O sistema de creditação dos estudos realizados será definido em normativa própria, devendo prever que a equivalência será definida pelo objetivo e ementa do eixo, independentemente da abordagem assumida pelas disciplinas ou interdisciplinas em cada uma das áreas de conhecimento. O aproveitamento dos eixos cursados em outro curso será realizado por meio de sistema de creditação dos estudos nos eixos do Ciclo de Formação Geral. As complementações necessárias deverão restringir-se ao Eixo de Fundamentos da Área de Conhecimento, quando necessários.

O aluno deverá compor, ao final do 1º ciclo, um total de créditos mínimo, ou porcentagem em relação aos eixos de cada área de conhecimento a ser normatizado pela UFT para efeito de transferência de curso.

Para o ingresso no 2º ciclo, na existência de vagas para o curso, o acadêmico interessado terá três opções: por requerimento individual na existência de maior número de vagas que a demanda; por classificação do índice de rendimento e aproveitamento do primeiro Ciclo (no caso de ter mais interessados do que vagas para determinada terminalidade), e/ou testes de conhecimento sobre os conteúdos dos cursos específicos para cada opção de prosseguimento em sua carreira profissional. A prioridade será dada para os alunos que ingressaram na área de conhecimento, todavia, a migração entre áreas afins será possível desde que haja vaga e respeitadas as prioridades estabelecidas para tais casos.

O 2º Ciclo de cada curso garantirá o número de vagas definido no processo seletivo, proporcionalmente às terminalidades previstas para as respectivas áreas de conhecimento. As terminalidades que tiverem número maior de interessados que o número de vagas previsto para a turma, atenderão às orientações de classificação acima.

Ao final do 2º Ciclo, o aluno receberá um diploma atestando a sua titulação em um curso, podendo, posteriormente, buscar a formação em outras áreas de conhecimento. Ao integralizar a proposta curricular, ele receberá um diploma de Licenciado, Bacharel ou Tecnólogo, dependendo da opção realizada ao final do primeiro Ciclo e do itinerário curricular integralizado.

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1 Projeto Pedagógico do Curso

4.1.1 Justificativa

Em cumprimento à Resolução CNE/CP nº 02, de 01 de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e cursos para formação continuada, o colegiado do curso de licenciatura em filosofia da UFT tomou a iniciativa de reformular o Projeto Pedagógico do Curso.

A esta demanda legal, somaram-se as necessidades de adequação e atualização do formato do projeto e das diretrizes do processo de formação de professores de filosofia.

O curso de Filosofia assume seu papel para contribuir para a identidade didático-pedagógica da UFT de difundir conhecimentos e formar cidadãos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. A regionalização da missão da UFT é um enorme desafio para um curso que porta uma tradição de vinte e seis séculos. Este desafio será enfrentado mediante a formulação de um currículo interdisciplinar e de um atendimento constante das necessidades vindas das escolas e das comunidades local e regional.

4.1.2 Objetivo da área de conhecimento do Curso

A área de conhecimento de 'Teatro e Filosofia' articula saberes das áreas de 'Ciências Humanas' e de 'Linguística, Letras e Artes'. Trata-se de uma área de ampla abrangência epistemológica, que alia conhecimentos da grande tradição do pensamento e da cultura ocidentais, que deram contornos significativos à formação do mundo contemporâneo.

Essa área de conhecimento, nos cursos de Licenciatura em Teatro e em Filosofia, visa desenvolver um saber de qualidade, voltado para o diálogo com a história do passado, a grande tradição ocidental e com a história atual, a contemporaneidade. Objetiva também contribuir com a discussão das questões interdisciplinares inerentes às diversas ciências, que envolvem os valores éticos, estéticos e políticos, os desafios sociais e o desenvolvimento socioambiental sustentável.

Para atingir o objeto geral da área comum, os cursos de Licenciatura em Teatro e Filosofia adotam como problemática de fundo a seguinte questão: como formar profissionais para atuar na educação básica na região amazônica, que instrumentalizados pelo conhecimento da rica tradição da cultura e pensamento ocidentais, sejam capazes de lidar com as questões contemporâneas da sociedade numa abordagem interdisciplinar.

4.1.3 Objetivo geral e objetivos específicos do Curso

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394/96, dispõe no art. 35, inciso III, como uma das finalidades do Ensino Médio, ño aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento críticoò. E estabelece, enquanto diretriz dos conteúdos curriculares da Educação Básica, a

ñdifusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres do cidadão, de respeito ao bem comum e à ordem democráticaò (art. 27, inciso I). De modo que tanto o escopo como o direcionamento do Ensino Médio, fixados pela LDB, necessitam do incremento da Filosofia nas escolas, consagrando o conhecimento da tradição humanística e crítica construída pela Filosofia como lugar necessário para a formação integral dos jovens. É devido a esse entendimento da necessidade da formação filosófica dos jovens que a Lei 11.684/2008, ao alterar o art. 36 da LDB, estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de Filosofia no Ensino Médio, nos seguintes termos: ñserão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médioò (art. 36, inciso IV).

Além de buscar atingir as finalidades propostas pela LDB, a Licenciatura em Filosofia busca formar profissionais que estejam à altura de implementar as diretrizes para o ensino de Filosofia delineadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que foram elaborados com o propósito de auxiliar na contextualização mais pertinente dos conhecimentos filosóficos no Ensino Médio. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) refletem questões basilares para o ensino de Filosofia ao indagar pelos conhecimentos necessários ao ensino da Filosofia, ao interrogar por qual Filosofia adotar no ensino e ao ponderar quais aspectos devem recobrir a concepção de cidadania assumida como objetivo da educação. O Curso de Filosofia assume esta perspectiva ao apontar como escopo a formação de um profissional da educação capaz de optar fundamentalmente por uma das vertentes da tradição filosófica, com clara orientação dos conteúdos para a formação da cidadania na educação básica.

O licenciando do curso de Filosofia será preparado para contribuir na formação do *ethos* dos estudantes da educação básica, pois terá uma formação acadêmica calcada em valores fundamentais como os direitos e deveres da cidadania, o respeito ao bem comum e à ordem democrática. Esse *ethos* deve ser construído e manifestado numa tríplice dimensão: a) na estética da sensibilidade, acentuando a construção da identidade na relação com a diversidade; b) na ética da identidade autônoma, que se manifesta na consciência, na liberdade, nas atitudes de respeito universal e de crítica; c) na política como participação democrática, materializada no reconhecimento dos direitos humanos, na luta pela igualdade de acesso aos bens, pela sociedade democrática e pela justiça equânime.

Baseado nos textos legais que reconhecem o inquestionável valor educativo da tradição filosófica, o Curso de Licenciatura em Filosofia tem como finalidade precípua formar profissionais com sólido embasamento filosófico, humanista e interdisciplinar, que contribuirão no processo de desenvolvimento do conhecimento crítico na Educação Básica, na

construção dos conhecimentos necessários para o exercício da cidadania e a consolidação da democracia.

Objetivos gerais

a) formar professores a partir dos fundamentos da cultura ocidental presente nas obras dos filósofos, da antiguidade até a contemporaneidade;
b) capacitar os licenciandos para o ensino de Filosofia na Educação Básica, de modo que possam intervir na construção social da realidade mediante ações reflexivas acerca dos valores e práticas sociais, das crenças e da educação;
c) habilitar os licenciandos com práticas direcionadas para o desenvolvimento da atitude ética e do pensamento crítico nos jovens educandos;
d) fomentar nos licenciandos o pensar de cunho filosófico a respeito do cotidiano político, social, ético e educacional do Tocantins e da região amazônica;
e) capacitar os alunos para o enfrentamento dos desafios ético-políticos gerados pelas novas tecnologias científicas e pela biotecnologia com vistas ao desenvolvimento da região amazônica;
f) fomentar a pesquisa com abordagem filosófica sobre questões pertinentes às áreas da filosofia e da educação;
g) promover o intercâmbio entre a universidade e a comunidade mediante a difusão e contribuição da abordagem filosófica da realidade;
h) buscar o diálogo efetivo entre a filosofia e os diferentes saberes a fim de estabelecer a interdisciplinaridade nas atividades de ensino, extensão e pesquisa.

Objetivos específicos

Além dos objetivos gerais, o curso de Licenciatura em Filosofia visa alcançar os seguintes objetivos específicos:

a) licenciar professores para preencher a demanda educacional tocantinense decorrente da necessidade de professores com formação em Filosofia na educação básica no Estado;
b) capacitar os alunos para assessorias e consultorias, nas áreas de educação, cultura e política para atender as demandas na região;
c) fomentar a pesquisa para enfrentar questões atuais, articulando o pensamento filosófico com temáticas emergentes no âmbito da educação;

d) iniciar os estudantes nas atividades de pesquisa e extensão, direcionando a temática individual aos programas de Pós-graduação da UFT, em especial ao mestrado em Filosofia;
e) contribuir na discussão de temas interdisciplinares - nas suas dimensões ética, política, epistemológica, estética e lógico-cognitiva ï inerentes às ciências e às artes;
f) incentivar a discussão filosófica na comunidade universitária a partir da publicização das pesquisas dos professores e dos alunos;

4.1.4 Perfil profissiográfico

O Curso de Licenciatura visa licenciar professores aptos para o ensino de Filosofia na Educação básica e capacitados à pesquisa e à prestação de serviços como assessores e consultores. Para atingir seu escopo, o Curso segue as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação em Filosofia (Resolução CNE/CES 02/2015; Parecer CNE/CP 10/2017), que normatizam que o licenciado, ao término do processo formativo, deve estar apto a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;

IV - dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir

para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

IX - atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;

X - participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;

XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;

XIII - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

4.1.5 Competências, atitude e habilidades

Os licenciados em Filosofia devem apresentar em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação em Filosofia (Resolução CNE/CES 02/2015; Parecer CNE/CP 10/2017) um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado cuja consolidação virá do seu exercício profissional, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, de modo a lhe permitir:

I - o conhecimento da instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania;

II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional e específica;

III - a atuação profissional no ensino, na gestão de processos educativos e na organização e gestão de instituições de educação básica.

Além dessas competências e habilidades explícitas nas Diretrizes Curriculares, que são assumidas como instância norteadora no curso, requer-se do licenciado na UFT:

a) capacidade para lidar com as diferentes atividades de docência: ministrar aulas e palestras; produzir materiais didáticos para a Educação Básica; lidar com as novas tecnologias de ensino e pesquisa;

b) capacidade de dialogar com diferentes áreas de saber numa perspectiva interdisciplinar;

c) capacidade de assumir uma atitude crítica e inovadora para enfrentar os complexos problemas culturais e socioambientais do estado e propor-lhes soluções criativas.

4.1.6 Campo de atuação profissional

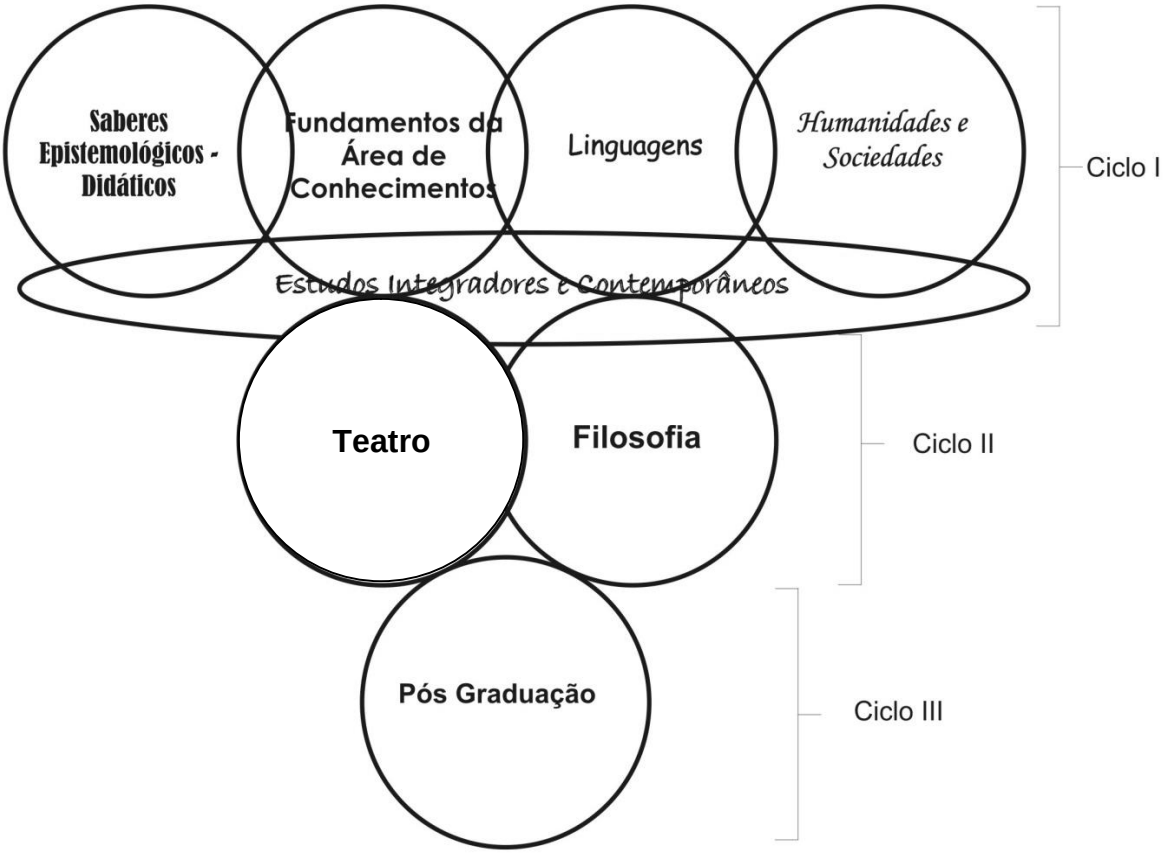
Dada a formação acurada em Filosofia e ciências pedagógicas e o domínio de conhecimentos fundamentais em Teatro, o licenciado do curso de Filosofia da UFT tem preparação adequada para atuar:

- na docência na educação básica;
- na pesquisa e assessoria em áreas de debate interdisciplinar ou em assessorias culturais e educacionais.

4.1.7 Organização curricular

O curso de Licenciatura em Filosofia, buscando a sua organicidade formativa articulada ao curso de Teatro, está organizado em três momentos de formação distintos, mas interligados. Cada momento corresponde a um ciclo: Ciclo de Formação Geral (Ciclo I), Ciclo de Formação Profissional (Ciclo II) e Ciclo de Formação Avançada (Ciclo III). Em cada ciclo encontram-se os eixos, em que os conteúdos curriculares são articulados. Os conteúdos curriculares são ofertados na forma de disciplinas no regime de créditos. Em observância à Resolução CNE/CES 02/2015, os referidos ciclos formativos serão desdobrados nos núcleos formativos I, II e III, com a explicitação da prática como componente curricular, estágio

curricular supervisionado, atividades complementares, bem como da dimensão pedagógica concernente à formação do licenciando.



4.1.7.1 Ciclo de Formação Geral (Ciclo I)

O objetivo geral do Ciclo da área ñTeatro e Filosofiaò consiste na formação sólida, humanista e interdisciplinar que possibilita a apropriação, por parte dos alunos, dos saberes necessários à compreensão crítica da realidade natural, social e cultural, bem como a construção do seu próprio itinerário formativo dentro do leque de possibilidades aberto pela Universidade, com gestão do próprio conhecimento. Ademais, o Ciclo I visa a construção de conhecimentos no campo da ciência e da educação de modo a constituir uma base para o ulterior momento de aprofundamento no Ciclo Profissional.

Os eixos que compõem o Ciclo I são: Humanidades e Sociedade; Linguagens; Estudos Integradores e Contemporâneos; Saberes epistemológico-didáticos; Fundamentos da área de Conhecimento. Cada eixo adota como carga horária mínima 120h.

Conteúdos curriculares de cada eixo:

a) **Humanidades e Sociedade**: História da Arte; Sociedade, Cultura e Educação; Arte Brasileira.

b) **Linguagens**: Leitura e Produção de Textos Científicos e Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS).

c) **Fundamentos da Área de Conhecimento**: Introdução à Filosofia; História da Filosofia Antiga I, História da Filosofia Antiga II, Antropologia Filosófica; História da Filosofia Medieval e Hermenêutica.

d) **Estudos Integradores e Contemporâneos**: Estudos Culturais; Disciplina optativa.

e) **Saberes Epistemológicos e Pedagógicos**: Filosofia da Educação; Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem.

A seguir aparecem delineados os objetivos, os temas, conteúdos e atividades interdisciplinares de cada eixo.

Deve-se ressaltar que nas atividades interdisciplinares o diálogo entre disciplinas não vai se esgotar nas propostas indicadas neste projeto. O caráter dinâmico do diálogo interdisciplinar impede a fixação de uma interdisciplina de uma vez para sempre. Caberá sempre aos docentes buscarem novas formas de diálogo interdisciplinar no seu trabalho coletivo.

Eixos e componentes curriculares do Ciclo I

a) Eixo de Humanidades e Sociedade.

Carga horária: 120 horas.

Ementa do eixo: As unidades sociais em seus vínculos com o Estado, a sociedade, a cultura e os indivíduos. Relação indivíduo/sociedade/meio ambiente. Compreensão crítica da realidade natural, social e cultural por meio da abordagem dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais.

Conceitos: Homem; Sociedade; Meio-Ambiente.

Conteúdos curriculares: 1) História da Arte (60h); 2) Arte Brasileira (60h).

b) Eixo de Linguagens.

Carga Horária: 60 horas.

Ementa do eixo: Conhecimentos e habilidades na área da linguagem instrumental. Expressão oral e escrita nas áreas de conhecimento, com foco em retórica e argumentação e produção de projetos, estudos, roteiros, ensaios, artigos, relatórios, laudos, perícias, apresentações orais

etc. Linguagens simbólicas de natureza universal e inclusiva.

Conceitos: Linguagens de natureza universal; Linguagem textual; Linguagens inclusivas.

Conteúdos curriculares: 1) Leitura e produção de textos científicos (60h).

c) Eixo de Estudos Integradores e Contemporâneos.

Carga horária: 120 horas.

Ementa do eixo: Conhecimentos no campo da cultura, da sociedade e questões emergentes na contemporaneidade. Abrange as seguintes atividades: seminários, palestras, debates, oficinas, relatos de experiências, atividades de natureza coletiva, estudos curriculares e projetos interdisciplinares, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos.

Conceitos: Contemporaneidade; Temáticas interdisciplinares.

Conteúdos curriculares: 1) Estudos Culturais (75h); 2) Disciplina Optativa I (30h); e 3) Disciplina Optativa II (30h).

d) Eixo dos Saberes Epistemológicos e Pedagógicos

Carga horária: 330 h.

Ementa do eixo: Investigação da instituição escolar (sua história, práticas, valores e procedimentos; políticas públicas de educação; estudos sobre seus agentes sociais, tais como estudantes, professores e demais profissionais da educação; questões relativas ao ensino e à aprendizagem, dentre outras). Formação didática do professor e sua qualificação profissional com ênfase na reflexão sistemática sobre os compromissos da universidade com a educação básica.

Conceitos: Investigação da prática; Formação profissional e inclusão social e didático-pedagógica.

Conteúdos curriculares: 1) Sociedade, Cultura e Educação (60h); 2) Filosofia da Educação (60 h); 3) Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem (75 h); 4) Laboratório de produção de material didático I (75h) sendo 60h teóricas e 15h práticas; 5) Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) (60h).

.

e) Eixo de Fundamentos da Área de Conhecimento.

Carga horária: 450 h, sendo 90 horas destinadas a atividades práticas, tais como: seminários, palestras, debates, oficinas, relatos de experiências, atividades de natureza coletiva, estudos

curriculares e projetos interdisciplinares, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos.

Ementa do eixo: Introdução aos conteúdos básicos à formação. Componentes curriculares básicos para a formação profissional específica. Visão panorâmica da área de conhecimento e das carreiras profissionais.

Conceitos: Matrizes específicas da área.

Conteúdos curriculares: 1) Introdução à Filosofia (75h); 2) História da Filosofia Antiga I (75h); 3) História da Filosofia Antiga II (75h); 4) Antropologia Filosófica (75h); 5) História da Filosofia Medieval (75h); Hermenêutica (75h).

TABELA 1 ï Eixos e disciplinas do Ciclo I com carga horária e créditos.

Eixo	CH	Disciplina	CH/Cred.	CH. Teor. Prát.
Humanidades e Sociedade	120h	História da Arte Arte Brasileira	60h / 4Cr. 60h / 4Cr.	60h T. 60h T.
Linguagens	60h	Leitura e Produção de Textos Científicos	60h / 4Cr.	30h T. 30h P.
Fundamentos da Área de Conhecimento	450h	Introdução à Filosofia História da Filosofia Antiga I Antropologia Filosófica História da Filosofia Antiga II Hermenêutica História da Filosofia Medieval	75h / 5Cr. 75h / 5Cr. 75h / 5Cr. 75h / 5Cr. 75h / 5Cr. 75h / 5Cr.	60h T. 15h P. 60h T. 15h P. 60h T. 15h P. 60h T. 15h P. 60h T. 15h P. 60h T. 15h P.
Estudos Integradores e Contemporâneos	75h	Estudos Culturais	75h / 5Cr.	60h T. 15h P.
Saberes Epistemológicos e Pedagógicos	195h	Linguagem Brasileira de Sinais Sociedade, Cultura e Educação Filosofia da Educação Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem Laboratório de Prod. de Mat. Didático I	60h / 4Cr. 60h / 4Cr. 60h / 4Cr. 75h / 5Cr. 60h / 4Cr.	60h T. 60h T. 60h T. 75h T. 60h T.
TOTAL	***1020h***		***1020h 68Cr.***	***885hT 135hP***

4.1.7.2 Ciclo de Formação Profissional (Ciclo II)

Objetivo do ciclo é licenciar profissionais qualificados para atuar no ensino de filosofia na educação básica, mediante:

a) o aprofundamento do estudo do pensamento filosófico ocidental, nos seus diversos campos, enfatizando a sua história, os modelos construídos, a reflexão sobre a *práxis* e as reflexões emergentes;

b) o fomento à pesquisa filosófica, direcionando suas temáticas para os programas de Pós-graduação existentes na UFT, em especial a especialização *lato sensu* e o mestrado em Filosofia;

c) a capacitação didática na teoria e na prática, em especial nos laboratórios de ensino, constituindo as habilidades necessárias para o ensino e para a produção filosófica de material didático destinada a educação básica;

d) articulação entre os diversos campos e disciplinas da Filosofia, entre o saber filosófico e outras formas de saber, de modo a ressaltar a lógica dialética de continuidade e descontinuidade que perpassa o fluir histórico do pensamento ocidental.

A carga horária deste ciclo perfaz 1995 horas, diluída em seis eixos: Estudos Filosóficos; Saberes Epistemológicos e Pedagógicos; Estágio Supervisionado; TCC; Atividades Complementares; Linguagens.

Conteúdos curriculares dos eixos do Ciclo II

a) Eixo Estudos Filosóficos:
Disciplinas obrigatórias: História da Filosofia Moderna I e II, Teoria do Conhecimento, Ontologia, História da Filosofia Contemporânea I e II, Estética, Ética I e II, Filosofia Política I e II, Disciplina Optativa e Filosofia da Ciência.

b) Eixo Saberes Epistemológicos e Pedagógicos:
Política e Gestão da Educação Brasileira, Educação e Tecnologias Contemporâneas, Didática e Formação de Professores; Laboratório de Produção de Material Didático II; Fundamentos e Metodologia do Ensino de Filosofia.

c) Eixo Estágio Supervisionado:
Estágio Supervisionado I, Estágio Supervisionado II, Estágio Supervisionado III.

d) Eixo TCC:
TCC I e TCC II.

e) Eixo Atividades Complementares: atividades que atendem a Resolução CONSEPE nº 009/2005, com carga horária de 210h, equivalente a 14 créditos.

Eixos e componentes curriculares do Ciclo II

a) Eixo Estudos Filosóficos

Carga horária: 975h

Objetivo geral: percorrer o caminho da racionalidade filosófica ocidental da modernidade até hoje, destacando os principais pensadores, as questões norteadoras da reflexão filosófica e a constituição dos principais paradigmas a fim de promover uma sólida formação histórico-filosófica aos licenciandos. Além disso, este eixo também almeja investigar as principais contribuições dos filósofos nos campos da Ética e da Política de modo a formar profissionais com conhecimento aprofundado em relação aos valores éticos, à cidadania, as relações de poder e aos ideais de boa governança.

Conceitos. História da Filosofia; Paradigmas Filosóficos; Liberdade; Norma; Governo; Justiça; Poder.

Ementa: exposição da história da racionalidade filosófica construída no Ocidente desde a modernidade até hoje, com ênfase tanto nos modelos de compreensão da realidade que marcaram os diferentes períodos da Filosofia: o modelo do ser, do conhecimento e da linguagem como também nos principais temas e questões da *práxis* humana sob a perspectiva da racionalidade filosófica.

b) Eixo TCC

Carga horária: 120h

Objetivo geral: Orientar os estudantes quanto ao processo de estruturação, elaboração e execução do trabalho de conclusão de curso, conforme o regimento do Trabalho de Conclusão de Curso (anexo).

Conceitos: Conhecimento; Pesquisa acadêmica.

Ementa: O Projeto de Pesquisa. Elementos e estrutura de artigo para publicação periódica, segundo a ABNT. Coordenação da fase de desenvolvimento da pesquisa até a redação da monografia ou artigo para publicação periódica. Realização de seminários de pesquisas.

b) **Eixo saberes Epistemológicos e Pedagógicos**

Carga horária: 330h

Objetivo geral: Investigar os fundamentos teóricos e as práticas sociais da Educação e instituição escolar, visando a formação político-cultural e didático-pedagógica do professor,

sua qualificação profissional e a reflexão acerca do papel da universidade em relação à educação básica.

Conceitos: Investigação; Formação; Qualificação

Ementa: Investigação da instituição escolar (sua história, práticas, valores e procedimentos; políticas públicas de educação; estudos sobre seus agentes sociais, tais como estudantes, professores e demais profissionais da educação; questões relativas ao processo político-educacional, gestão, ensino e aprendizagem, dentre outras). Formação didática do professor e sua qualificação profissional com ênfase na reflexão sistemática sobre os compromissos da universidade com a educação básica no contexto histórico-econômico, político e social.

d) Eixo Estágio Supervisionado

Carga horária: 405h

Objetivo geral: Possibilitar a vivência da prática docente, vinculando os estudos pedagógicos e filosóficos à atuação docente em educação básica, pesquisando alternativas para o ensino, questionando e problematizando o processo de ensino-aprendizagem de Filosofia.

Conceitos: Teoria e prática docente; Ensino de Filosofia.

Ementa: Compreensão crítico-analítica da realidade escolar. Promoção da aquisição de habilidades e competências para a intervenção adequada nas atividades educacionais. Estabelecimento de relações entre conhecimento, pesquisa e vivência de projetos pedagógicos. Favorecimento da observação e do contato direto com a realidade escolar e com suas condições.

e) Eixo Atividades complementares

Carga horária: 210h dedicadas à iniciação científica, iniciação à docência, extensão e monitoria, entre outras.

TABELA 2 ï Eixos e disciplinas do Ciclo II com carga horária e créditos

Eixo	CH	Disciplina	CH	Cred.	CH	
					Teor.	Prát.
Estudos Filosóficos	975	História da Filosofia Moderna I	75	5	60	15
		História da Filosofia Moderna II	75	5	60	15
		Teoria do Conhecimento	75	5	60	15
		Ontologia	75	5	60	15
		História da Filosofia Contemporânea I	75	5	60	15
		Estética	75	5	60	15
		Ética I	75	5	60	15
		História da Filosofia Contemporânea II	75	5	60	15
		Ética II	75	5	60	15

		Filosofia Política I	75	5	60	15
		Filosofia Política II	75	5	60	15
		Optativa	75	5	60	15
		Filosofia da Ciência	75	5	60	15
Saberes Epistemológicos e Pedagógicos	330	Política e Gestão da Educação Brasileira	75	5	75	
		Educação e Tecnologias Contemporâneas	60	4	60	
		Laboratório de Produção de Material Didático II	60	4	60	
		Didática e Formação de Professores	75	5	75	
		Fundamentos e Metodologia do Ensino de Filosofia	75	5	60	15
Estágio	405	Estágio Supervisionado I	135	9	60	75
		Estágio Supervisionado II	135	9	30	105
		Estágio Supervisionado III	135	9	30	105
TCC	120	TCC I	60	4	45	15
		TCC II	60	4	15	45
Linguagens	150	Lógica	75	5	60	15
		Filosofia da Linguagem	75	5	60	15
Atividades complementares	210		210	14	-	-
TOTAL	**1995**		**1.995**	**147**	**1.410**	**585**

4.1.7.3 Ciclo de Formação Avançada, Pós-graduação (Ciclo III)

O objetivo deste ciclo consiste em aprofundar os conhecimentos na área de Filosofia em programas de Pós-graduação estruturados a partir de linhas de pesquisas consolidadas na área.

O curso de Licenciatura em Filosofia associou-se ao Programa de Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO), além de criar um curso de especialização *lato sensu* Ética e Ensino de Filosofia. Os resultados favoráveis destas duas experiências supracitadas estimularam o colegiado do curso de licenciatura em Filosofia a envidar esforços no sentido de submeter a médio prazo um projeto para criação de um programa de mestrado acadêmico em Filosofia na UFT.

Linhas de pesquisa:

- Ensino de Filosofia;
- Fundamentos de Ética e Política;
- Lógica, linguagem e epistemologia.

4.1.7.4 Estrutura curricular interdisciplinar

A estrutura curricular do curso de Licenciatura em Filosofia foi construída a partir de uma perspectiva interdisciplinar de modo a proporcionar, durante todo o curso, situações-problema e projetos interdisciplinares para que o estudante vivencie a prática do diálogo entre saberes. Assim, no Curso de Filosofia, a perspectiva interdisciplinar é um esforço teórico, prático e coletivo de realização de diálogo entre disciplinas do mesmo eixo e entre eixos, ciclos e cursos diferentes.

O diálogo interdisciplinar se realiza de múltiplas formas. Pode-se, por exemplo, privilegiar a *problematização* ao articular duas disciplinas. Assim, na disciplina de Filosofia da Ciência, pode-se interrogar sobre o lugar da ética na ciência, e nas disciplinas pedagógicas pode-se problematizar sobre a (im)possibilidade de formação profissional sem formação política. Os problemas podem ser colocados no âmbito da *contextualização*, em que questões regionais e locais se tornam conteúdo de reflexão crítica. O problema genérico ï como formar o professor apto a ensinar Filosofia? ï se contextualiza na pergunta: como formar o professor de Filosofia para atuar na Educação básica do estado do Tocantins?

A contextualização dos saberes disciplinares abrange também a *mediação histórica*, possibilitando o diálogo entre a História da Arte e a História da Filosofia. Nesse caso, a disciplina História da Arte, que está inserida no Ciclo I, é posta em diálogo com todas as disciplinas de História da Filosofia, tanto do Ciclo I como do Ciclo II, que perpassam o itinerário da racionalidade ocidental desde os gregos até os dias de hoje. Os professores das diferentes disciplinas podem, por exemplo, tematizar a pós-modernidade filosófica e artística na atualidade.

As disciplinas de Ética e Política do Ciclo II são disciplinas que por definição devem manter diálogo estreito com várias disciplinas do Ciclo I, pois a finalidade deste PPC é preparar professores. Nenhuma disciplina de teoria política forma um cidadão, como nenhuma teoria ética torna um ser humano um ser melhor, mas em todos os processos formativos que objetivam a formação ética do cidadão, deve-se indagar pela ideia de cidadania, de política e de ética, e pelos problemas teóricos que envolvem esses conceitos. Daí a importância do diálogo de todas as disciplinas pedagógicas com essas disciplinas teóricas.

Ademais, Ética e Política são campos teóricos criados pela filosofia antiga e que estão, ainda hoje, em contínuo desenvolvimento; estes campos se desmembram em diferentes frentes de pesquisa, patentes nas disciplinas de Filosofia Antiga e nas disciplinas Optativas,

como no caso da relação da Ética com as ciências da vida na área da Bioética; no caso da Ética com as ciências do Ambiente na Ética Ambiental; no caso da Ética com a Teoria da Linguagem, na Ética do Discurso; na relação entre Política e Direito no caso da Teoria do Estado, da Teoria da Justiça, da Teoria dos Direitos Humanos e na Teoria da Argumentação Jurídica.

As disciplinas de Filosofia da Ciência e de Teoria do Conhecimento também devem manter contínuo diálogo com outras disciplinas, pois as crises paradigmáticas que envolvem a transição dos modos de elaborar o conhecimento sobre o real, não são crises meramente ontológicas, pois a realidade não muda por si, mas crises que envolvem a atuação humana e o conhecimento que justifica a intervenção sobre a natureza e a sociedade. São crises do conhecimento e, sobretudo, das ciências que o elaboram.

Em consonância com as Diretrizes Curriculares de Filosofia, em ambos os ciclos a disciplina de História da Filosofia ocupa um posto central, sendo desmembrada na periodização histórica convencional: história antiga, medieval, moderna e contemporânea. Trata-se de uma só disciplina que se articula por uma lógica interna de recepção criativa do passado. A rigor, na História da Filosofia o passado é algo presente, pois os filósofos de hoje se debruçam na leitura dos filósofos de ontem mantendo viva a tradição. Contudo, o estudo do passado não se traduz apenas como mera erudição, mas é conscientemente assumido como ponto de partida necessário para compreender o presente, que é o sentido de fazer filosofia. Os filósofos medievais, por exemplo, não abriram mão do saber dos filósofos antigos, ao contrário, foram seus leitores, intérpretes, glosadores e tradutores, mas mantiveram a intencionalidade de fazer filosofia.

No curso de Filosofia, os professores das disciplinas de História da Filosofia devem manter o diálogo entre si para contextualizar cada pensador, revelando tanto as influências recebidas dos filósofos que o antecederam quanto a originalidade da sua produção teórica, que não se desvincula do enfrentamento das questões do seu tempo. Nesse sentido, podemos chamar esse trabalho de *intradisciplinar*, pois não se dá entre disciplinas diferentes, mas sim dentro de uma disciplina, em que se entrecruzam pensadores, tendências, questões e contextos históricos diferentes, mas interligados pelo fio da busca filosófica em compreender o presente.

Esse PPC é um projeto aberto que tem como pressuposto a disposição constante e contínua dos diferentes professores para o diálogo com outras disciplinas do Curso e de outros cursos. Destarte, não é possível indicar todas as articulações e diálogos entre as disciplinas,

deixando em aberto a possibilidade de ampliação do que apenas foi esboçado aqui, mediante o ininterrupto processo de avaliação do currículo por parte dos docentes e dos discentes.

4.1.7.5a Estrutura curricular conforme os ciclos de formação geral (I) e profissional (II)

A carga horária do curso de Filosofia perfaz 3225h (215 créditos), sendo 1020h referente a carga horária do Ciclo de Formação Geral, 1995h concernente ao Ciclo de Formação Profissional e 210h destinada às atividades complementares

TABELA 3 ï Estrutura curricular do Ciclo I. Carga horária: 1020h; 68 créditos.

1º. PERÍODO					
Componentes curriculares	**Cred.**	**CHT**	**CHP#**	**CHTL**	**Interdisciplinas**
E. 1 Leitura e Produção de Textos Científicos	4	30	30	60	12, 19, 27
D. 2 História da Arte	4	60		60	6, 11, 28
D. 3 Sociedade, Cultura e Educação	4	60		60	5, 6, 7, 8, 29
A. 4 História da Filosofia Antiga I	5	60	15	75	5, 7, 9, 16, 23, 24, 28, 30
A. 5 Introdução à Filosofia	5	60	15	75	7, 10,16, 19, 23, 24, 28
Total	**22**	**270**	**60**	**330**	
2º. PERÍODO					
Componentes curriculares	**Cred.**	**CHT**	**CHP**	**CHTL**	**Interdisciplinas**
B. 6 Estudos Culturais	5	60	15	75	3, 11, 29
C. 7 Filosofia da Educação	4	60		60	2, 10, 16, 25, 28, 29, 33
C. 8 Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem	5	75		75	3, 7, 12, 17, 21, 23, 25, 29, 30, 34, 39
A. 9 História da Filosofia Antiga II	5	60	15	75	4, 10, 14, 16, 19, 23, 24, 27, 28
A. 10 Antropologia Filosófica	5	60	15	75	5, 14, 16, 19, 23, 24, 27, 28, 32
Total	**24**	**315**	**45**	**360**	
3º. PERÍODO					
Componentes curriculares	**Cred.**	**CHT**	**CHP**	**CHTL**	**Interdisciplinas**
D. 11 Arte Brasileira	4	60		60	2, 6, 28
C. 12 Linguagem Brasileira de Sinais	4	60		60	1, 16, 17, 21
A. 13 História da Filosofia Medieval	5	60	15	75	5, 7, 14, 16, 19, 23, 24, 27, 28, 33, 40
A. 14 Hermenêutica	5	60	15	75	5, 10, 19, 27
C. 15 Laboratório de produção de material didático I	4	60		60	1, 5, 17, 21, 25, 29, 30
Total	**22**	**300**	**30**	**330**	
Total Ciclo I	**68**	**885**	**135**	**1020**	
#CHP: Prática de ensino como componente curricular.					
Legenda e carga horária dos eixos do ciclo de formação geral: A - Eixo Fundamentos da área de Conhecimento: 450h B - Eixo de Estudos Integradores e Contemporâneos: 75h C - Eixo de Saberes Epistemológicos e pedagógicos: 315h D - Eixo de Humanidades e Sociedade: 120h E - Eixo de Linguagens: 60h					

TABELA 4 ï Estrutura curricular do Ciclo II. Carga horária: 1.995h; 133 créditos

4º PERÍODO					
Componentes curriculares	**Cred.**	**CHT**	**CHP#**	**CHTL**	**Interdisciplinas**
A. 16 Ética I	5	60	15	75	4, 5, 7, 10, 13, 26, 32
C. 17 Educação e Tecnologias Contemporâneas	4	60		60	3, 12, 17, 21, 25, 29
A. 18 História da Filosofia Moderna I	5	60	15	75	5, 7, 10, 16, 19, 22, 23, 24, 27, 28, 33, 40
E. 19 Lógica	5	60	15	75	4, 5, 14, 18, 26, 27
C. 20 Laboratório de Produção de Material Didático II	4	60		60	1, 5, 17, 21, 25, 29, 30
Total	***23***	***300***	***45***	***345***	
5º PERÍODO					
Componentes curriculares	**Cred.**	**CHT**	**CHP**	**CHTL**	**Interdisciplinas**
C. 21 Didática e Formação de Professores	5	75		75	3, 8, 17, 20, 25, 29, 30
A. 22 História da Filosofia Moderna II	5	60	15	75	5, 10, 14, 16, 19, 23, 24, 28, 33, 40
A. 23 Teoria do Conhecimento	5	60	15	75	4, 5, 10, 13, 18, 26
A. 24 Ontologia	5	60	15	75	4, 5, 13, 18, 23, 26, 27
C. 25 Fundamentos e Metodologia do Ensino de Filosofia	5	60	15	75	8, 16, 17, 20, 21, 30
Total	***25***	***315***	***60***	***375***	
6º PERÍODO					
Componentes curriculares	**Cred.**	**CHT**	**CHP**	**CHTL**	**Interdisciplinas**
A. 26 História da Filosofia Contemporânea I	5	60	15	75	5, 10, 14, 16, 19, 23, 24, 27, 28, 33, 40
E. 27 Filosofia da Linguagem	5	60	15	75	4, 5, 13, 14, 18, 19, 26
A. 28 Estética	5	60	15	75	2, 5, 10, 13, 18, 26
C. 29 Política e Gestão da Educação Brasileira	5	75		75	3, 6, 17, 21, 25, 30
B. 30 Estágio Supervisionado I	9	60	75	135	8, 21, 25, 34, 39
Total	***29***	***315***	***120***	***435***	
7º PERÍODO					
Componentes curriculares	**Cred.**	**CHT**	**CHP**	**CHTL**	**Interdisciplinas**
A. 31 História da Filosofia Contemporânea II	5	60	15	75	5, 10, 19, 23, 24, 27, 28, 33, 40
A. 32 Ética II	5	60	15	75	2, 5, 10, 13, 18, 26, 29
A. 33 Filosofia Política I	5	60	15	75	4, 5, 13, 18, 26, 36
B. 34 Estágio Supervisionado II	9	30	105	135	8, 21, 25, 30, 39
F. 35 TCC I	4	45	15	60	***
Total	***28***	**255**	**165**	***420***	
8º PERÍODO					
Componentes curriculares	**Cred.**	**CHT**	**CHP**	**CHTL**	**Interdisciplinas**
A. 36 Filosofia Política II	5	60	15	75	4, 5, 13, 18, 26, 33

A. 37 Optativa	5	60	15	75	5, 10, 15
F. 38 TCC II	4	15	45	60	***
B. 39 Estágio Supervisionado III	9	30	105	135	8, 21, 25, 30, 34
A. 40 Filosofia da Ciência	5	60	15	75	4, 5, 10, 13, 18, 22, 26, 31
Total	**28**	**225**	**195**	**420**	
Total ciclo II	**133**	**1410**	**585**	**1995**	
#CHP: Prática de ensino como componente curricular.					
Legenda e carga horária dos eixos do ciclo de formação profissional A - Eixo de Estudos Filosóficos: 975h B - Eixo de Estágio Supervisionado: 405h C - Eixo de Saberes Epistemológicos e pedagógicos: 330h D - Eixo de Atividades complementares: 210h E - Eixo de Linguagens: 150h F - Eixo de TCC: 120h *** OBS: A interdisciplinaridade das disciplinas de TCC I e II depende do problema escolhido em cada projeto de pesquisa.					

TOTAL GERAL DO CURSO	Cred.	CHT	CHP	CHTL
Ciclo De Formação Geral	**68**	**885**	**135**	**1.020**
Ciclo De Formação Profissional	**133**	**1.410**	**585**	***1.995***
Atividades complementares	***14***	--	--	**210**
Total Geral	***215***	***2.310***	***735***	***3.225***

TABELA 5 - Disciplinas optativas a serem ofertadas em rodízio

Componentes curriculares	Cred.	CHT	CHP	CHTL
Filosofia e Direito	5	60	15	75
Tópicos Especiais e Religião, Ciência e Filosofia	5	60	15	75
Trabalho, Educação e Formação Escolar	5	60	15	75
Estética e Filosofia da Arte	5	60	15	75
Filosofia e Literatura	5	60	15	75
Filosofia Política do Renascimento	5	60	15	75
Filosofia e Psicanálise	5	60	15	75
Filosofia e Economia	5	60	15	75
Dificuldade e Transtorno de Aprendizagem na Formação de Professores	5	60	15	75
Seminário sobre realidade socioambiental, corpo, gênero e sexualidade	5	60	15	75

4.1.7.5b Estrutura Curricular com os desdobramentos dos ciclos I e II nos núcleos I, II e III da Resolução CNE/CES 02/2015

Em observância à Resolução CNE/CES 02/2015, a estrutura curricular anteriormente descrita está desdobrada nos núcleos formativos I, II e III, seguido da explicitação da prática como componente curricular, estágio curricular supervisionado, atividades complementares, bem como da descrição da dimensão pedagógica concernente à formação do licenciando em relação a carga horária do curso. O Projeto buscou atender ao que preceitua o art. 12 da referida resolução no que se refere ao:

> I - núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais [...]; II - núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das

áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino [...]; e III - núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular [...].

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO			
Descrição conforme a Resolução CNE/CES 02/2015	**Carga Horaria Total**	**Prática como componente curricular**	**Dimensão Pedagógica**
Núcleo I - Estudos de Formação Geral	1020	135	315
Núcleo II - Aprofundamento e diversificação de estudos da área de Filosofia	1590	300	330
Núcleo III - estudos integradores para enriquecimento curricular: atividades complementares	210	-----	-----
Estágio Curricular obrigatório	405	----	-----
TOTAL	**3225**	**435**	**645**

NÚCLEO I - ESTUDOS DE FORMAÇÃO GERAL			
Descrição conforme a Resolução CNE/CES 02/2015 **Componentes curriculares**	**Carga Horaria Total**	**Prática como componente curricular**	**Dimensão Pedagógica**
1) Leitura e Produção de Textos Científicos	60	30	
2) História da Arte	60	00	
3) História da Filosofia Antiga I	75	15	
4) Introdução à Filosofia	75	15	
5) Estudos Culturais	75	15	
6) História da Filosofia Antiga II	75	15	
7) Antropologia Filosófica	75	15	
8) Arte Brasileira	60	00	
9) História da Filosofia Medieval	75	15	
11) Hermenêutica	75	15	
12) Sociedade, Cultura e Educação	60		60
13) Filosofia da Educação	60		60
14) Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem	75		75
15) Linguagem Brasileira de Sinais	60		60
16) Laboratório de produção de material didático I	60		60
Total Núcleo I	**1020**	**135**	**315**

NÚCLEO II - APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS DA ÁREA DE FILOSOFIA			
Descrição conforme a Resolução CNE/CES 02/2015 **Componentes curriculares**	**Carga Horaria Total**	**Prática como componente curricular**	**Dimensão Pedagógica**
17) Ética I	75	15	
18) História da Filosofia Moderna I	75	15	
19) Lógica	75	15	
20) História da Filosofia Moderna II	75	15	
21) Teoria do Conhecimento	75	15	
22) Ontologia	75	15	
23) História da Filosofia Contemporânea I	75	15	
24) Filosofia da Linguagem	75	15	
25) Estética	75	15	
26) História da Filosofia Contemporânea II	75	15	
27) Ética II	75	15	
28) Filosofia Política I	75	15	
29) TCC I	60	15	
30) Filosofia Política II	75	15	
31) Optativa	75	15	

32) TCC II	60	45	
33) Filosofia da Ciência	75	15	
34) Educação e Tecnologias Contemporâneas	60		60
35) Laboratório de Produção de Material Didático II	60		60
36) Didática e Formação de Professores	75		75
37) Fundamentos e Metodologia do Ensino de Filosofia	75	15	60
38) Política e Gestão da Educação Brasileira	75		75
Total Núcleo II	**1590**	**300**	**330**

NÚCLEO III - ESTUDOS INTEGRADORES PARA ENRIQUECIMENTO CURRICULAR	
Descrição conforme a Resolução CNE/CES 02/2015 **COMPONENTES CURRICULARES**	**Carga Horaria Total**
Atividades Complementares	**210**

ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO	
Descrição conforme a Resolução CNE/CES 02/2015 **COMPONENTES CURRICULARES**	**Carga Horaria Total**
Estágio Supervisionado I	135
Estágio Supervisionado II	135
Estágio Supervisionado III	135
Total	**405**

Conforme a estruturação curricular anteriormente explicitada o PPC do Curso de Licenciatura em Filosofia baseado nas orientações curriculares da Resolução CNE/CES 02/2015 perfaz um total de 3.225 (três mil e duzentos e vinte cinco) horas de efetivo trabalho acadêmico, com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos e no máximo 12 semestres ou 6 (seis) anos, compreendendo: 435 (quatrocentas e trinta e cinco) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo; 405 (quatrocentas e cinco) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica; 2.385 (duas mil e trezentos e oitenta e cinco) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II; 210 (duzentas e dez) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

TABELA 6 ï Quadro de disciplinas equivalentes

1º PERÍODO

Versão Anterior do PPC			**Versão Nova do PPC**		
Período	**Disciplina**	**Carga Horária**	**Período**	**Disciplina**	**Carga Horária**
1º	Introdução à Filosofia	60 h	1º	Introdução à Filosofia	75 h
1º	Sociedade, Cultura e História da Educação	60 h	1º	Sociedade, Cultura e Educação	60 h

1º	Introdução à Estética	60 h	6º	Estética	75 h
1º	Leitura e Produção de Textos Científicos	30 h	1º	Leitura e Produção de Textos Científicos	60 h
1º	Conhecimento e Realidade Socioambiental	30 h	2º	Teoria do Conhecimento	75 h
1º	Seminário interdisciplinar I	30 h	1º	História da Filosofia Antiga I	75 h

2º PERÍODO

Versão Anterior do PPC			**Versão Nova do PPC**		
Período	**Disciplina**	**Carga Horária**	**Período**	**Disciplina**	**Carga Horária**
2º	Filosofia da Educação	60 h	2º	Filosofia da Educação	60 h
2º	Antropologia Filosófica	60 h	2º	Antropologia Filosófica	75 h
2º	Leitura de textos científicos em língua estrangeira	30 h	3º	Laboratório de produção de material didático I	75 h
2º	História da Arte	60 h	1º	História da Arte	60 h
2º	Ética e Cidadania	60 h	4º	Ética I	75 h
2º	Seminário interdisciplinar II	30 h	2º	História da Filosofia Antiga II	75 h

3º PERÍODO

Versão Anterior do PPC			**Versão Nova do PPC**		
Período	**Disciplina**	**Carga Horária**	**Período**	**Disciplina**	**Carga Horária**
3º	Patrimônio Artístico e Cultural do Brasil	60 h	3º	Arte Brasileira	60 h
3º	Antropologia Cultural	60 h	4º	Ética I	75 h
3º	História e Teoria da Ciência	30 h	5º	Teoria do Conhecimento	75 h
3º	Matrizes Culturais da Amazônia	30 h	2º	Estudos Culturais	60 h
3º	Filosofia da Linguagem	60 h	6º	Filosofia da Linguagem	75 h
3º	Psicologia da Aprendizagem	60 h	2º	Psicologia da Aprendizagem	60 h
3º	Seminário interdisciplinar III	30 h	3º	História da Filosofia Medieval	75 h

4º PERÍODO

Versão Anterior do PPC			**Versão Nova do PPC**		
Período	**Disciplina**	**Carga Horária**	**Período**	**Disciplina**	**Carga Horária**
4º	História da Filosofia Antiga	60 h	1º	História da Filosofia Antiga I	75 h
4º	Hermenêutica de textos filosóficos	60 h	3º	Hermenêutica	75 h
4º	Didática e formação de	60 h	5º	Didática e Formação de	60 h

	professores			Professores	
4º	Lógica	60 h	4º	Lógica	60 h
4º	Linguagem Brasileira de Sinais	60 h	3º	Linguagem Brasileira de Sinais	60 h
4º	Seminário interdisciplinar IV	15 h	4º	História da Filosofia Moderna I	75 h

5º PERÍODO

Versão Anterior do PPC			**Versão Nova do PPC**		
Período	**Disciplina**	**Carga Horária**	**Período**	**Disciplina**	**Carga Horária**
5º	História da Filosofia Medieval	60 h	3º	História da Filosofia Medieval	75 h
5º	Fundamentos de Ética	60 h	4º	Ética I	75 h
5º	Laboratório de Produção de Material Didático I	60 h	3º	Laboratório de produção de material didático I	75 h
5º	Estágio Supervisionado I	90 h	6º	Estágio Supervisionado I	135 h
5º	Educação e Tecnologias contemporâneas	60 h	4º	Educação e Tecnologias Contemporâneas	60 h
5º	Optativa 1	30 h	8º	Optativa	75 h

6º PERÍODO

Versão Anterior do PPC			**Versão Nova do PPC**		
Período	**Disciplina**	**Carga Horária**	**Período**	**Disciplina**	**Carga Horária**
6º	História da Filosofia Moderna I	60 h	4º	História da Filosofia Moderna I	75 h
6º	Currículo, Política e Gestão Educacional	60 h	6º	Política e Gestão da Educação Brasileira	60 h
6º	Laboratório de Produção de Material Didático II	60 h	4º	Laboratório de Produção de Material Didático II	60 h
6º	Estágio Supervisionado II	120 h	7º	Estágio Supervisionado II	135 h
6º	Ética	60 h	7º	Ética II	75 h
6º	Seminário interdisciplinar V	15 h	6º	História da Filosofia Moderna II	75 h

7º PERÍODO

Versão Anterior do PPC			**Versão Nova do PPC**		
Período	**Disciplina**	**Carga Horária**	**Período**	**Disciplina**	**Carga Horária**
7º	História da Fil. Moderna II	60 h	6º	História da Filosofia Contemporânea I	75 h
7º	Estágio Supervisionado III	105 h	8º	Estágio Supervisionado III	135 h
7º	Ontologia	60 h	5º	Ontologia	75 h
7º	Fundamentos de Filosofia Política	60 h	7º	Filosofia Política I	75 h
7º	Fundamentos e Metodologia do	60 h	5º	Fundamentos e Metodologia do	75 h

	Ensino de Filosofia			Ensino de Filosofia	
7º	Seminário interdisciplinar VI	15 h	7º	História da Filosofia Contemporânea I	75 h

8º PERÍODO

Versão Anterior do PPC			Versão Nova do PPC		
Período	**Disciplina**	**Carga Horária**	**Período**	**Disciplina**	**Carga Horária**
8º	História da Fil. Contemporânea	60 h	8º	História da Filosofia Contemporânea II	75 h
8º	Estágio Supervisionado IV e TCC	90 h	7º	Estágio Supervisionado III	135 h
8º	Epistemologia	60 h	8º	Filosofia da Ciência	75 h
8º	Filosofia Política	60 h	8º	Filosofia Política II	75 h
8º	Optativa 2	30 h	8º	Optativa	75 h
8º	Seminário interdisciplinar VII	15 h	8º	História da Filosofia Contemporânea I	75 h

4.1.7.6 Elenco de disciplinas:

a. Disciplinas obrigatórias:

Leitura e Produção de Textos Científicos - 60h

Ementa: Linguagem, texto e discurso. Tipos de textos e gêneros textuais. Estratégias de leitura e interpretação. Práticas de leitura e de produção textual.

Bibliografia Básica

ABREU, A. S. *A arte de argumentar*. Gerenciando razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
FIORIN, J. L. & SAVIOLI, F. P. *Para entender o texto*: leitura e redação. 7. ed. São Paulo: Ática, 2004.
MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a Escrita*: atividades de retextualização. 4. ed., São Paulo: Cortez, 2003.

Bibliografia complementar

CRISTÓVÃO, V. L. e NASCIMENTO, E. L. (Orgs.) *Gêneros textuais*: teoria e prática. Londrina: Moriá, 2004.
FIORIN J. L. *Lições de Texto*. Leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
KOCH, I. *Coerência/Coesão textual*. São Paulo: Contexto, 2007.
POLITO, R. *Superdicas para falar bem em conversas e apresentações*. São Paulo, Saraiva 2005.

História da Arte - 60h

Ementa: Teoria, História e Crítica de Arte, com ênfase em Arte Moderna e Contemporânea.

Bibliográfica básica

BAZIN, G. *História da História da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
JANSON, H. G. *História Geral da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
STANGOS, N. *Conceitos da Arte Moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
GOMBRICH, E. *História da Arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

Bibliografia Complementar

CHIPP, H. *Teorias da Arte Moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
DE FUSCO, R. *História da Arte Contemporânea*. Lisboa: Presença, 1988.
READ, H. *História da Pintura Moderna*. São Paulo: Zahar / Círculo do Livro, 1980.
FABRIS, A.; ZIMMERNANN, S. *Arte Moderna*. SP: Experimento, 2001.
SCHAMA, S. *O poder da arte*. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

Sociedade, Cultura e Educação - 75h

Ementa: Relação entre sociedade, cultura e educação em geral. Contribuição das ciências sociais e humanas para a compreensão do fenômeno educativo e o processo de formação do educador na contemporaneidade. Cultura como produção humana. A educação como prática social. Sociedade, cultura e educação brasileira no contexto histórico. Diversidade cultural e política educacional de ação afirmativa. Esfera privado-mercantil, ideologia liberal/neoliberal e a educação pública brasileira. A prática enquanto componente curricular (15h) dar-se-á da seguinte maneira: participação em seminários, oficinas de produção científica, produção de artigo científico e monografia a partir do aporte teórico recebido em sala de aula e pesquisa de campo quando a temática do projeto assim o exigir.

Bibliografia Básica

BRANDÃO, C. R. *A educação como Cultura*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2002.
GOMES, A. C. *A educação em perspectiva sociológica*. 3. ed. São Paulo: EPU, 1994.
MANACORDA, M. A. *História da educação***:** da antiguidade aos nossos dias. Trad. de Gaetano Lo Mônaco; revisão da trad. Rosa dos Anjos Oliveira e Paolo Nosella, 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Bibliografia Complementar

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*: aventura da sociedade moderna. Trad.: Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
GADOTTI, M. *Histórias das ideias pedagógicas*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.
GUARESCHI, P. *Sociologia crítica*; alternativas de mudança. 45. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs). *Marxismo e Educação***:** debates contemporâneos. Campinas/SP: Autores Associados/Histedbr, 2005.
NORONHA, O. M. *Políticas neoliberais, conhecimento e educação***.** Campinas/SP: Alínea, 2001.
PONCE, A. *Educação e luta de classes***.** Trad. de José Severo de Camargo Pereira. 3. ed., São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982.
RODRIGUES, A. T**.** *Sociologia da educação*. 6.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

VIEIRA, S. L.; FREITAS, I. M. S. *Política Educacional no Brasil:* introdução histórica. Brasília: Plano Editora, 2003.
COUTINHO, C. N. *Cultura e sociedade no Brasil***:** ensaios sobre ideias e formas. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
COELHO, I. (Org.). *Educação, cultura e formação***:** o olhar da filosofia. Goiânia: Editora PUC Goiás, 2009.
SANTOS, R. C. G. (Org.). *Sociologia da Educação:* debates clássicos na formação de professo. Rio Grande do Sul: Editora da FURG, 2013.
GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura.* Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

História da Filosofia Antiga I ï 75h

Ementa: O nascimento da Filosofia. Mito e *lógos*. Os Pré-socráticos. Movimento sofístico. Sócrates e o socratismo. Platão e Platonismo. Retórica e Dialética: a logopoética em Platão. A prática enquanto componente curricular (15h) dar-se-á da seguinte maneira: participação em seminários, produção de textos científicos, análise de material didático existente sobre as temáticas da disciplina e pesquisa que permitam a execução de tais atividades.

Bibliografia Básica

CHAUÍ, M. *Introdução à História da Filosofia*: dos pré-socráticos a Aristóteles. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
REALE, G. *História da Filosofia Antiga*. São Paulo: Paulus, 2000.
HADOT, P. *O que é filosofia antiga?* São Paulo: Loyola, 1999.

Bibliografia Complementar

BENOIT, A. H. R. *Platão e as temporalidades:* a questão metodológica. São Paulo: Annablume, 2015.
_____. *A Odisseia de Platão*. As aventuras e desventuras da dialética. São Paulo: Annablume, 2017.
_____. *Sócrates*: o nascimento da Razão. São Paulo: Ed. Moderna, 1996.
GUTHRIE. *Os sofistas*. São Paulo: Paulus.
JAEGER, W. *Paidéia*: a formação do homem grego. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
KIRK, G. S.; RAVEN, J. E. *Os filósofos pré-socráticos*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.
PLATÃO. *Diálogos*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Col. Amazônia. Série Farias Brito. Edições revisadas a partir de 2000.
REALE, G. *Para uma nova interpretação de Platão*. Trad. Marcelo Perine. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.
SCHLEIERMACHER, F. D. E. *Introdução aos diálogos de Platão*. Trad. Georg Otte. Belo Horizonte: EDUFMG, 2002.
SZLEZÁK, T. A. *Ler Platão*. Trad. Milton Camargo Mota. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.
VERNANT, J. P. *Mito e Pensamento entre os gregos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
_____. Rio de Janeiro: Difel, 2002.
TRABATTONI, F. *Oralidade e escrita em Platão*. Trad. Fernando Rey Puentes e Roberto Bolzani. São Paulo: Discurso editorial; Ilhéus: Editus, 2003.
_____. *Platão*. São Paulo: Annablume, 2010.

Introdução à Filosofia ï 75h

Ementa: O nascimento do *lógos* filosófico no Ocidente. Relação da filosofia com outros saberes: mito, senso comum, religião, ciência. História, problemas e paradigmas da filosofia. Distinguir os caminhos do filosofar na perspectiva de construção de uma prática filosófica, associada à leitura de temas e autores para fins de produção de textos, direcionados à realização de debates, oficinas ou círculos de fala dentro e fora da sala de aula. A prática enquanto componente curricular (15h) dar-se-á da seguinte maneira: participação em seminários, oficinas de produção científica, produção de artigo científico e monografia a partir do aporte teórico recebido em sala de aula e pesquisa de campo quando a temática do projeto assim o exigir.

Bibliografia básica

CORBISIER, R. *Introdução à Filosofia*. Tomo I 3. ed.1990 e II 2. ed. 1991. Rio de janeiro: Civilização Brasileira.
PORTA, M. A. G. *A filosofia a partir de seus problemas.* São Paulo: Loyola, 2002.
OLIVEIRA A. S. et. al. *Introdução à Filosofia*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1990.

Bibliografia complementar

CORBISIER, R. *Introdução à Filosofia*. Tomo II. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
CHAUÍ, M. *Introdução à História da Filosofia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995.
CORBISIER, R. *Introdução à Filosofia*. Tomo II 2. ed. Rio de janeiro: Civilização Brasileira. 1990
GHIRALDELLI JR., P. *Introdução à Filosofia*. São Paulo: Manole, 2003.
HEIDEGGER, M. *Introdução à Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Estudos Culturais ï 75h

Ementa: Os múltiplos espaços e sentidos do termo "cultura". O multiculturalismo e as políticas de reconhecimento. Pós-Modernidade e Pós-colonialismo e os estudos culturais. Os estudos culturais e a questão racial no Brasil. Povos tradicionais do Tocantins, identidade e cultura.

Bibliografia Básica

ANDRADE, K.; FLORES, K. M.; BODNAR, R. *Populações Tradicionais do Tocantins*: cultura e saberes de comunidades quilombolas. Goiânia: UFT, 2013.
CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas*. São Paulo, Edusp, 2000.
_____. *Consumidores e cidadãos*: conflitos culturais da globalização. Rio, Edit. UFRJ, 1999.
GEERTZ, C. *Briga de galos em Bali*. In: GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio, Zahar Edit., 1978.
HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 4. ed. Rio, L&PM, 2000
_____. *Da diáspora*: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte, Edit. UFMG, 2006.

LARAIA, R. B. *Cultura*: um conceito antropológico.
SILVA, T. T. (Org.) *O que é, afinal, Estudos Culturais?* Belo Horizonte: Autentica, 1999.

Bibliografia Complementar

GOMES, M. P. *Antropologia*: ciência do homem, filosofia da cultura. São Paulo: Contexto, 2010.
MATTA, R. *O que faz do Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
SANTOS, J. L. *O que é Cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.
SCHWARCZ, L. M. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário*: cor e raça na intimidade. IN. SCHWARCZ, L. M. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Filosofia da Educação ï 60h

Ementa: A educação como problema filosófico. Filosofia da Filosofia da educação. Correntes da Filosofia da educação. Teóricos da Filosofia da educação. Atividades Práticas (15h) a serem realizadas fora de sala de aula: análise de legislação, estruturas institucionais e materiais paradidáticos, inquirindo os pressupostos educacionais subjacentes. Seleção de filmes e audiovisuais em geral, que possam ser utilizados em sala de aula. Preparação de planos de aula voltados para o Ensino Básico. Pesquisa da bibliografia da disciplina e de outras fonte e realização de seminários.

Bibliografia básica

ARANHA, M. L. A. *Filosofia da educação.* São Paulo: Moderna, 2012.
FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia***:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011
GHIRALDELLI JR., P. *Filosofia da educação*. São Paulo: Ática, 2006.
MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro.* 12. ed. Eleonora F da Silva e Jeane Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.
RANCIÈRE, J. *O mestre ignorante***:** cinco lições sobre a emancipação intelectual. Trad. Lilian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

Bibliografia complementar

GHIRALDELLI JR., P. (Org.) *O que é Filosofia da Educação?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
FULAT, O. *Filosofias da Educação.* Petrópolis: Vozes, 1994.
CURY, C. J. *Educação e contradição:* elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez, 1989.
GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura.* 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
KONDER, L. *Filosofia e Educação:* de Sócrates a Habermas. São Paulo: Forma e Ação, 2006.
PUCCI, B. (org.). *Teoria crítica e educação.* 2. ed. Petrópolis: Vozes; São Carlos: EDUFISCAR, 1998.
SUCHODOLSKI, B. *A pedagogia e as grandes correntes filosóficas***.** Lisboa: Horizonte, 1978.

Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem ï 75h

Ementa: Concepções epistemológicas do desenvolvimento e aprendizagem. Estudo do desenvolvimento biopsicossocial na infância, adolescência e vida adulta. As principais teorias no processo de desenvolvimento e aprendizagem, suas implicações e desdobramentos para a ação pedagógica no contexto escolar.

Bibliografia Básica

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. *Psicologias:* uma introdução aos estudos de Psicologia. 14. Ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
CAMPOS, D. M. S. *Psicologia e desenvolvimento humano*. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
_____. *Psicologia da aprendizagem*. 37 ed. RJ: Vozes, 2008.

Bibliografia Complementar

BERGER, K. S. *O desenvolvimento da pessoa*: da infância à terceira idade. 5. Ed. Rio de janeiro: LTC editora, 2003.
CASTORINA, J. A. et al. *Piaget ï Vygotsky*: novas contribuições para o debate. São Paulo, Ática, 1995.
DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. *Psicologia na educação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
LA TAILLE, Y. et al. *Piaget, Vygotsky e Wallon*: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo, Summus, 1992.
MOREIRA, M. A. *Teorias de aprendizagem*. 2. ed. ampl. São Paulo: EPU, 2011.
OLIVEIRA, M. K. *Vygotsky, aprendizagem e desenvolvimento*: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1997.
PILLETI, N.; ROSSATO, S. M. *Psicologia da Aprendizagem*: da teoria do condicionamento ao construtivismo. São Paulo: Contexto, 2011.

História da Filosofia Antiga II ï 75h

Ementa: A Filosofia Clássica: Aristóteles. As escolas helenísticas. A antiguidade tardia. Atividades práticas (15h) a serem desenvolvidas com orientação previamente dada em classe: Análise de livros e materiais didáticos que apresentem os temas em questão. Estudos da bibliografia sugerida e pesquisa por bibliografia complementar. Elaboração de trabalhos e seminários que contemplem tarefas ligadas à futura profissão docente.

Bibliografia Básica

ANTISSERI, D.; REALE, G. *História da Filosofia*. São Paulo: Paulus, 2007. 2 v.
CHAUI, M. *Introdução à História da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
HADOT, P. *O que é filosofia antiga?* São Paulo: Loyola, 1999.

Bibliografia Complementar

ANTISSERI, D.; REALE, G. *História da Filosofia*: Filosofia pagã antiga. São Paulo: Paulus, 2003. 1 v.
ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo: Loyola, 2005.
_____. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martim Claret, 2001.

CHAUÍ, Marilena. *Introdução à História da Filosofia*: As escolas helenísticas. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 2 v.
ERLER, M.; GRAESER, A. (Orgs.) *Filósofos da Antiguidade*: dos primórdios ao período clássico, vol. 1. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005.
_____. (Orgs.) *Filósofos da Antiguidade*: do helenismo à antiguidade tardia, vol. 2. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005.
MARCONDES, D. *Iniciação à história da Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
PLOTINO. *Enéadas*. São Paulo: Polar, 2000.
REALE, G. *História da Filosofia Antiga*. São Paulo: Paulus, 2000. 2, 3 e 4 v.

Antropologia Filosófica ï 75h

Ementa*:* O homem como problema filosófico. Natureza e condição humanas. As concepções filosóficas sobre o homem: clássica grega, cristã medieval, moderna e contemporânea. A questão antropológica na filosofia contemporânea. Atividades práticas (15h): pesquisa e análise da proposta de formação humana dos Projetos Político Pedagógicos das escolas (públicas e particulares) e dos cursos universitários (públicos e particulares).

Bibliografia básica

ARENDT, H. *A condição humana*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
ARLT, G. *Antropologia filosófica*. Petrópolis: Vozes, 2008.
JAEGER, W. *Paidéia:* a formação do homem grego. 3. ed. São Paulo; Martins Fontes, 1994

Bibliografia Complementar

CASSIRER, E. *Ensaio sobre o homem:* introdução a uma filosofia da cultura humana**.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
DASTUR, F. *A morte***:** ensaio sobre a finitude. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.
VAZ, H. C. L. *Antropologia Filosófica I***.** São Paulo: Loyola, 2004.
_____. *Antropologia Filosófica II.* São Paulo: Loyola, 2004.

Arte Brasileira ï 60h

Ementa: Análise crítica e interpretativa da arte brasileira e suas implicações culturais nos vários períodos históricos e nos vários espaços geográficos que integram o país.

Bibliografia básica

ADES, D. *Arte na América Latina*. A Era Moderna 1820-1980. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 1997.
ALVIM, S. P. F. *Arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro*: plantas, fachadas e volumes. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN; Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1996-1999. v. 2.
BOSCHI, C. C. *O barroco mineiro*: artes e trabalho. São Paulo: Brasiliense, s/d. (Tudo é história nº 123).
COSTA, L. A Arquitetura dos jesuítas no Brasil. In: *Revista do SPHAN*, nº 5. Rio de Janeiro: 1941. p. 9-43.
CRULS, G. *As artes plásticas no Brasil*: arte indígena. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1968.

TOLIPAN, S et al. *Sete ensaios sobre o modernismo*. Rio de Janeiro: Funarte, 1983. (Caderno de textos).
VALENÇA, J.R. *Herança*. São Paulo: Empresas Dow, 1964.
VIDAL, Lux. (Org.). *Grafismo indígena*; estudos de antropologia estática. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, EDUSP, 2000.
ZANINI, Walter. (Org.). *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983. 2v.

Bibliografia Complementar:

CHIPP, H. *Teorias da Arte Moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
DE FUSCO, R. *História da Arte Contemporânea*. Lisboa: Presença, 1988.
READ, H. *História da Pintura Moderna*. São Paulo: Zahar / Círculo do Livro, 1980.
FABRIS, A.; ZIMMERNANN, S. *Arte Moderna*. SP: Experimento, 2001.
GOMBRICH, E. *História da Arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

Linguagem Brasileira de Sinais ï 60h

Ementa: Concepções de sujeito, língua e cultura e a comunidade surda. Modelos educacionais para surdos. Legislação e surdez. Ensino e aprendizagem de Libras e Português para surdos. A tradução e a interpretação entre Português e Libras. Prática de descrição básica de cenários e pessoas. Introdução prática aos recursos gramaticais da Libras. Prática introdutória dos elementos organizacionais da conversação em Libras.

Bibliografia Básica

GESSER, A. *LIBRAS? Que língua é essa*?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais. São Paulo: Parábola. 2009
PERLIN, G.; STUMPF, M. (Org.). *Um olhar sobre nós surdos*: Leituras comtemporâneas. Curitiba: Crv, 2012.
STROBEL, K. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: UFSC, 2008.

Bibliografia Complementar

BRITO, L. F. *Por uma gramática da língua de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
GESSER, A. *O ouvinte e a surdez*: sobre ensinar e aprender LIBRAS. São Paulo: Parábola Editora, 2012.
GERALDI, J. W. *Ancoragens*: estudos bakhtinianos. São Carlos/SP: Pedro e João, 2010.
PETRILLI, S. *Em outro lugar e de outro modo*. São Carlos/SP: Pedro7João, 2013.
MCCLEARY, L. (2003) O orgulho de ser surdo. In: *ENCONTRO PAULISTA ENTRE INTÉRPRETES E SURDOS*, 1, (17 de maio) 2003, São Paulo: FENEIS-SP [Local: Faculdade SantôAnna].
SOUZA, L. M. T. M. Cultura, língua e emergência dialógica. *R. Let. & Let.*, Uberlândia, v. 26, n. 2, p.289-306, jul. 12.
RODRIGUES, C. H. *Situações de incompreensão vivenciadas por professor ouvinte e alunos surdos na sala de aula:* processos interpretativos e oportunidades de aprendizagem. 2008. 238 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

História da Filosofia Medieval ï 75h

Ementa: A aculturação da Filosofia Grega com o cristianismo: a Apologética e a Patrística gregas. A patrística latina. A Filosofia Árabe. A Filosofia Judaica. A Filosofia nos últimos séculos da Idade Média. Atividades Práticas (15h) a serem realizadas fora de sala de aula: análise de materiais paradidáticos acerca das temáticas ligadas à Idade Média. Seleção de filmes e audiovisuais em geral, que possam ser utilizados em sala de aula. Preparação de planos de aula voltados para o Ensino Básico. Pesquisa da bibliografia da disciplina e de outras fontes e realização de seminários.

Bibliografia Básica:

AGOSTINHO, S. *A cidade de Deus.* Trad. Oscar Paes Leme. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 1 e 2 v.

_____. *Confissões*. Trad J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores).

_____. *O livre Arbítrio.* Trad. Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995.

AQUINO, T. *O ente e a essência.* Trad. Carlos Arthur do Nascimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GILSON, E. *A Filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LIBERA, A. *História da Filosofia Medieval*. São Paulo: Editora Loyola.

Bibliografia Complementar:

BOEHNER, P.; GILSON, E. *História da Filosofia Cristã*. 4a. ed. Petrópolis: Vozes. 1988.

DE BONI, L. A. (Org.) *Idade Média: Ética e Política*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

DE BONI, L. A. *De Abelardo a Lutero*: estudos sobre filosofia prática na Idade Média. Porto Alegre: EDIPICURS, 2003.

DUNS SCOTUS. *Prólogo da Ordinatio***.** Trad. de Roberto Hofmeister. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

LE GOFF, J. *Os intelectuais e a Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MERINO, J. A. M. *Historia de la Filosofia Franciscana*. Madrid: BAC, 1993

Hermenêutica ï 75h

Ementa: História da hermenêutica. Clássicos da teoria hermenêutica: F.Schleiermacher, W.Dilthey, M.Heidegger e H-G.Gadamer. Debates contemporâneos sobre Hermenêutica. Como ler textos filosóficos? Exercícios hermenêuticos. A prática enquanto componente curricular (15h) dar-se-á da seguinte maneira: participação em seminários, oficinas de produção científica, produção de artigo científico e monografia a partir do aporte teórico recebido em sala de aula e pesquisa de campo quando a temática do projeto assim o exigir.

Bibliografia básica

COSSUTTA, F. *Elementos para a leitura dos textos filosóficos*. (Trad. Angela de Noronha Begnami) 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GADAMER. H. G. *Verdade e Método*. (Trad. Flávio Paulo Meurer; Revisão da tradução por Enio Paulo Giachini) 9. ed. Petrópolis, Vozes, 2008.

VATTIMO, G. *O fim da modernidade:* niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. (Trad. Eduardo Brandão). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Bibliografia Complementar

CORETH, E. *Questões Fundamentais de Hermenêutica*. SÃO Paulo, Ed. Universidade de S. Paulo, 1973.
HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. Petrópolis, Vozes, 1997.
RICOUER, P. *Os conflitos das interpretações:* ensaios de hermenêutica, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1978.
_____. *Do Texto à Ação***.** Porto: Rés Editora.
STEIN, E. *Aproximações sobre Hermenêutica*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

Laboratório de Produção de Material Didático I ï 75h

Ementa: Estudo de textos da tradição filosófica e temas filosóficos tendo em vista possibilidades e modalidades de sua transmissão. Análise de textos didáticos e produção de material para o ensino de filosofia. A prática enquanto componente curricular (15h) dar-se-á da seguinte maneira: participação em seminários, oficinas de produção científica, produção de artigo científico e monografia a partir do aporte teórico recebido em sala de aula e pesquisa de campo quando a temática do projeto assim o exigir.

Bibliografia básica

BUNNIN, N.; TSUI-JAMES, E. P.*Compêndio de Filosofia.* São Paulo: Loyola, 2007.
CHAUÍ, M. de S. *Introdução à história da filosofia:* dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Brasiliense, 1994. 1 v.
PORTA, M. A. G. *A Filosofia a partir de seus problemas***.** São Paulo: Loyola, 2002.

Bibliografia complementar

CABRAL, C. A. *Filosofia.* São Paulo: editora Pillares, 2006.
CARRILHO, M. M. *O que é Filosofia?* Lisboa: Editora Difusão Cultural.
COSTA, C. *Uma Introdução contemporânea à filosofia.* São Paulo: Martins Fontes, 2002.
COSSUTTA, F. *Elementos para a leitura dos textos filosóficos.* São Paulo: Martins Fontes, 1994.
GHIRALDELLI JR., P. *História da Filosofia:* dos pré-socráticos a Santo Agostinho**.** São Paulo: Contexto, 2008.

Ética I ï 75h

Ementa: Fenomenologia do *ethos* humano. A ação moral como questão filosófica. Ética na filosofia grega: virtude e felicidade. Ética na modernidade. A ética do dever. Atividades práticas (15h): pesquisa e análise do código de ética das profissões que tem relação com os cursos da UFT.

Bibliografia básica

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Brasília: UNB, 1999.
TUGENDHAT, E. *Lições sobre Ética*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

VAZ, H. C. L. *Escritos de Filosofia I*. Ética e Cultura. São Paulo: Loyola,

Bibliografia complementar

ARISTÓTELES. *Ethica Nicomachea I 13 ï III 8*. Tratado da virtude moral. Trad. Marco Zingano. São Paulo: Odysseus Editora, 2008
HUME, D**.** *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral***.** São Paulo: Editora UNESP, 2003.
KANT, I**.** *Fundamentação da Metafísica dos Costumes.* Lisboa: Edições 70, 1996**.**
OLIVEIRA, M. A**.** *Ética e racionalidade moderna.* São Paulo: Loyola, 1993**.**
RAWLS, J. *História da Filosofia Moral*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
WOLF, U. *A Ética a Nicômaco de Aristóteles.* São Paulo: Edições Loyola, 2010.

Educação e Tecnologias Contemporâneas ï 60h

Ementa: Contemporaneidade e presentividade: ciberespaço; cibercultura; tecnologias intelectuais; aprendizagem colaborativa em rede; inclusão digital; as tecnologias de informação e comunicação e suas possibilidades nas novas relações com o saber e as mutações na educação presencial, ensino online, educação à distância, *e-learning*, a partir das políticas de incorporação das tecnologias na escola. Tecnologias e suas implicações na educação; gestão da comunicação e das mídias no ambiente escolar.

Bibliografia Básica

KENSKI, V. M. *Educação e tecnologias*: o novo ritmo da informação. SP: Papirus, 2007.
LÉVY, P. *A inteligência coletiva*: por uma antropologia do ciberespaço. SP: Edições Loyola, 1998.
RAMAL, A. C. *Educação na cibercultura*. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

Bibliografia Complementar

ALAVA, S. *Ciberespaço e formações abertas*: rumo a novas práticas educacionais. Porto Alegre: ArtMed, 2002.
KENSKI, V. M. *Tecnologias e ensino presencial e a distância*. Campinas, SP: Papirus, 2003.
LÉVY, P. *Cibercultura*. Tradução Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.
RUDIGER, F. *Introdução às teorias da cibercultura*: perspectivas do pensamento tecnológico contemporâneo. RS: Sulina, 2003. 98
SANTAELLA, L. *Navegar no ciberespaço*. SP: Paulus, 2004.

História da Filosofia Moderna I ï 75h

Ementa: Fundamentos da Filosofia Moderna. A subjetividade e a consciência. Racionalismo, empirismo e materialismo. As filosofias modernas: Bacon, Hobbes, Descartes, Espinosa, Hume, Rousseau e o Iluminismo. Atividades práticas (15h): dedicadas a atividades de pesquisa sobre objeto proposto.

Bibliografia básica

CASSIRER, E. *A Filosofia do Iluminismo*. 3 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

DESCARTES, R. *Discurso do Método e Meditações da Filosofia Primeira*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Col. Os Pensadores).
HUME, D. *Investigações sobre o Entendimento Humano e os Princípios da Moral.* São Paulo: UNESP, 1999.
LOCKE, J. *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Col. Os Pensadores).
REALE, G.; ANTISERI, D. *História da Filosofia:* do Humanismo a Kant. São Paulo: Paulus, 2000.

Bibliografia complementar

DESCARTES, R. *Meditações sobre Filosofia Primeira.* Tradução Fausto Castilho. Edição bilíngue - latim-português. Campinas: Unicamp, 2004.
DIDEROT, D. *Verbetes políticos da enciclopédia.* Tradução Maria das Graças de Souza. São Paulo: Discurso Editorial/Unesp, 2006.
HOBBES, T. *Leviatã* ï ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil. Tradução Heloisa da Graça Burati. São Paulo: Rideel, 2005.
ROUANET, S. P. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo? Companhia das Letras, 1987.
VANNI ROVIGHI, S. *História da Filosofia Moderna*. São Paulo: Loyola, 1999.

Lógica ï 75h

Ementa: Noções elementares de Lógica. Lógica formal aristotélica. Análise de validade de silogismo pelo método de diagramas. Cálculo de Predicados de Primeira Ordem Clássico. Métodos Formais, seus usos e propriedades. Verdade e validade (60h). A prática enquanto componente curricular (15h) dar-se-á da seguinte maneira: oficinas de resolução de exercícios dos métodos em Lógica, bem como, participação em minicurso que será oferecido, semestralmente, como atividade de extensão.

Bibliografia básica

COPI, I. *Introdução à Lógica*. São Paulo: Mestre Jou, 1978.
MORTARI, C. A. *Introdução à Lógica*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2001.
SALOMON, W. *Lógica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

Bibliografia complementar

ARISTÓTELES. *Órganon*. São Paulo: Edipro, 2004.
BASTOS, C. e KELLER, V. *Aprendendo Lógica*. Petrópolis: Vozes, 1998.
KNEALE & KNEALE. *O desenvolvimento da Lógica*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1991.
MARITAIN, J. *Elementos de Filosofia*: Lógica Menor. Rio de Janeiro: Agir, 1989.
PINTO, P. R. M. *Introdução à Lógica Simbólica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
TUGENDTHAT, E; WOLF, U. *Propedêutica lógico-semântica*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

Laboratório de Produção de Material Didático II ï 60h

Ementa: Estudo de textos fundamentais da tradição filosófica e de temas filosóficos tendo em vista possibilidades e modalidades de sua transmissão. Análise de textos didáticos e produção de material para o ensino. Apropriação de conhecimentos teóricos e práticos sobre

organização e elaboração de aulas com conteúdo de filosofia. Reflexão crítica sobre a legislação vigente para o ensino da Filosofia. A relação professor-aluno no processo de ensino-aprendizagem. Ensino-aprendizagem e a mediação dos livros didáticos. Plano de ensino e plano de aula na graduação em Filosofia.

Bibliografia básica

ARISTÓTELES. *Política*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1985.
ASPIS, R. L.; GALLO, S. *Ensinar Filosofia*: um livro para professores. São Paulo: Atta Mídia e Educação, 2009.
BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Básica. *Orientações curriculares para o Ensino Médio*: Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: 2006.

Bibliografia complementar

CABRERA, J. *O cinema pensa* ï uma introdução à Filosofia através dos filmes. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2006.
CERLETTI, A. *O ensino da Filosofia como problema filosófico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
CERLETTI, A. A.; KOHAN, W. O. (Org.). *A filosofia no ensino médio*: caminhos para pensar seu sentido. Brasília: Ed. UnB, 1999.
DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a Filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
GALLO, S.; KOHAN, W. O. (Org.). *Filosofia no Ensino Médio*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000. 6 v.
GALLO, S. *Metodologia do ensino de Filosofia*: uma didática para o ensino médio. Campinas: Papirus, 2012.
HORN, G. B. *Ensinar filosofia*: pressupostos teóricos e metodológicos. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2009. ï (Coleção Filosofia e Ensino).
KOHAN, W. O.; LEAL, B.; RIBEIRO, A (Org.) *Filosofia na escola pública*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.
KOHAN, W. O. (Org.) *Filosofia*: Caminhos para seu ensino. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
NOVAES, A. (Org.) *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
PLATÃO. *A República*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.
RODRIGO, L. M. *Filosofia em sala de aula* ï teoria e prática para o ensino médio. Campinas: Autores Associados, 2009
SEVERINO, A. J. *Como ler um texto de filosofia*. São Paulo: PAULUS, 2009.

Didática e formação de Professores ï 75h

Ementa: Concepções pedagógicas e teórico-metodológicas de ensino, aprendizagem e a didática. Formação do educador na perspectiva multidimensional: relação teoria-prática, conteúdo-forma, interação professor-aluno, planejamento da ação didática. Planejamento escolar: currículo, conteúdo, objetivo, metodologia e avaliação.

Bibliografia Básica

HAYDT, R. C. *Curso de Didática Geral*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.
LIBÂNEO. J. C. *Didática*. 31ª reimpressão, SP: Cortez, 2010.
TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Bibliografia Complementar

CHARLOT, B. *Da relação com o saber***:** elementos para uma teoria. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 2000.
CORDEIRO, J. *Didática.* 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
PIMENTA, S. G. (Org.).: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
VASCONCELLOS, C. S. *Coordenação do trabalho pedagógico*: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo, Libertad, 2002.
_____. *Planejamento:* projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico: elementos metodológicos para elaboração e realização. 10. ed. São Paulo, Libertad, 2002.
VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (Orgs). *As dimensões do projeto político-pedagógico:* novos desafios para a escola. Campinas, São Paulo: Papirus, 2001.
_____. (Org). *Repensando a Didática*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2011.

História da Filosofia Moderna II ï 75h

Ementa: O desenvolvimento do idealismo alemão depois de Kant: Fichte, Schelling e Hegel. O pensamento marxiano. O início da crise da Filosofia Moderna. S.Kierkegaard. A.Schopenhauer. A prática enquanto componente curricular (15h) dar-se-á da seguinte maneira: participação em seminários, oficinas de produção científica, produção de artigo científico e monografia a partir do aporte teórico recebido em sala de aula e pesquisa de campo quando a temática do projeto assim o exigir.

Bibliografia básica

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito.* Petrópolis: Vozes, 2002.
MARX, K. *O Capital*. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003. 1 v.
KIERKEGAARD, S. *Kierkegaard*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

Bibliografia Complementar

FLICKINGER, H. G. *Marx e Hegel*: o porão de uma filosofia social. Porto Alegre: LP&M, 1986.
HARTMANN, N. *A Filosofia do idealismo alemão*. 2. ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
KANT, I. *Crítica da razão pura.* (Trad. Pinto & Morujão). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987. (A tradução brasileira de Valério Rohden, publicada a partir de 1978 pela Coleção Os pensadores, também poderá ser utilizada)
LEBRUN, G. *Kant e o fim da metafísica.* Trad. de Carlos Alberto R. de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
REALE, G.; ANTISSERI, D. *História da Filosofia*. São Paulo: Paulus, 2000. 3 v.
SCHOPENHAUER, A**.** *O mundo como vontade e representação***.** São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção óOs Pensadoresô).
VANNI ROVIGHI, S. *História da Filosofia Moderna.* São Paulo: Loyola, 1999.

Teoria do Conhecimento ï 75h

Ementa: Os problemas fundamentais da teoria do conhecimento. Conhecimento como ópinião verdadeira acrescida de razãoô em Platão. Descartes: a busca pelo primeiro princípio do conhecimento. A polêmica racionalismo versus empirismo acerca do conhecimento. Kant: a justificação transcendental do conhecimento. Tendências atuais no campo da teoria do conhecimento. A prática enquanto componente curricular (15h) dar-se-á da seguinte maneira: participação em seminários, oficinas de produção científica, produção de artigo científico e monografia a partir do aporte teórico recebido em sala de aula e pesquisa de campo quando a temática do projeto assim o exigir.

Bibliografia básica

HUME, D. *Investigação acerca do entendimento humano.* São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Col. Os Pensadores).
KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Tradução: M. P. dos Santos, A. F. Morujão. 4. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2008.
PLATÃO. *A República*. São Paulo: Martin Claret, 1999.

Bibliografia complementar

AYER, A. J. *Hume*. São Paulo: Loyola, 2003.
BACHELARD, G. *Ensaio sobre o conhecimento aproximado*. São Paulo: Contraponto, 2004.
CASSIRER, E. *El problema del conocimiento*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1993. 4 v.
CORNFORD, F. M. *La teoria platonica del conocimiento*. Tradução de Néstor Luis Cordero e María Dolores del Carmen Ligatto. Barcelona/Buenos Aires: Paidós, 1983.
DALBOSCO, C. A. *O idealismo transcendental de Kant*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.
DESCARTES, R. *Discurso do método*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores).
_____. *Meditações sobre filosofia primeira*. Tradução de Fausto Castilho. Campinas: UNICAMP/Cemodecon, 1999.
HESSEN, J. *Teoria do conhecimento*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
HUME, D. *Tratado da natureza humana*. Tradução de Déborah Danowski. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2009.
LEBRUN, G. *Sobre Kant*. São Paulo: Edusp/Iluminuras, 1993.
MONTEIRO, J. P. *Hume e a epistemologia*. Portugal: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.
PLATÃO. *Diálogos I*: Teeteto, Sofista, Protágoras. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2007.
POPPER, K. *Conjecturas e refutações*. Coimbra: Almedina, 2003.
SMITH, P. J. *O ceticismo de Hume*. São Paulo: Loyola, 1995.
ZILLES, U. *Teoria do Conhecimento*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

Ontologia ï 75h

Ementa: A importância do problema ontológico, estruturação e desenvolvimento histórico. O diálogo sobre a problemática ontológica na História da Filosofia. Disciplina de 75h, sendo 15 horas destinadas a atividades práticas, tais como: seminários, palestras, debates, oficinas, relatos de experiências, atividades de natureza coletiva, estudos curriculares e projetos interdisciplinares, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos.

Bibliografia básica

ARISTÓTELES. *Metafísica.* São Paulo: Loyola, 2002.
HEIDEGGER, M. *Introdução à metafísica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.
PLATÃO. *O Banquete; Fédon; Sofista; Político*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Col. Os pensadores)

Bibliografia complementar

BLANC, M. F. *Introdução à Ontologia*. Instituto Piaget: Lisboa. 1997.
HEIDEGGER, M. *Conferências e escritos filosóficos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os pensadores)
KANT. I. *Crítica da Razão Pura*. Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
PRÉ-SOCRÁTICOS. *Fragmentos, doxografia e comentários*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Col. Os pensadores)
IMAGUIRE, G.; ALMEIDA, C. L.; OLIVEIRA, M. A. (Orgs.) *Metafísica contemporânea*. Petropólis: Vozes, 2007.

Fundamentos e Metodologia do Ensino de Filosofia ï 75h

Ementa: Vivência educativa no Ensino Médio. Tendências, problemas e paradigmas de Filosofia na educação básica. Especificidade do ensino de Filosofia. As múltiplas compreensões da Filosofia e seu ensino. Tarefas dos professores de filosofia em face das condições do sistema escolar na atualidade. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Elaboração de projeto de ensino/pesquisa e artigo sobre a vivência realizada no Ensino Médio. A construção de um fazer-aprender Filosofia: criação de conceitos. Alternativas metodológicas para o ensino de Filosofia. O professor e o aprendizado ativo da Filosofia. Recursos didáticos na aula de Filosofia. A prática enquanto componente curricular (15h) dar-se-á da seguinte maneira: participação em seminários, oficinas de produção científica, produção de artigo científico e monografia a partir do aporte teórico recebido em sala de aula e pesquisa de campo quando a temática do projeto assim o exigir.

Bibliografia básica

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Básica. *Orientações curriculares para o Ensino Médio*: Ciências Humanas e suas Tecnologias, volume 3 ï Filosofia, Geografia, História e Sociologia. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica 2006.
FOLSCHEID, D.; WUNENBURGER, J-J. *Metodologia filosófica*. Trad. Paulo Naves. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
GALLO, S. *Metodologia do ensino de Filosofia*: uma didática para o ensino médio. Campinas: Papirus, 2012.

Bibliografia complementar

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inlgesa de W. D. Ross. Col. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

CARVALHO, M.; ALMEIDA JÚNIOR, J. B.; GONTIJO, P. (Orgs.). *Filosofia e Ensinar Filosofia* - Coleção XVI Encontro ANPOF. São Paulo: ANPOF, 2015.
CERLETTI, A. A.; KOHAN, W. O. (Orgs.). *A filosofia no ensino médio*: caminhos para pensar seu sentido. Brasília: Ed. UnB, 1999.
DALBOSCO, C.; CASAGRANDA, E.; MUHL, E. (Orgs.). *Filosofia e Pedagogia*: aspectos históricos e temáticos. Campinas: Autores Associados, 2008.
FELÍCIO, C. B. F. (Org.). *Filosofia*: entre o ensino e a pesquisa ï Ensaios de formação. Goiânia: Edições Ricochete, 2012.
FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
GALLO, S.; CORNELLI, G.; DANELON, M. (Orgs.). *Filosofia do Ensino de Filosofia*. Petrópolis: Vozes, 2003.
HERMANN, N. *Pluralidade e ética em Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
KOHAN, W. O.; LEAL, B.; RIBEIRO, A. (Orgs.). *Filosofia na escola pública*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.
KOHAN, W. O. *Ensino de Filosofia*: Perspectivas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
_____. (Org.). *Filosofia*: Caminhos para seu ensino. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
OLIVEIRA, P. E. (Org.). *Filosofia e Educação*: aproximações e convergências. Curitiba: Círculo de Estudos Bandeirantes, 2012.
ROUSSEAU, J-J. *Emílio*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
SAVIANI, D. *A nova lei da educação*: trajetórias, limites e perspectivas. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
SEVERINO, A. J. *Ensino e pesquisa na docência universitária*: caminhos para a integração. Cadernos de Pedagogia Universitária. São Paulo: Pró-Reitoria de Graduação ï USP, 2008.
SHÖN, D. *Educando o profissional reflexivo*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

História da Filosofia Contemporânea I ï 75h

Ementa: Ressonâncias contemporâneas de Marx, Nietzsche e Freud. Correntes filosóficas contemporâneas. Críticas à Modernidade. Críticas à Metafísica. Críticas à Teoria do conhecimento. Concepções contemporâneas do sujeito. Analítica da finitude. Analítica da linguagem. O lugar atual da Filosofia frente às religiões, às artes e às ciências. Disciplina de 75h, sendo 15 horas destinadas a atividades práticas, tais como: seminários, palestras, debates, oficinas, relatos de experiências, atividades de natureza coletiva, estudos curriculares e projetos interdisciplinares, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos.

Bibliografia básica

HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes
OLIVEIRA, M. A. *A filosofia na crise da modernidade*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1997.
STEGMÜLLER, W. *A filosofia contemporânea*: introdução crítica. São Paulo: Ed. da USP, 1997.

Bibliografia complementar

NIETZSCHE, F. *Obras Incompletas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Col. Os Pensadores)
FREUD, S. *Cinco lições de psicanálise*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Col. Os Pensadores)
REALE, G.; ANTISERI, D. *História da Filosofia*. São Paulo: Paulus, 2000. 3 v.

MOURA CARLOS, A. R. *Racionalidade e crise*: estudos de história da filosofia moderna e contemporânea. São Paulo: Discurso Editorial; Curitiba: Ed. da UFPR, 2001.
CARVALHO, M. C. M. *Paradigmas filosóficos da atualidade*. Campinas: Papirus, 1997.

Filosofia da Linguagem ï 75h

Ementa: Linguagem e realidade. Significado e uso. A natureza da proposição. Significado e verdade. A natureza da metáfora. Linguagem e conhecimento. A linguagem e sua força performativa. Linguagem e sociedade. A natureza do signo linguístico. Linguagem, pensamento e subjetividade. Reflexão sobre as teorias das interações verbais (60h). A prática enquanto componente curricular (15h) dar-se-á da seguinte maneira: participação em seminários, oficinas, atividades de natureza coletiva, estudos curriculares e projetos interdisciplinares.

Bibliografia básica

ARAÚJO**,** I. L**.** *Do signo ao discurso:* introdução à filosofia da linguagem**.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
ECO, U. *Semiótica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Ática, 1991.
OLIVEIRA, M. A. *Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea.* São Paulo: Loyola, 1996.

Bibliografia complementar

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem.* São Paulo: Hucitec, 1986.
GUERREIRO, M. A. L. *O dizível e o indizível:* filosofia da linguagem. Campinas/SP: Papirus, 1989.
HABERMAS, J. *Teoria de la acción comunicativa I* - Racionalidad de La acción y racionalización social. Madri: Taurus, 1987.
IMAGUIRE, G.; SCHIRN, M. *Estudos em Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Loyola, 2008.
PONZIO, A; CELEFATO, P; PETRILLI, S. *Fundamentos de Filosofia da Linguagem.* Trad. Ephraim F. Alves. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.
TUGENDHAT, E. *Lições Introdutórias à Filosofia Analítica da Linguagem.* Ijuí: ed. Unijuí, 2006. (Coleção Filosofia; 22).
WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas.* Trad. Marcos G. Montagnoli. 4. ed. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco; Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

Estética ï 75h

Ementa: A reflexão estética a partir da sua evolução histórica. O horizonte artístico na relação Sujeito/ Objeto/ Sociedade. A reciprocidade entre teoria estética e experiência ï estética. Atividades práticas (15h) a serem desenvolvidas em com orientação previamente dada em classe: Análise de livros e materiais didáticos que apresentem os temas em questão. Estudos da bibliografia sugerida e pesquisa bibliográfica complementar. Elaboração de trabalhos e seminários que contemplem tarefas ligadas à futura profissão docente.

Bibliografia básica

ADORNO, T. W. *Dialética do Esclarecimento.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.
CHIPP, H.B. (Org.) *Teorias da Arte Moderna***.** São Paulo, Martins Fontes, 1988.
NUNES, B. *Introdução à Filosofia da Arte.* São Paulo, Buriti, 1966.

Bibliografia Complementar

ADORNO, T. W. *Teoria Estética***.** Lisboa, Martins Fontes, 1970.
_____. *Notas de Literatura*. São Paulo: Editora 34, 2008.
ARGAN, G. C. *Arte Moderna.* São Paulo, Cia. das Letras, 1992.
ARISTÓTELES. *Poética.* São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Col. O Pensadores)
DANTO, A. *A transfiguração do lugar comum.* São Paulo: Cosac Naify, 2006.
GOMBRICH, E. *História da Arte***.** São Paulo, Círculo do Livro, 1978.
GREENBERG, C. *Arte e Cultura.* São Paulo, Ática, 1996.
HEGEL, G. W. F. *Curso de estética*: O belo na arte e O sistema das artes. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
HUME, D. *Investigação acerca do Entendimento Humano*. São Paulo Abril, 1973. (Col. Os Pensadores)
KANT, E. *Crítica da faculdade do juízo.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
PAREYSON, L. *Os problemas da estética***.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.
PLATÃO. *A República***.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
SCHILLER, F. *A educação estética do homem***.** São Paulo: Iluminuras, 1995.

Política e Gestão da Educação Brasileira ï 75h

Ementa: Estado, políticas públicas e educação. Política educacional e escolar brasileira no contexto das mudanças estruturais e conjunturais da sociedade contemporânea. Organização e funcionamento da educação no Brasil e no Tocantins. Planejamento, gestão e currículo educacional/escolar. Financiamento da educação e o processo formativo. Os trabalhadores em educação: formação, carreira e organização político-sindical.

Bibliografia Básica

AZEVEDO, J. M. L. *A educação como política pública.* 2. ed. Campinas/SP: Autores associados, 2001.
LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização.* 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
SILVA, T. T. *Documentos de identidade***:** uma introdução às teorias do currículo. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Bibliografia Complementar (incluindo o marco legal sobre a educação)

ALMEIDA, M. (Org.). *Políticas educacionais e práticas pedagógicas*: para além da mecanização do conhecimento. Campinas/SP: Alínea, 2005.
FERRETTI, C. J.; SILVA JR, J. R.; OLIVEIRA, M. R. N. S. (Org.). *Trabalho Formação e Currículo*: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999.
NEVES, L. M. W. *A nova pedagogia da hegemonia:* estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.
PADILHA, P. R. *Planejamento dialógico*: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.
PIRES, V. *Economia da educação*. São Paulo: Cortez, 2005.

SANDER, B. *Gestão da educação na América Latina*: construção e reconstrução do conhecimento. Campinas: Autores Associados, 1995.
SHIROMA, E.; MORAES, Maria C.; EVANGELISTA, O. *Política educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
SILVA, A.; MARIA M.; AGUIAR, M. A. S. (Orgs). *Retrato da escola no Brasil*. Brasília: CNTE, 20004.

Estágio Supervisionado I ï 135h

Ementa: Carga horária teórica: Lei n°. 11.788: da teoria à prática. Estágio e docência: identidade e construção ético-profissional. Concepções de docente: reflexivo, técnico, pesquisador. Organização e gestão da escola. Educação como prática social e estruturação do trabalho docente. Estágio como teoria e prática integradas pela pesquisa. A formação do professor pesquisador. Pesquisa em educação com pressupostos filosóficos. Abordagens qualitativas, possibilidades investigativas e alternativas metodológicas: pesquisa-ação, pesquisa participante, etnografia, estudo de caso, dialética materialista, estruturalismo, fenomenologia, pesquisa em história, pesquisa bibliográfica e pesquisa prática. Coleta e interpretação de dados. Atividades práticas: Pesquisa de campo: exploração e mapeamento com coleta de dados. Relação escola-comunidade e descrição dos espaços. Perfis dos diferentes atores. Elementos para análise do trabalho pedagógico: o projeto político-pedagógico da escola, conteúdos e currículo de Filosofia, recursos didáticos, processo de ensino e aprendizagem, condições de trabalho. A escola e seus atores como possíveis campos de investigação. Possibilidade de projeto de intervenção.

Bibliografia Básica

BRASIL. *Referenciais para formação de professores.* Secretaria de Educação Fundamental. Brasília/DF: MEC/SEF, 1999.
_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio:* Ciências Humanas. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília/DF: MEC/SEMT, 1988.
BRASIL. *Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008*. Presidência da República. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho ï CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm
ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas Ciências Naturais e Sociais:* pesquisa quantitativa e qualitativa. 2ª edição. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1998.

Bibliografia Complementar

MARTINS, Jorge S. *O trabalho com projetos de pesquisa:* do ensino fundamental ao ensino médio. Campinas/SP: Papirus, 2001.
PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. (Orgs.). *Pesquisa em educação:* alternativas investigativas com objetos complexos. São Paulo: Loyola, 2006.
GIMENO SACRISTÁN, J. *Currículo:* uma reflexão sobre a prática. Trad. Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre/RS: Artmed, 2000.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOCHI, M. S. *Educação escolar***:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2009.
FAZENDA, I. C. A. (et al.); PICONEZ, S. C. B. (Coord.) *A prática de ensino e o estágio supervisionado.* Campinas/SP: Papirus, 1991.
PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. *Estágio e docência***.** São Paulo: Cortez, 2009.
PAQUAY, L.; PERRENOUD, P.; ALTET, M.; CHARLIER, E. (Orgs.). *Professores profissionais:* quais estratégias? quais competências? Trad. Fátima Murad e Eunice Gruman. Porto Alegre/RS: Artmed, 1998.
ZABALA, A. *A prática educativa***:** como ensinar. Trad. Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre/RS: Artmed, 1998.

História da Filosofia Contemporânea II ï 75h

Ementa: A questão da Pós-modernidade. A transversalidade do pensamento filosófico. Filosofia e literatura. Filosofia e psicanálise. Filosofia e história. Filosofia e ciência. Filosofia e imagem. Filosofia e as novas mídias. Serão destinadas 15 horas a atividades práticas, tais como: seminários, palestras, debates, oficinas, relatos de experiências, atividades de natureza coletiva, estudos curriculares e projetos interdisciplinares, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos.

Bibliografia básica

REALE, G.; ANTISERI, D. *História da Filosofia*. São Paulo: Paulus, 2000. 3 v.
MOURA CARLOS, A. R. *Racionalidade e crise*: estudos de história da filosofia moderna e contemporânea. São Paulo: Discurso Editorial; Curitiba: Ed. da UFPR, 2001.
CARVALHO, M. C. M. *Paradigmas filosóficos da atualidade*. Campinas: Papirus, 1997.

Bibliografia complementar

FREUD, S. *Cinco lições de psicanálise*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Col. Os Pensadores)
HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes.
NIETZSCHE, F. *Nietzche.* São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Col. Os Pensadores)
OLIVEIRA, M. A. *A filosofia na crise da modernidade*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1997.
STEGMÜLLER, W. *A filosofia contemporânea*: introdução crítica. São Paulo: Ed. da USP, 1997.

Ética II ï 75h

Ementa: Crise da tradição ética na contemporaneidade**.** Principais correntes da ética contemporânea. Questões fundamentais da ética contemporânea: técnica, crise ambiental, eugenia, eutanásia, biotecnologia. Bioética: caracterização geral e correntes principais. A prática enquanto componente curricular (15h) dar-se-á da seguinte maneira: participação em seminários, oficinas de produção científica, produção de artigo científico e monografia a partir do aporte teórico recebido em sala de aula e pesquisa de campo quando a temática do projeto assim o exigir.

Bibliografia básica

OLIVEIRA, M. A. (Org). *Correntes fundamentais da ética contemporânea.* 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
JONAS, H. *O princípio responsabilidade*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

Bibliografia complementar

BORGES, M. L. A.; DALL'AGNOL, D.; DUTRA, D. V. *Ética.* Rio de Janeiro, DP & A, 2002.
DALLôAGNOL, D. *Bioética: princípios morais e aplicações***.** Rio de Janeiro: DP&A; Lamparina, 2003.
MACINTYRE, A. *Depois da virtude*. Bauru: EDUSC, 2004.
_____. *Justiça de quem? Qual racionalidade?* São Paulo: Loyola, 2001.
NIETZSCHE, F. *Genealogia da Moral:* uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
RIBEIRO, E. *Reconhecimento ético e virtudes***.** São Paulo: Loyola, 2012.
SINGER, P. *Ética Prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
TAYLOR, C. *A ética da autenticidade*. São Paulo: É Realizações, 2011.
TORRES, J. C. B. (Org.) *Manual de ética*. Petrópolis: Vozes; Caxias do Sul: Educs; Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

Filosofia Política I ï 75h

Ementa: Conceitos fundamentais da filosofia política. Elementos de filosofia, política e ciência política. Política no pensamento grego, medieval e na modernidade. A prática enquanto componente curricular (15h) dar-se-á da seguinte maneira: participação em seminários, oficinas de produção científica, produção de artigo científico e monografia a partir do aporte teórico recebido em sala de aula e pesquisa de campo quando a temática do projeto assim o exigir.

Bibliografia básica

ARISTÓTELES. *Política*. 3. ed. Brasília: UNB, 1997.
HOBBES, T. *Leviatã.* São Paulo: Abril Cultural, 1983.
LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Bibliografia complementar

BITTAR, E. C. B. *Doutrinas e Filosofia políticas*: contribuições para a história da ciência política. São Paulo: Atlas, 2002.
BOBBIO, N. *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
BOBBIO, N; Nicola M.; PASQUINO. G. *Dicionário de política.* Trad. Carmen C, Varrial; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11. ed., 1998. 1.330p.
DUSO, G. (Org.) *O Poder*: história da filosofia política moderna. Petrópolis: Vozes, 2005.
HABERMAS, J. *A Inclusão do Outro*: estudos de teoria política. Tradução de George Sperber, Paulo Astor Soethe e Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2002. 397p.
PLATÃO. *A República.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

MILL, J. S. *Sobre a Liberdade*. Petrópolis: Vozes, 1991.

Estágio Supervisionado II ï 135h

Ementa: Teoria e prática de ensino de Filosofia: recursos didáticos e técnicas de ensino. Formação de professores: o processo de ensino e aprendizagem e a relação professor-aluno. Formação de professores pesquisadores: elementos de uma pesquisa científica, fontes e plano de trabalho.

Bibliografia Básica

PIMENTA, S. G. *Didática e formação de professores*. São Paulo: Cortez, 1997.
SCHON, D. A. *Educando o profissional reflexivo*. Porto Alegre: Penso, 2003.
ZABALA, A. (Org.). *Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Bibliografia Complementar

BEHRENS, M. A. *Formação continuada dos professores e a prática pedagógica*. 3. ed. Curitiba: Champagnat, 1996.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Guia de livros didáticos*: PNLD 2015: Filosofia. Brasília: 2014. (OBS: conforme a disponibilidade, um guia de livros didáticos mais atualizado poderá ser empregado).
MERCADO, L. P. L. *Formação continuada de professores e novas tecnologias*. Maceió: Edufal, 1999.
PIMENTA, S. G. (Org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 2008.
SAVIANI, D. *Educação*: do senso comum à consciência filosófica. Campinas-SP: Cortez, 1996.

TCCI ï 60h

Ementa: Epistemologia do trabalho filosófico: os métodos em filosofia. O Projeto de Pesquisa. As etapas da pesquisa. Como se faz uma revisão de literatura. Normas da ABNT para a formatação de trabalhos acadêmicos visando o trabalho monográfico. Elementos e estrutura de artigo para publicação periódica, segundo a ABNT. Seminário de projetos (60h). A prática enquanto componente curricular (15h) dar-se-á da seguinte maneira: participação em seminários, oficinas com fins da produção científica, produção de projeto de pesquisa a partir de vivências de experiências cotidianas, portanto, externamente à sala de aula e pesquisa de campo quando a temática do projeto assim o exigir.

Bibliografia básica

FRANÇA, J. L.; VASCONCELLOS, A. C. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas.* 8. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia do Trabalho Científico*: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
RUSS, J. *Os métodos em filosofia*. Trad. Gentil Avelino Titton. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

Bibliografia complementar

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJER, F. *O método nas ciências Naturais e Sociais.* 2. ed. São Paulo: Thomson, 1999.
DUARTE, S. V.; FURTADO, M. S. V. *Manual para elaboração de monografias e projetos de pesquisa.* 3. ed. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002.
GIL, A. C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa Social:* Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Vozes, 1995.
SALVADOR, A. D. *Métodos e Teoria de Pesquisa Bibliográfica.* Porto Alegre: Editora Sulina, 1986.

Filosofia Política II ï 75h

Ementa: A crise da tradição política na contemporaneidade. Os conceitos fundamentais da política contemporânea. A democracia na filosofia política atual. Teorias da Justiça. Biopolítica. A prática enquanto componente curricular (15h) dar-se-á da seguinte maneira: participação em seminários, oficinas de produção científica, produção de artigo científico e monografia a partir do aporte teórico recebido em sala de aula e pesquisa de campo quando a temática do projeto assim o exigir.

Bibliografia básica

AGAMBEN, G. *Homo Sacer:* o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
BOBBIO, N. *Estado, governo, sociedade:* para uma teoria geral da política. 9. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
BORON, A. (Org.) *Filosofia política contemporânea*. Buenos Aires: CLACSO, São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.
DELACAMPAGNE, C. *A filosofia política hoje*: idéias, debates, questões. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

Bibliografia complementar

BOBBIO, N. *O futuro da democracia.* 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1997.
_____. *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
DUSO, G. (org.) *O Poder:* história da filosofia política moderna. Petrópolis: Vozes, 2005.
HABERMAS, J. *Direito e democracia:* entre a facticidade e a validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 1 e 2 v.
FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica.* São Paulo: Martins Fontes, 2008.
OLIVEIRA, M (Org.). *Filosofia Política Contemporânea.* Petrópolis: Vozes, 2004.
RAWLS, J. *Uma Teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

TCCII ï 60h

Ementa: Revisão/reestruturação dos projetos de pesquisas quando identificada a necessidade em TCC I. Coordenação da fase de desenvolvimento da pesquisa até a redação da monografia ou artigo para publicação periódica. Realização de seminários para que os acadêmicos apresentem os resultados de suas pesquisas, sob forma de exame de qualificação.

Coordenação e acompanhamento, visando ao cumprimento do Plano de Trabalho e à sua eventual reestruturação (60h). A prática enquanto componente curricular (15h) dar-se-á da seguinte maneira: participação em seminários, oficinas de produção científica, produção de artigo científico e monografia a partir do aporte teórico recebido em sala de aula e pesquisa de campo quando a temática do projeto assim o exigir.

Bibliografia básica

AZEVEDO, I. B. *O Prazer da Produção Científica*: descubra como é fácil e agradável elaborar trabalhos acadêmicos. 12. ed. São Paulo: Editora Hagnos, 2001.
CASTRO, C. M. *A prática da pesquisa.* São Paulo: McGraw Hill do Brasil, 1977.
SALOMON, D. V. *Como fazer uma monografia***.** 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Bibliografia complementar

AQUINO, I. S**.** *Como escrever artigos científicos:* sem arrodeio e sem medo da ABNT. São Paulo: Saraiva, 2010.
LAKATOS, E. M. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Triângulo, 1992.
LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A Construção do Saber*: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p.
NUNES, RIZZATTO. *Manual da Monografia:* como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.
VIEIRA, S. *Como escrever uma tese*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Estágio Supervisionado III ï 135h

Ementa: Elaboração de plano de curso e de plano de aula. Ensino de Filosofia e regência na Educação Básica. Metodologia e prática de ensino de Filosofia: conteúdos, técnicas, materiais didáticos.

Bibliografia Básica

BRASIL. *Referenciais para formação de professores*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1999.
VEIGA, I. P. A. (Org.) *Docência*: uma construção ético-profissional. Campinas: Papirus, 2005.
_____. *A aventura de formar professores***.** Campinas: Papirus, 2010.

Bibliografia Complementar

KOHAN, W. O. (Org.). *Filosofia:* caminhos para seu ensino. Rio de Janeiro: D&PA, 2004.
KULLOK, M. G. B. *Formação de professores para o próximo milênio*: novo *locus*? São Paulo: Annablume, 2000.
LIBÂNEO, J. C. *Adeus professor, adeus professora?* Novas exigências educacionais e profissão docente. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro.* São Paulo: Cortez, 2003.

NÓVOA, A. (Coord.) *Os professores e a sua formação*. Tradução de Graça Cunha, Cândida Hespanha, Conceição Afonso e José António Sousa Tavares. Lisboa, 1995.
PERRENOUD, P. *10 novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
_____. *As competências para ensinar no século XXI*: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.
TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional***.** Petrópolis: Vozes, 2008.

Filosofia da Ciência ï 75h

Ementa: Panorama de problemas filosóficos oriundos da Ciência. História da Ciência. A Revolução Científica Moderna. O método científico. O problema da indução. O problema da justificação na ciência. O problema da demarcação e dos limites do conhecimento científico. Debates centrais na Filosofia da Ciência a partir do século XX. A prática enquanto componente curricular (15h) dar-se-á da seguinte maneira: participação em seminários, oficinas de produção científica, produção de artigo científico e monografia a partir do aporte teórico recebido em sala de aula e pesquisa de campo quando a temática do projeto assim o exigir.

Bibliografia básica

BACHELARD, G. *A formação do espírito científico*: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Tradução de Estela dos S. Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1996.
CHALMERS, A. F. *O que é a ciência afinal*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. São Paulo: Unesp, 2007.

Bibliografia complementar

BACHELARD, G. *O novo espírito científico*. Tradução de Roberto F. Kuhnen. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
CARNAP, R. *Testabilidade e significado*. Tradução de P. R. Mariconda. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Pensadores).
BOMBASSARO, L. C. *Ciência e mudança conceitual*: notas sobre Epistemologia e História das Ciências. Porto Alegre: Edipucrs, 1995.
DUTRA, L. H. A. *Introdução à teoria da ciência*. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.
FREIRE-MAIA, N. *Verdades da ciência e outras verdades*: a visão de um cientista. São Paulo: UNESP; Ribeirão Preto: SBG, 2008.
FRENCH, S. *Ciência*. Conceitos-chave em filosofia. Trad. André Klaudat. Porto Alegre: Artmed, 2009.
KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
LAKATOS, I. *Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica*. Lisboa: Edições 70, 1999.
GRANGER, G. G. *A ciência e as ciências*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.
JAPIASSU, H. *Introdução à epistemologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
JAPIASSU, H. *A Revolução científica moderna*. Rio de Janeiro: gruta, 1985. NORRIS, C. *Epistemologia*. Porto Alegre: ArtMed, 2007.
OLIVA, A. (Org.). *Epistemologia*: a cientificidade em questão. Campinas: Papirus, 1990.
POPPER, K. *Conhecimento objetivo*. São Paulo: Itatiaia, 1975.
_____. *Conjecturas e refutações*. Editora Universidade de Brasília: 1994.

RESCHER, N. *Los límites de la ciencia*. Tradução de Leonardo R. Dupla. Madrid: Tecnos, 1994.
ROSSI, P. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Tradução de Antonio Angonese. Bauru: EDUSC, 2001.
RUSSELL, B. *A perspectiva científica*. Tradução e notas de José S. de C. Pereira. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
VAN FRAASSEN, B. C. *A Imagem Científica*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

b. Disciplinas optativas

Filosofia e Direito ï 75h

Ementa: Teoria da Justiça. Teoria da argumentação e Direito. Positivismo jurídico e direito natural. Atividades práticas (15h): análise de filmes e documentários que tratam da situação dos direitos humanos nos sistemas prisionais brasileiros.

Bibliografia básica

PERELMAN, C. *Ética e Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
_____. *Lógica Jurídica*. São Paulo: Martins Fontes,
KELSEN, H. *O problema da Justiça*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Bibliografia complementar

BOBBIO, N. *Direito e Estado no Pensamento de E. Kant.* Brasília, UNB, 1984.
_____. *O Positivismo jurídico*. São Paulo: Ícone, 1995.
PERELMAN, C.; OLBRECHTS_TYTECA, L. *Tratado da Argumentação*: A Nova Retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
KELSEN, H. *O que é justiça?* São Paulo: Martins Fontes, 2001.
_____. *Teoria Pura do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Tópicos Especiais em Religião, Ciência e Filosofia ï 75h

Ementa: Estudo dirigido de um ou mais dentre os seguintes tópicos: a filosofia da religião na antiguidade clássica e no período medieval; o pensamento religioso na modernidade: principais representantes e linhas de pensamento; diálogos entre os discursos religioso, filosófico e científico; a crise da modernidade e suas repercussões no campo da religião; principais problemas e questões da filosofia da religião na contemporaneidade. A prática enquanto componente curricular (15h) dar-se-á da seguinte maneira: participação em seminários, oficinas de produção científica, produção de artigo científico e monografia a partir do aporte teórico recebido em sala de aula e pesquisa de campo quando a temática do projeto assim o exigir.

Bibliografia Básica

BOEHNER, P.; GILSON, E. *História da Filosofia Cristã*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2017. 13. ed.
JAPIASSÚ, H. *As paixões da ciência*: estudos de história das ciências. São Paulo: Letras & Letras, 1999.
OLIVEIRA, M. A. *A Filosofia na crise da modernidade***.** São Paulo: Loyola, 2001.

Bibliografia Complementar

BERGSON, H. *As duas fontes da moral e da religião.* Trad. Miguel Serras Pereira. São Paulo: Almedina, 2005.
FEUERBACH, L. *A essência do cristianismo***.** Trad. Adriana Veríssimo Serrao. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
FREUD, S. *O Futuro de uma ilusão/Mal-estar da civilização e outros trabalhos.* Rio de Janeiro: Imago, 2006. 21 v.
HUME, D. *Diálogos sobre a religião natural***.** Trad. José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
KANT, I. *A religião nos limites da simples razão*. Trad. Artur Morão. São Paulo: Ed. 70-Brasil. 2008.
KIERKEGAARD, S. *Migalhas filosóficas***.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.
_____. *Pós-escrito às migalhas filosóficas*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.
KÜNG, H. *O princípio de todas as coisas:* ciências naturais e religião. Trad. Carlos Almeida Pereira. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.
_____. *Projeto de ética mundial*. Uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2001.
LEIBNIZ, G. W. *Ensaios de Teodiceia***:** sobre a bondade de Deus, a liberdade do homem e a origem do mal. Trad. Juliana Cecci Silva. São Paulo: Estação Liberdade, 2013.
NIETZSCHE, F. *O Anticristo e ditirambos de Dionísio***.** Trad. Paulo C. de Souza. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
OLIVEIRA, M. A.; ALMEIDA, C. L. S. *O Deus dos filósofos modernos.* Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.
SMITH, P. J.; PIVA, P. J. L. (Orgs.). *Dez provas da existência de Deus.* São Paulo: Alameda, 2012.
SPINOZA, B. *Tratado teológico-político*. Trad. Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Trabalho, Educação e Formação Escolar ï 75h

Ementa: Processo de trabalho e de valorização. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. Educação na lógica do liberalismo/neoliberalismo. Educação para além do capital. Capitalismo, trabalho e educação escolar no Brasil. Ontologia, epistemologia e trabalho educativo. Trabalho como princípio educativo e formação de professores na contemporaneidade. A prática enquanto componente curricular (15h) dar-se-á da seguinte maneira: participação em seminários, oficinas de produção científica, produção de artigo científico e monografia a partir do aporte teórico recebido em sala de aula e pesquisa de campo quando a temática do projeto assim o exigir.

Bibliografia Básica

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho* ï ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.
LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). *Capitalismo, trabalho e educação.* Campinas/SP: Autores Associados, Histedbr, 2002.
MARX, K. O processo de trabalho. In: MARX, Karl. *O Capital.* 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 1 v.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, M. (Org.). *Políticas educacionais e práticas pedagógicas***:** para além da mecanização do conhecimento. Campinas/SP: Alínea, 2005.
ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?:* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. SP: Cortez/Editora da Unicamp, 1999.
DUARTE, N. *Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?* Quatro ensaios críticos dialético em filosofia da educação. Campinas/SP: Autores Associados, 2003.
ENGUITA, M. F. *A face oculta da escola:* educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médias, 1989.
FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real.* 3. ed. SP: Cortez, 1999.
MÉSZAROS, I. *Para além do capital*. Trad.: Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2006.
_____. *Educação para além do capital*. Trad. Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

Estética e Filosofia da Arte ï 75h

Ementa: A filosofia da arte e a questão do belo na antiguidade clássica e no período medieval. Reflexão sobre a arte e belo na modernidade. Os problemas da estética na contemporaneidade. A prática enquanto componente curricular (15h) dar-se-á da seguinte maneira: participação em seminários, produção de textos científicos, análise de obras de artes e demais objetos estéticos e pesquisas sobre as temáticas apresentadas no curso.

Bibliografia Básica

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.
ARISTÓTELES. *Poética***.** São Paulo: Abril Cultural, 1979.
NUNES, B. *Introdução à Filosofia da Arte*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

Bibliografia Complementar

ADORNO, T. *Teoria estética***.** São Paulo: Martins Fontes, 1970.
AGOSTINHO, A. *A verdadeira religião***.** São Paulo: Paulinas, 1987.
BEJAMIN, W. *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio D´Água, 2012.
DANTO, A. *A transfiguração do lugar comum***.** São Paulo: Cosac Naify, 2006.
ECO, U. *Arte e beleza na estética medieval*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1989.
FOUCAULT, M. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2013.
HEGEL, G. W. F. *Curso de estética*: O belo na arte e O sistema das artes. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 1 e 2 v.
HUME, David. *Investigação acerca do Entendimento Humano*. São Paulo Abril, 1973. (Col. Os Pensadores)
KANT, E. *Crítica da faculdade do juízo***.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
PAREYSON, L. *Os problemas da estética***.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.
PLATÃO. *A República***.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
PLOTINO. *Eneadas.* São Paulo: Polar, 2000.
SCHILLER, F. *A educação estética do homem***.** São Paulo: Iluminuras, 1995.

Filosofia e Literatura ï 75h

Ementa: Estudo da relação entre literatura e filosofia. Teoria e prática do discurso. A personagem e o filósofo. Literatura e engajamento político e filosófico. A constituição literária a partir da base filosófica. Discurso e consciência filosófica. Existência humana e questões éticas na literatura. A prática enquanto componente curricular (15h) dar-se-á da seguinte maneira: participação em seminários, oficinas de produção científica, produção de artigo científico e monografia a partir do aporte teórico recebido em sala de aula e pesquisa de campo quando a temática do projeto assim o exigir.

Bibliografia básica

BARTHES, R. *O Prazer do Texto.* Tradução J. Guinsburg. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.
BAKHTIN, M. *Questões de Literatura e de Estética* ï A Teoria do Romance. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002.
DELEUZE, G. *Conversações:* 1972-1990. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos II* ï Arqueologia das Ciências e história dos sistemas de Pensamento. Rio de Janeiro: forense universitária, 2000.
SARTRE, J-P. *Que é Literatura?* Tradução Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Ática, 1969.

Bibliografia Complementar

ECO, U. *Seis Passeios Pelos bosques da Ficção.* Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
GUIMARÃES, R. *Ensaios de Literatura e Filosofia*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.
PERDIGÃO, P. *Existência & Liberdade* ï Uma Introdução à Filosofia de Sartre. Porto Alegre: L&PM, 1995.
SOUZA, R. T.; DUARTE, R. *Filosofia e Literatura.* Porto alegre: EdiPUCRS, 2004.

Filosofia Política do Renascimento ï 75h

Ementa: Humanismo dos Séculos XIV e XV. O pensamento ético e político. Renascimento com invenção da Antiguidade. O Estado como obra de arte. O papado e seu perigo para o Estado. Moral e Religião. A descoberta do homem. Razão de Estado. Republicanismo. Poder e Liberdade. A prática enquanto componente curricular (15h) dar-se-á da seguinte maneira: participação em seminários, oficinas de produção científica, produção de artigo científico e monografia a partir do aporte teórico recebido em sala de aula e pesquisa de campo quando a temática do projeto assim o exigir.

Bibliografia Básica

ALIGHIERI, D. *Monarquia*. Trad. Carlos do Soveral. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 191-232.
BURCKHARDT, J. *A cultura do Renascimento na Itália* ï um ensaio. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhias das Letras, 2009.
MAQUIAVEL, N. *Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio*. Glossário e revisão técnica Patrícia Fontoura Aranovich. Trad. MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Bibliografia Complementar:

BIGNOTTO, N. *Origens do Republicanismo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
_____. *Republicanismo e Realismo*: um perfil de Francesco Guicciardini. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
BOTERO, G. *Della Ragione di Stato*. Roma: Donzelli editore, 1997.
GARIN, E. *La cultura filosofica del Rinascimento italiano*. Firenze, 1979.
GILBERT, F. Le idee politiche a Firenze al tempo di Savonarola e Soderini. In: _____. *Machiavelli e Il suo tempo*. Bologna: Il Mulino, 1977, p. 67-114.
GUICCIARDINI, F. Dialogo del reggimento di Firenze. In: GUICCIARDINI, Francesco. *Opere*. Vol. I. Torino: EDITRICE TORINESE, 1983.
MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Trad. Lívio Xavier. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
SENELLART, M. *As artes de governar*: do *regimen* medieval ao conceito de governo. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2006.
SKINNER, Q. *As fundações do Pensamento Político Moderno*. Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

Filosofia e Psicanálise ï 75

Ementa: Principais noções da teoria psicanalítica. Ressonâncias da psicanálise na Filosofia. Crítica filosófica da psicanálise. A prática enquanto componente curricular (15h) dar-se-á da seguinte maneira: participação em seminários, oficinas de produção científica, produção de artigo científico e monografia a partir do aporte teórico recebido em sala de aula e pesquisa de campo quando a temática do projeto assim o exigir.

Bibliografia básica

FREUD, S. *Obras completas*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, vários anos.
FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1*: A vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
LACAN, J. *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

Bibliografia complementar

ROUDINESCO, E; PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
DELEUZE, G; GUATTARI, F. *O Anti-Édipo*. Trad. Luiz B. L. Orlandi. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
DERRIDA, J. *Estados-da-alma da psicanálise.* São Paulo: Editora Escuta, 2001.
BAKHTIN, M. *O freudismo:* um esboço crítico**.** Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Perspectiva, 2007.
MARCUSE, H. *Eros e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
ZIZEK, S. *Como ler Lacan***.** Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

Filosofia e Economia ï 75h

Ementa: Pressupostos epistêmicos da Economia. O sujeito econômico. O naturalismo econômico. O Mercado. Economia e política. Governamentalidade econômica. Abordagens filosóficas da economia. A prática enquanto componente curricular (15h) dar-se-á da seguinte maneira: participação em seminários, oficinas de produção científica, produção de artigo

científico e monografia a partir do aporte teórico recebido em sala de aula e pesquisa de campo quando a temática do projeto assim o exigir.

Bibliografia básica

MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
MARX, K. *O capital*: critica da economia política. Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.
FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Bibliografia complementar

AGAMBEN, G. *O reino e a glória*: Uma genealogia teológica da economia e do governo. Homo Sacer, II, 2. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011.
BOURDIEU, P. *Las estructuras sociales de la economia.* Buenos Aires: Manantial, 2001.
FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas.Trad. Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
SIMMEL, G. *Psicologia do Dinheiro e outros ensaios*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, Lisboa, 2015.
SMITH, A. *Riqueza das Nações*. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1981 e 1983. 1 e 2 v.
WEBER, M. *A ética protestante e o ñespíritoò do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
WEBER, M. *Economia y sociedad.* Madri: F.C.E., 2014.

Dificuldade e transtorno de Aprendizagem na Formação de Professores ï 75h

Ementa: Contribuição da Psicologia da Educação sobre problemas de aprendizagem no processo de formação de Professores. Identificação das dificuldades e transtornos de aprendizagem no âmbito escolar, com ênfase aos aspectos cognitivos, afetivos, emocionais e sociais. A atuação dos educadores frente às dificuldades de aprendizagem. A escola e a família diante das dificuldades de aprendizagem. Estudos de casos de problemas de aprendizagem na escola, com base nos conhecimentos teóricos sobre a temática discutida na disciplina. A prática enquanto componente curricular (15h) dar-se-á da seguinte maneira: participação em seminários, oficinas de produção científica, produção de artigo científico e monografia a partir do aporte teórico recebido em sala de aula e pesquisa de campo quando a temática do projeto assim o exigir.

Bibliografia Básica

COUTINHO, M. T. C.; MOREIRA, M. *Psicologia da educação*: um estudo dos processos psicológicos de desenvolvimento e aprendizagem humanos, voltado para educação: ênfase nas abordagens interacionistas do psiquismo humano. 10. ed. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2004.
CORRÊA, R. M. *Dificuldades no Aprender*: outro modo de olhar. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.
DROUET, R. C. R. *Distúrbios da aprendizagem*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

Bibliografia Complementar

CHABANNE, J-L. *Dificuldades de aprendizagem*: um enfoque inovador do ensino escola. Tradução de Regina Rodrigues. São Paulo, SP: Ática, 2006.
DAVIDOFF, L. L. *Introdução à Psicologia*. 3. Ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2001.
DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. *Psicologia na educação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
JOSÉ, E. A.; COELHO, M. T. *Problemas de aprendizagem*. 12.ed. São Paulo: Ática, 2002.
SISTO, F. F. et al. *Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
SMITH, C.; STRICK, L. *Dificuldades de aprendizagem de a-z*: guia completo para educadores e pais. Tradução: Magda França Lopes; revisão técnica: Beatriz Vargas Dorneles. Porto Alegre: Penso, 2012.
VIGOTSKI ; LEONTIEV ; LURIA et al. *Psicologia e pedagogia*. São Paulo: Moraes, 1999.

Seminário sobre realidade socioambiental, corpo, gênero e sexualidade - 75h

Ementa: O debate filosófico sobre questões de gênero. A filosofia dedicada aos estudos sobre corpo e sexualidade. A presença da ideia de gênero na história do pensamento filosófico ocidental. Gênero e poder. Mulheres e filosofia. A questão ambiental e a educação, considerando a relação sociedade-natureza, a construção do conhecimento e a prática pedagógica escolar. Política ambiental nos âmbitos nacional e internacional. Diretrizes para a educação ambiental no contexto da educação brasileira e de seu currículo escolar.

Bibliografia Básica

BUTLER, J. 2003. *Problemas de Gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
FOUCAULT, M. *História da Sexualidade*. 1 vol. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
VIEIRA, P. F.; MAIMON, D. (Org.). *As Ciências Sociais e a Questão Ambiental rumo à interdisciplinaridade*. Belém: NAEA/UFPA, 1993.

Bibliografia Complementar

BACKER, P. *Gestão Ambiental*: a Administração do Verde. Rio de Janeiro: Quality Mark, 1995.
BEAUVOIR, S. *Segundo sexo*. 6 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
BECKER, D. F. (Org.). *Desenvolvimento Sustentável necessidade e/ou possibilidade?* 4ª. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.
BOCAYUVA, H. *Sexualidade e gênero no imaginário brasileiro*: metáforas do biopoder. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2007.
BORGES, M. L., TIBURI, M. (org.). *Filosofia:* machismos e feminismos. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2014.
COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L.; FENZL, N. (Org.). *Estado e Políticas Públicas na Amazônia gestão de recursos naturais*. Belém: NAEA/UFPA, 2000.
CUNHA, E. *Um Paraíso Perdido*: ensaios amazônicos**.** Brasília: Senado Federal, 2000.
FOUCAULT, M. *Ética, sexualidade, política.* 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense-Universitária, 2006.
KEHL, M. R. *Deslocamentos do feminino*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.
LEFF, H. *Saber Ambiental sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2001.
MONTBELLER-FILHO, G. *O Mito do Desenvolvimento Sustentável*. Florianópolis: UFSC, 2001.

PACHECO, J. (org.) *Filósofas. A presença das mulheres na filosofia*. Porto Alegre: Editora Fi, 2016.
SACHS, I. *Estratégias de Transição para o Século XXI desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Stúdio Nobel/FUNDAP, 1993.

4.1.8 Interface pesquisa e extensão

O Curso de Filosofia assume as orientações institucionais estabelecidas à luz da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, presentes nos documentos emanados pelos órgãos superiores da UFT, em especial o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Plano Pedagógico Institucional (PPI), bem como a Resolução CNE/CP nº 02, de 01 de julho de 2015.

No currículo do curso as atividades de pesquisa perpassam todos os componentes curriculares, sendo a produção textual, incluindo artigos científicos, obrigatória em algumas disciplinas, como no TCC II, quando se produz o TCC, e em especial no Laboratório de Produção de Material Didático e em Hermenêutica de textos filosóficos.

Em consonância com o PPI, o curso tem como objetivo a problematização da educação, com ênfase no ensino de filosofia.

Atualmente, os membros do corpo docente do Curso de Filosofia compõem o Grupo de pesquisa ñEstudos Filosóficos sobre Formação Humanaò, que congrega as linhas de pesquisa ñEnsino de Filosofiaò, ñFundamentos de Ética e Políticaò e ñLógica, linguagem e epistemologiaò.

O curso incentiva a participação dos professores em congressos de Filosofia promovidos por outras IES e pela ANPOF (Associação Nacional dos Professores de Filosofia), buscando recursos necessários para a sua viabilização.

É uma tarefa comum a todos os professores do curso motivar a participação dos alunos nas suas pesquisas, especialmente naquelas promovidas pelos programas de iniciação científica da PROPESQ, ou em outros programas institucionais com o foco na articulação entre pesquisa e extensão.

O Curso de Filosofia cria condições de integração da comunidade universitária com a sociedade em geral ao proporcionar o acesso desta ao conhecimento filosófico transmitido e construído na universidade.

As atividades de extensão se apresentam, no Curso, como momento privilegiado de inserção na comunidade e, num movimento de mão dupla, de participação da comunidade externa na vida acadêmica. Essas atividades são norteadas pela política de extensão e cultura

propostas no PPI da UFT, que é baseada nos valores do compromisso social, do respeito à diversidade e da Arte e Cultura.

Assim, na extensão, o Curso busca atingir suas finalidades precípuas de promover a cidadania plena, a formação de um *ethos* com nova atitude estética, ética e política, além de somar forças na luta contra a desigualdade social, contra o preconceito diante das diferenças de ordem étnica e de gênero, e na luta pela implantação da justiça social e ambiental.

4.1.9 Interface com programas de fortalecimento do ensino

Para atingir seus objetivos principais, o Curso fomenta o envolvimento dos professores e dos alunos nos programas de aperfeiçoamento discente institucionalizados na UFT, como Programa Institucional de Monitoria/PIM (Resolução CONSEPE, nº 16/2008), Programa Institucional de Monitoria Indígena/PIMI (Resolução CONSEPE, nº 20/2007), PET, PIBID, Prodocência, Programa ANDIFES de Mobilidade Estudantil/MA (Resolução CONSEPE, nº 19/2007) e Residência Pedagógica.

Nesses programas o Curso de Licenciatura em Filosofia visa ampliar o leque de atividades de caráter didático-pedagógicas desenvolvidas pelos alunos monitores sob orientação dos professores tutores. Ademais, a visão articulada entre a iniciação à pesquisa, a preparação para a docência e o diálogo com a comunidade é uma meta a ser buscada por professores-tutores e alunos-monitores em cada programa, respeitando a especificidade de cada um destes.

Assim, os programas de aperfeiçoamento discentes são vistos como um *locus* privilegiado para formar profissionais e cidadãos com experiência de vivência acadêmica e social em toda a sua abrangência, possibilitando o convívio e o trabalho coletivo para superar deficiências de aprendizagem, de adaptação (PIM e PIMI) e possibilitando a melhoria da própria formação nos ambientes da universidade (PET) e da escola (PIBID e Prodocência), Residência Pedagógica e de outras IES (MA).

4.1.10 Interface com as Atividades Complementares

As atividades complementares compõem o currículo flexível do curso de Licenciatura em Filosofia, com carga horária de 210h, cujo cumprimento é distribuído ao longo do curso. As atividades complementares do curso seguirão as diretrizes estabelecidas na Resolução

CONSEPE nº 009/2005, que regulamenta as atividades de ensino, pesquisa e extensão que são validadas na UFT.

4.1.11 Prática e Estágio Curricular

I - Orientações Gerais

Subsídios para a Prática como ócomponente curricularô e o Estágio Curricular Supervisionado

Em relação à prática como componente curricular e ao estágio supervisionado, este projeto pedagógico toma por base as diretrizes presentes na Resolução CNE/CP nº 02, de 01 de julho de 2015, a qual preconiza, em seu artigo 13, que:

> § 1o Os cursos de que trata o caput terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:
> I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;
> II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;
> III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;
> IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

Além disso, a referida resolução também propugna, no parágrafo 3º deste mesmo artigo, que: ñDeverá ser garantida, ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência.ò

Buscando atender a esta necessidade de aumentar as horas destinadas às atividades práticas, a estrutura curricular do presente projeto prevê um acréscimo de 15 horas de prática em diversos componentes curriculares dos núcleos I e II, perfazendo 435 (quatrocentos e trinta e cinco) horas.

Conforme já mencionado nas ementas dos eixos, essas atividades práticas englobam a preparação e realização de atividades de natureza individual e/ou coletiva, tais como seminários, palestras, debates, minicursos, relatos de experiências, estudos curriculares e projetos interdisciplinares, os quais deverão integrar as atividades previstas nas ementas dos componentes curriculares, sem excluir a construção das pesquisas individuais que resultarão tanto em trabalhos monográficos exigidos como atividades avaliativas nos diversos componentes curriculares, como também no Trabalho de Conclusão de Curso.

Com respeito ao Estágio Supervisionado, o detalhamento da forma como essa atividade será desenvolvida encontra-se descrito no respectivo anexo.

Disciplinas com carga horária de atividades práticas

Considerando a natureza do Curso de Filosofia, as atividades práticas abrangerão o conjunto dos componentes curriculares ministrados articuladas à carga horária teórica. A orientação e o acompanhamento das atividades práticas relacionadas às escolas e à sala de aula, em atendimento à resolução 02 de 01/02/2015 (BRASIL, 2015), ficarão sob a responsabilidade do professor das disciplinas abaixo relacionadas:

Disciplina	C. h.
Leitura e produção de texto científico	30h
Introdução à Filosofia	15h
História da Filosofia Antiga I	15h
História da Filosofia Antiga II	15h
Antropologia Filosófica	15h
História da Filosofia Medieval	15h
Hermenêutica	15h
Laboratório de produção de material didático I	15h
História da Filosofia Moderna I	15h
Ética I	15h
Lógica	15h
História da Filosofia Moderna II	15h
Teoria do Conhecimento	15h
Ontologia	15h
Fundamentos e metodologia do ensino de filosofia	15h

História da Filosofia Contemporânea I	15h
Filosofia da Linguagem	15h
Estética	15h
História da Filosofia Contemporânea II	15h
Filosofia Política I	15h
Ética II	15h
TCC I	15h
Filosofia Política II	15h
Optativa	15h
TCC II	45h
Filosofia da Ciência	15h
TOTAL	450h

4.1.12 Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS), Matrizes culturais da Amazônia e Matriz da Cultura Africana

O curso de Libras (Linguagem Brasileira de Sinais) será oferecido na forma de disciplina com carga horária de 60h, em atendimento ao estabelecido pelo Decreto nº 5.626/2005.

Os conteúdos e temáticas acerca da abordagem da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999, Art. 11), da Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004) e dos temas de diversidade de gêneros, sexual, religiosa, faixa geracional e Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (Resoluções CNE/CP n° 01 de 01/07/2015 e CNE/CP nº 02 de 01/07/2017) estão contemplados no conjunto do processo formativo do Curso, bem como nos componentes curriculares específicos relacionados no quadro seguinte:

ABORDAGENS FORMATIVAS CONFORME LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	
Abordagem	**Componentes curriculares**
Educação ambiental	1) Seminário sobre realidade socioambiental, gênero, corpo e sexualidade 2) Ética II
Diversidades étnico-racial	1) Política e Gestão da Educação Brasileira 2) Estudos Culturais 3) Seminário sobre realidade socioambiental, gênero, corpo e sexualidade

	4) Arte Brasileira 5) Filosofia da Educação 6) Estética e Filosofia da Arte 7) Laboratório de Produção de Material Didático I
Diversidades de gênero, sexual	1) Seminário sobre realidade socioambiental, gênero, corpo e sexualidade 2) Laboratório de Produção de Material Didático I 3) Estética 4) Filosofia da Educação 5) Filosofia e Psicanálise
Diversidades religiosa	1) História da Filosofia Medieval 2) História da Filosofia Antiga I 3) História da Filosofia Antiga II 4) Arte Brasileira 5) Estudos Culturais 6) Tópicos Especiais em Religião, Ciência e Filosofia
Diversidades de faixa geracional e inclusão	1) História da Filosofia Antiga I 2) Laboratório de Produção de Material Didático II 3) Filosofia e Direito 4) Dificuldade e Transtorno de Aprendizagem na Formação do Professor 5) Trabalho, educação e formação escolar 6) Filosofia e Economia 7) LIBRAS

4.1.13 Avaliação da Aprendizagem, do Curso e da Instituição

A avaliação constitui-se em um processo contínuo que envolve ações de diagnóstico, análise, acompanhamento e proposição de ações para a superação das dificuldades encontradas e o reforço dos pontos positivos, bem como a avaliação da própria avaliação. Nesse processo, é importante destacar a integração de todos os setores que compõem a Universidade.

A avaliação do aluno nesses eixos contempla uma abordagem interdisciplinar. Recomenda-se que sejam previstas atividades diversas durante a oferta do eixo, com a

participação de todos os professores envolvidos, com o intuito de promover um debate mais ampliado da temática. O processo avaliativo ocorrerá de forma processual e continuada abrangendo o conjunto dos componentes curriculares. Ou seja, será previsto, que parte da nota referir-se-á ao conteúdo ministrado pelo professor da disciplina e parte será aferida pela atividade resultante do trabalho interdisciplinar.

A avaliação é um aspecto fundamental e inovador do processo de ensino-aprendizagem. A avaliação formativa é a base do processo ensino-aprendizagem, pautado em problema e centrado no estudante. Todavia, a grande dificuldade enfrentada pelos professores está na avaliação da aquisição de conhecimento e em adotar um processo de avaliação, com enfoque interdisciplinar, que articule diferentes áreas do conhecimento, de fazeres e de atitudes nos processos de ensino-aprendizagem como forma de se conhecer as limitações e potencialidades do aluno na sua aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, de aquisição de habilidades e atitudes/comportamentos.

Segundo Bordenave e Pereira[1] (2001, p.70), somente a adoção de uma atitude interdisciplinar permite ña identificação precoce dos problemas que o aluno pode ter em seu trabalho e, ao fazê-lo, permite ao estudante identificar as suas dificuldades e buscar os caminhos de correçãoò.

A construção de um currículo interdisciplinar pressupõe a possibilidade de reduzir a hegemonia dos saberes, de projetá-los numa mesma dimensão epistemológica, sem negar os limites e a especificidade das disciplinas. Pressupõe, também, que o currículo seja entendido como algo em processo, aberto às diferenças, aos contextos historicamente marcados e às temporalidades dos sujeitos implicados nesse processo. Conforme Macedo (2002, p. 32), trata-se de perceber

> a duração, o inacabamento e uma falta que movem incessantemente; a contradição que nos sujeitos em interação e nas estruturas movimenta a realidade e o conhecimento a respeito dela. O caráter temporal que implica na transformação, na historicidade, demanda, acima de tudo, uma atitude face ao conhecimento como um produto de final aberto, em constante estado de fluxo e infinitamente inacabado.

Nessa perspectiva, são os atos de currículo que se articulam no mundo da escola, situados em um contexto construído, que, efetivamente, constroem o currículo. As questões

[1] BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ñcomoò, ño quêò e ñpor quêò, ñpara quemò se tornam fundamentais para o entendimento do currículo, uma vez que levam em conta a forma de ñserò e de ñestarò no mundo dos alunos.

Das avaliações e dos critérios de aprovação

De acordo com o Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins, a avaliação do desempenho acadêmico é concebida como parte essencial e integrante do procedimento sistemático do aproveitamento do aluno em relação a conhecimentos, habilidades, competências, valores e atitudes exigidas para o exercício profissional e científico, conforme resolução CONSEPE 05/2005, art. 4º, inciso II, letra d. O aproveitamento escolar é avaliado por meio dos resultados por ele obtido em atividades acadêmicas feitas por disciplina, para onde convergirão os resultados de provas, trabalhos, projetos e outras formas de verificação, previstas no plano de ensino da disciplina.

A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota expressa em grau numérico de 0,0 (zero) a 10.0 (dez), sendo exigido, no mínimo, a nota 7,0 (sete) para aprovação. O aluno será reprovado quando não alcançar frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) nas aulas e a nota mínima exigida. Neste caso o aluno repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento.

Avaliação do curso e Avaliação Institucional

De acordo com a natureza do Projeto Pedagógico Institucional, o processo avaliativo a ser desenvolvido nos cursos da UFT visa promover a qualidade das atividades acadêmicas, em articulação com a avaliação institucional descrita no Projeto de Desenvolvimento Institucional ï PDI. Em atendimento às diretrizes do SINAES, aprovado pela Lei nº 10.861/2004, a UFT implantou, em abril de 2004, o processo de Avaliação Institucional, criando, na oportunidade, Comissão Central de Avaliação Institucional (CCA), composta por um representante docente, por *campus*, representantes discentes, do corpo técnico-administrativo e um representante da sociedade civil.

Nesse contexto, torna-se, portanto, significativo o processo de reestruturação das arquiteturas curriculares, dos cursos e programas em oferta, além do desenvolvimento e aperfeiçoamento dos próprios elementos e mecanismos de avaliação. Para tanto, está sendo aprofundada uma cultura da avaliação, assim como a implantação de um constante acompanhamento das suas estruturas internas, para que a UFT possa concretizar a sua missão

de ñproduzir e difundir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazôniaò (PPI, 2007; 2015).

Assim, foram estabelecidos alguns indicadores que deverão nortear o processo de avaliação discente, avaliação da qualificação do corpo docente e a avaliação institucional, a saber:

- **Missão:** identificação e avaliação das marcas que melhor caracterizam a instituição; definição de sua identidade; indicadores de responsabilidade social; programas e processos que conferem identidade à instituição; contribuições para o desenvolvimento da ciência e da sociedade.
- **Corpo de professores/pesquisadores: f**ormação acadêmica e profissional; situação na carreira docente; programas/políticas de capacitação e desenvolvimento profissional; compromissos com o ensino, a pesquisa e a extensão; distribuição dos encargos; adesão aos princípios fundamentais da instituição; vinculação com a sociedade; forma de admissão na carreira docente; entre outros.
- **Corpo discente:** integração de alunos e professores de distintos níveis; participação efetiva na vida universitária; dados sobre ingressantes; evasão/abandono; qualidade de vida estudantil; tempos médios de conclusão; formaturas; realidade dos ex-alunos; questões da formação profissional; a relação professor/aluno.
- **Corpo de servidores técnico-administrativos:** integração dos servidores, alunos e professores; formação profissional; situação na carreira, programas/políticas de capacitação e desenvolvimento profissional; compromissos com a distribuição dos encargos; adesão aos princípios fundamentais da instituição; vinculação com a sociedade; concursos e outras formas de admissão na carreira.
- **Currículos e programas**: concepção de currículo; organização didático-pedagógica, objetivos; formação profissional e cidadã; adequação às demandas do mercado e da cidadania; integração do ensino com a pesquisa e a extensão; interdisciplinaridade, flexibilidade/rigidez curricular; extensão das carreiras; inovações didático-pedagógicas; utilização de novas tecnologias de ensino; relações entre graduação e pós-graduação; e o que constar da realidade.
- **Produção acadêmico-científica:** análise das publicações científicas, técnicas e artísticas; patentes; produção de teses; organização de eventos científicos; realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais;

formação de grupos de pesquisa, interdisciplinaridade, política de investigação, relevância social e científica.

- **Atividades de extensão e ações de intervenção social:** integração com o ensino e a pesquisa; políticas de extensão e sua relação com a missão da universidade; transferências de conhecimento; importância social das ações universitárias; impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional; participação de alunos; iniciativas de incubadoras de empresas; capacidade de captação de recursos; pertinência e equidade; ações voltadas ao desenvolvimento da democracia e promoção da cidadania; programas de atenção a setores sociais, bem como interfaces de âmbito social.
- **Infraestrutura:** análise da infraestrutura da instituição, em função das atividades acadêmicas de formação e de produção de conhecimento, tendo em conta o ensino, a pesquisa, a extensão e, de modo especial, as finalidades da instituição.
- **Gestão:** administração geral da instituição e de seus principais setores; estruturação dos órgãos colegiados; relações profissionais; políticas de desenvolvimento e expansão institucional; perfil; capacitação; políticas de melhoria quanto à qualidade de vida e qualificação profissional dos servidores; eficiência e a eficácia na utilização dos recursos.
- **Convênios e parcerias:** análise do número dos convênios e parcerias realizadas; tipos de instituições; nível da contrapartida da universidade quanto ao capital intelectual empregado nos convênios e parcerias; potenciais espaços de trabalho colaborativo em diversos segmentos da sociedade.

5 CORPO DOCENTE, DISCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

5.1 Formação acadêmica e profissional do corpo docente

TABELA 7 ï Condições de Trabalho, Titulação e Produção Científica do Corpo Docente da Área de Filosofia e Teatro

Docente	Condições de Trabalho	Composição e titulação do Corpo Docente	Publicação e experiência profissional
1. Eduardo Simões Silva	DE	Graduação em Filosofia - UNIMONTES Mestre em Filosofia - UFSCar Doutor em Filosofia ï UFSCar	http://lattes.cnpq.br/4739161935290553

2. Elizângela Inocêncio Mattos	DE	Graduação em Filosofia ï UNESP Mestre em Filosofia ï UNICAMP Doutora em Filosofia - UFSCar	http://lattes.cnpq.br/7750062710372317
3. Fábio Henrique Duarte	DE	Graduação em Filosofia - UFMA Mestre em Filosofia ï UFG Doutor em Filosofia ï UFSC	http://lattes.cnpq.br/2067814044291534
4.João Francisco Pereira Cabral	DE	Graduação em Filosofia ï UFU Mestrado em Filosofia ï UNICAMP	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4139070T0
5. João Paulo Simões Vilas Bôas	DE	Graduação em Filosofia ï UFPR Mestre em Filosofia ï UFPR Doutor em Filosofia ï UNICAMP	http://lattes.cnpq.br/8882556250527283
6. José Soares das Chagas	DE	Graduação em Filosofia - UVA Mestre em Filosofia ï UECE	http://lattes.cnpq.br/9881921211705297
7. Juliana Santana de Almeida	DE	Graduação em Filosofia ï UFOP Mestre em Filosofia ï UFOP Doutora em Filosofia ï UFSC	http://lattes.cnpq.br/0797524265962297
8.Karylleila dos Santos Andrade*	DE	Graduação em Letras - UNITINS Mestre em Linguística ï USP Doutor em Linguística ï USP	http://lattes.cnpq.br/8224727509470953
9.Kátia Maia Flores *	DE	Graduação Biblioteconomia - UFG Mestre em História - UFPE Doutor em História ï UFMG	http://lattes.cnpq.br/0706564533129920
10.Kherlley Caxias Batista Barbosa	DE	Graduação em Teologia - Fac. S. Bonaventura Graduação em Filosofia - UCG Mestre em Teologia - Fac. S. Bonaventura Doutor em Filosofia ï UNISINOS	http://lattes.cnpq.br/6936995812642549
11. Leandro Beck Freiberg	DE	Graduação em Filosofia - Unijuí Mestre em Filosofia ï PUC-RS	http://lattes.cnpq.br/1064586263889637
12. Leon Farhi Neto	DE	Graduação em Filosofia ï UFSC Mestre em Filosofia ï UFSC Doutor em Filosofia ï UFSC	http://lattes.cnpq.br/0612729678534448
13. Marco Aurélio Cardoso	DE	Graduação em Filosofia ï UFG Mestre em Filosofia ï UFG	http://lattes.cnpq.br/4181252401031448
14. Mateus Schimith Batista*	DE	Graduação em Artes Cênicas ï UFOP Mestre em Artes Cênicas ï UFBA Doutor em Artes Cênicas ï UFBA	http://lattes.cnpq.br/1441082760207271
15. Oneide Perius	DE	Graduação em Filosofia ï URI Mestre em Filosofia ï PUC-RS Doutor em Filosofia ï PUC- RS	http://lattes.cnpq.br/4921088204698607
16. Paulo Sérgio Gomes Soares	DE	Graduação em Filosofia - UNESP Mestre em Filosofia - UNESP Doutor em Educação ï UFSCar	http://lattes.cnpq.br/1365699355771676
17. Raquel Castilho Souza	DE	Graduação em Psicologia ï PUC-GO Mestre em Educação ï UnB	http://lattes.cnpq.br/3356457304123848

18. Roberto Francisco de Carvalho	DE	Graduação em Pedagogia - UNITINS Mestre em Educação - UFG Doutor em Educação ï UFG	http://lattes.cnpq.br/5571746546717368
19. Roberto Antônio Penedo Amaral	DE	Graduação em Pedagogia - UFG Mestre em Educação - UFG Doutor em Educação ï UFG	http://lattes.cnpq.br/7662501395554138
20.Roseli Bodnar *	DE	Graduação em Letras Mestre em Teoria da Literatura Doutora em Letras ï PUC- RS	http://lattes.cnpq.br/6794129931963124
* Professoras que pertencem ao Colegiado de Teatro, mas ministram disciplinas no Curso de Filosofia.			

TABELA 8 ï Núcleo Docente Estruturante do Curso de Filosofia

Docente	Condições de Trabalho	Composição e titulação do Corpo Docente
1. Eduardo Simões Silva	DE	Graduação em Filosofia - UNIMONTES Mestre em Filosofia - UFSCar Doutor em Filosofia ï UFSCar
2. João Francisco Pereira Cabral	DE	Graduação em Filosofia ï UFU Mestrado em Filosofia ï UNICAMP
3. Fábio Henrique Duarte	DE	Graduação em Filosofia - UFMA Mestre em Filosofia ï UFG Doutor em Filosofia ï UFSC
4. João Paulo Simões Vilas Bôas	DE	Graduação em Filosofia ï UFPR Mestre em Filosofia ï UFPR Doutor em Filosofia ï UNICAMP
5. José Soares das Chagas	DE	Graduação em Filosofia - UVA Mestre em Filosofia ï UECE
6. Juliana Santana de Almeida	DE	Graduação em Filosofia ï UFOP Mestre em Filosofia ï UFOP Doutora em Filosofia ï UFSC
7.Kherlley Caxias Batista Barbosa	DE	Graduação em Teologia - Fac. S. Bonaventura Graduação em Filosofia - UCG Mestre em Teologia - Fac. S. Bonaventura Doutor em Filosofia ï UNISINOS
8. Leandro Beck Freiberg	DE	Graduação em Filosofia - Unijuí Mestre em Filosofia ï PUC-RS
9. Leon Farhi Neto	DE	Graduação em Filosofia ï UFSC Mestre em Filosofia ï UFSC Doutor em Filosofia ï UFSC
10. Marrco Aurélio Cardoso	DE	Graduação em Filosofia ï UFG Mestre em Filosofia ï UFG
11. Oneide Perius	DE	Graduação em Filosofia ï URI Mestre em Filosofia ï PUC-RS Doutor em Filosofia ï PUC- RS
12. Paulo Sérgio Gomes Soares	DE	Graduação em Filosofia - UNESP Mestre em Filosofia - UNESP

		Doutor em Educação ï UFSCar
13. Raquel Castilho Souza	DE	Graduação em Psicologia ï PUC-GO Mestre em Educação ï UnB
14. Roberto Francisco de Carvalho	DE	Graduação em Pedagogia - UNITINS Mestre em Educação - UFG Doutor em Educação ï UFG
15. Roberto Antônio Penedo Amaral	DE	Graduação em Pedagogia - UFG Mestre em Educação - UFG Doutor em Educação ï UFG

Como se vê na tabela do corpo docente da área, são 20 professores lotados nos cursos de Filosofia e quatro de Teatro até o momento, e um vaga prevista para o curso de Filosofia via abertura de Concurso público.

TABELA 9 ï Cronograma de Contratação Docente

Área de Conhecimento	**2018**
Filosofia	01

Tabela ï QUANTITATIVO GERAL DE PROFESSORES

Professores vinculados diretamente ao Curso de Filosofia	17
Professores vinculados ao Curso de Teatro	04
TOTAL GERAL	21

5.2 Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo

Tabela 10 - Corpo Técnico Administrativo (para trabalho na secretaria do curso, nos laboratórios específicos) dos cursos de Artes e Filosofia.

Nome do técnico	**Condições de trabalho 40h semanais**	**Formação de nível médio/superior**	**Experiência profissional**
Odiberto de Souza Lopes	40h	Graduação em Direito - Unitins Graduação em Letras - FIESC Mestrado em Políticas Públicas ï UFT	Técnico em Assuntos Educacionais

6. INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS

A infraestrutura física da UFT passa por um processo contínuo de melhoria nos sete *Campi*, tendo havido reforma e adequação de espaços físicos existentes na busca de atender às necessidades da comunidade acadêmica.

A Universidade em sua área de 11.681.602,77 m2 dispõe de uma área edificada de aproximadamente 146.000 m2, distribuída em seus sete *Campi*, contendo no espaço físico da UFT, 129 laboratórios, 08 bibliotecas, 22 auditórios e 238 salas, espaços destinados a atender os mais de 18.000 alunos.

6.1 Estrutura física geral do *Campus* de Palmas

O *Campus* de Palmas possui atualmente uma estrutura física, conforme quadro seguinte que busca atender a comunidade acadêmica quanto às atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura.

Estrutura física	Quantidade
Salas de Aula	93
Biblioteca	01
Salas Administrativas	14
Coordenações de Cursos	21
Salas de Apoio Acadêmico	09
Salas para Docentes	74
Salas de Reunião	02
Auditórios	06
Instalações Sanitárias	124
Vestiários	16
Laboratórios de Informática	03
Laboratórios Específicos	71
Estação Experimental	01
Restaurante Universitário	01
Cantinas	02
Fonte: UFT, PDI/2016	

Ressaltamos que no *Campus* de Palmas se situa também as instalações administrativas onde funciona a gestão superior constituída de Conselhos Superiores e a Reitoria com seus diversos setores e subsetores administrativos (UFT/PDI, 2016).

6.2 Biblioteca

Em conformidade como o PDI 2016-2020 (UFT/PDI, 2016) a biblioteca do *Campus* Universitário de Palmas atende aos 17 cursos de graduação oferecidos, ao corpo docente, funcionários técnico-administrativos e a 11 programas de Pós-graduação *stricto sensu*. A biblioteca tem como finalidade oferecer apoio aos programas acadêmicos da UFT por meio de serviços e produtos que forneçam suportes informacionais para o ensino, a pesquisa e a extensão.

A biblioteca, como parte integrante do desenvolvimento da aprendizagem e como centro de informações, incentiva e assessora tecnicamente o corpo docente e discente quanto à utilização do acervo bibliográfico e dos recursos informacionais existentes.

O acervo da biblioteca compõe-se de livros, dissertações e teses, folhetos, periódicos nacionais e estrangeiros, obras de referência e materiais especiais direcionados às áreas de conhecimento trabalhadas nos cursos do *Campus* de Palmas da UFT. As obras encontram-se ordenadas por assunto de acordo com a Classificação Decimal Dewey (CDD). Os materiais (livros, dissertações e teses) existentes na biblioteca estão cadastrados (no SIE/biblioteca), possibilitando a circulação do material de acordo com a política de empréstimo estabelecida, com possibilidade de renovações ou reservas.

De acordo com as informações extraídas do PDI, a UFT vem realizando a aquisição de novos títulos e exemplares de livros para compor as bibliografias básicas e complementares de todas as disciplinas oferecidas nos cursos de graduação no *Campus* de Palmas. Os dados do PDI sintetizam o acervo geral existente na biblioteca do *Campus* de Palmas, conforme o seguinte quadro:

Acervo Geral da Biblioteca do *Campus* de Palmas

MATERIAL	TÍTULOS	EXEMPLARES
Livros[2]	15.762	57.706

[2] Aproximadamente 15.000 itens de diferença a menor do quantitativo apresentado em ano anterior, justifica-se em função de não estarem inseridos no banco de dados SIE/Biblioteca, estão na biblioteca aguardando tratamento técnico e inclusão no sistema.

Revistas	-	-
Monografias graduação	2.284	2.284
Monografias de especialização	69	69
Dissertações	362	362
Teses	43	43
Multimeios (cdôs, dvdôs e fitas cassete)	136	148
Outros	-	-
TOTAL GERAL	**18.656**	**60.612**
Fonte: UFT, PDI/2016		

Além das informações gerais acerca do acervo da Biblioteca do *Campus* de Palmas, o PDI 2016-2020, explicita o quantitativo de acervo por área do conhecimento, nos termos da descrição que segue:

Dados Relativos à Biblioteca da UFT/*Campus* de Palmas

Biblioteca	Área do Conhecimento	Quantitativo de títulos	Quantitativo de exemplares
Palmas	Agropecuária e pesca	1	1
	Ciências exatas e da terra	1.424	6.689
	Ciências Agrárias	590	2.406
	Ciências Biológicas	482	2.997
	Ciências da Saúde	1.030	5.217
	Ciências Humanas	3.548	11.611
	Ciências Sociais Aplicadas	7.650	24.250
	Engenharias	779	3.462
	Linguística, Letras e Artes	1.542	3.924
	Não informado	4.945	1.581

Fonte: UFT/PDI, 2016

a) Infraestrutura

O acervo está armazenado em boas condições, em estantes apropriadas, com fácil acesso aos usuários. Toda área é climatizada, iluminada natural e artificialmente. A área total construída é de 3.158,23 m2 dividida em térreo, 1º Andar, 2º Andar. A infraestrutura abrange:

Â69 módulos de estudo individual;

Â189 mesas para estudo de grupo e 181 acentos;

ÂSala da coordenação;

ÂSala de processamento técnico;

ÂSetor de circulação e atendimento;

Â10 cabines de pesquisa na Internet.

b) Recursos tecnológicos

A biblioteca conta com os equipamentos: microcomputadores; impressoras; monitores; equipamento antifurto eletromagnético na saída da biblioteca; leitora de código de barras no setor de circulação da biblioteca (empréstimo e devolução). Além de mobiliário necessário para o bom funcionamento e atendimento aos usuários (estantes de aço para livros, expositor de livros, mesas de escritório, mesas para estudo, cadeiras, armários, etc.).

Como suporte para acessar estes recursos contamos com:

Â03 computadores para o atendimento ao usuário;

Â08 computadores processamento técnico;

Â01 computadores da coordenação;

Â10 computadores para pesquisa de usuários;

Â02 Impressora Laser Lexmark E342m (processamento técnico e atendimento).

6.2.1. Administração e serviços

a) Corpo Técnico

A biblioteca do *Campus* de Palmas conta com um quadro de funcionários que busca desenvolver, dentre outros, os seguintes serviços:

b) Apoio a Elaboração de Trabalhos Acadêmicos

A biblioteca tem como política interna prestar serviços de orientação na normalização dos trabalhos técnico-científicos, segundo recomendações da ABNT. Também auxilia na catalogação do material e treina o usuário quanto à pesquisa de fontes documentais e bibliográficas, sua recuperação e serviços oferecidos, inclusive com visitas programadas.

c) Atendimento ao Público

O atendimento ao público, em geral, ocorre de Segunda à Sexta-feira: 08h - 22h. Sábados: 08h - 12h.

6.3 Laboratórios e Núcleos

Tomando como referência o PDI 2016-2020 (UFT, PDI/2016), 10 dos cursos de graduação possuem Laboratórios e núcleos de práticas que visam dar sustentação aos cursos em desenvolvimento no âmbito da UFT.

Laboratórios e núcleos de prática - *Campus* Universitário de Palmas

CURSOS	LABORATÓRIOS
1.Curso de Administração	Escritório Modelo de Administração
2. Curso de Arquitetura e Urbanismo	Laboratório de Arquitetura Laboratório Audiovisual Laboratório de Conforto Ambiental
3.Curso de Ciência da Computação	Laboratório de Hardware Núcleo de Desenvolvimento de Software
4. Curso de Ciências Econômicas	Escritório Modelo de Economia
5. Curso de Comunicação Social/ Jornalismo	Laboratório de Fotografia Laboratório de Radio Laboratório de Redação Laboratório de Vídeo
6. Curso de Direito	Núcleo de Práticas Jurídicas Escritório Modelo do Fórum Estadual Escritório Modelo da Justiça Federal
7. Curso de Engenharia de Alimentos	Laboratório de Análise Sensorial Laboratório de Frutas e Hortaliças Laboratório de Sistema de Produção de Energia de Fontes Renováveis ï LASPER Laboratório de Microbiologia e Bioprocessos Laboratório de Tecnologia de Amilaceos e Panificação Laboratório de Tecnologia de Leites e Derivados
8. Curso de Engenharia Ambiental	Laboratório de Caracterização e Impactos Ambientais

	Laboratório de Biotecnologia Laboratório de Geologia Laboratório de Geoprocessamento Laboratório de Ecologia Laboratório de Hidrobiologia Laboratório de Hidrologia Laboratório de Meteorologia e Climatologia Laboratório de Microbiologia Ambiental Laboratório de Processos de Separação de Biomoléculas e Desidratação ï LAPSDEA Laboratório de Química Laboratório de Saneamento Ambiental
9. Curso de Medicina	Enfermaria Modelo Laboratório de Anatomia Humana Laboratório de Anatomia Patológica Laboratório de Biofísica Laboratório de Farmacologia e Patologia Clinica Laboratório de Bioquímica, Imunologia e Genética ï LABIG Laboratório de Citologia e Histologia e Patologia Laboratório de Cultura de Células Laboratório de Epidemiologia Laboratório de Microbiologia e Parasitologia Laboratório de Multi Usuário Laboratório de Técnicas de Saúde Laboratório de Técnica Cirúrgica Sala de Expurgo
10. Curso de Pedagogia	Núcleo Interdisciplinar de Educação em Direitos Humanos
Fonte: UFT/PDI, 2016.	

6.3.1 Sala de Coordenação administrativa e pedagógica do Curso e Laboratório de Ensino de Filosofia

Além dos ambientes coletivos comuns aos diversos cursos do Campus de Palmas, o curso conta com uma sala para coordenação pedagógica e um projeto de laboratórios a ser efetivado por meio do Plano de Desenvolvimento do Curso (PDC).

Sala de Coordenação do Curso

O curso, atualmente coordenado pelo professor Eduardo Simões Silva, possui três salas administrativo-pedagógica e de reuniões e atividades diversas conforme descrição a seguir:

SALAS	LOCALIZAÇÃO

Uma (1) sala de Coordenação administrativa-pedagógica	Bloco BALA 2, Sala 16
Duas (2) salas de reunião do colegiado, grupos de estudos e aulas da pós-graduação	Bloco ñJò 2, Sala 104 e 105.

Laboratório de Ensino de Filosofia

Os dois laboratórios do Curso de Licenciatura em Filosofia ainda se encontram como projeto a ser executado conforme o Plano de Desenvolvimento do Curso (PDC) 2018. Ressaltamos que os Laboratórios de Ensino de Filosofia são um espaço fundamental do curso que propiciam as condições físicas para o desenvolvimento das atividades de investigação e de produção de textos filosóficos.

a) Objetivos gerais

- viabilizar projetos de ensino de cunho interdisciplinar que articulem os cursos de Licenciatura em Teatro e Filosofia com as diversas áreas de conhecimento, especialmente com as ciências humanas;
- fazer a integração de todos os professores e alunos (Graduação e Pós) empenhados na realização de uma prática de ensino crítica e interdisciplinar;
- dar condições de trabalho para que os profissionais se habilitem no sentido de prestar serviços à comunidade de professores das redes pública e particular de ensino;
- disponibilizar a estrutura física necessária para o desenvolvimento das atividades das disciplinas de Laboratório de Produção de Material Didático I e II.

b) Objetivos Específicos

- Possibilitar aos alunos de Licenciatura em Teatro e Filosofia:

a) análise dos materiais didáticos existentes no mercado;
b) produção de materiais didáticos diversificados;
c) eficiência em lidar com novos métodos e técnicas de ensino.

- Oferecer condições adequadas para a articulação entre:

a) conhecimento específico e conhecimento inter e transdisciplinar;
b) o Ciclo de Formação Geral e o Ciclo de Formação Profissional, a Graduação e a Pós-graduação mediante os programas institucionais de monitoria e iniciação à docência;
c) a formação acadêmica e os desafios do mercado de trabalho;

d) domínio dos conteúdos específicos e habilidades de docência.

- Disponibilizar um acervo de materiais didáticos condizentes com resultados mais recentes das pesquisas na área de ensino médio e superior em Filosofia e Teatro, no Brasil e no exterior.

c) Instalações dos Laboratórios

Para efetivação dos Laboratórios do Curso de Filosofia serão necessários preliminarmente as seguintes instalações, mobiliário, equipamentos e materiais didáticos:

- **Instalação física/ mobiliário**: a) escrivaninhas para computadores; b) mesas de reunião; c) cadeiras; d) prateleiras; e) arquivo etc.
- **Equipamentos**: a) computadores; b) ar-condicionado; c) data-show; pen drives; d) TV; e) Tela para projeção de slides etc.
- **Material didático:** a) quadro branco; b) biblioteca básica: dicionários básicos, história do pensamento humano e obras dos clássicos do pensamento filosófico etc.

6.3.2 Laboratórios de informática

O objetivo dos laboratórios de informática é proporcionar ao aluno o contato com aplicativos básicos e *softwares* de informática (Sistemas Operacionais, Editores de Texto, Planilhas Eletrônicas, Gerenciadores de Bancos de Dados e Linguagem de Programação). Todos os laboratórios possuem infraestrutura necessária para acesso aos principais serviços disponíveis na Internet (www, FTP, Telnet, E-Mail,), possibilitando a pesquisa via web e facilitando a obtenção de material de forma atualizada e dinâmica. O *Campus* de Palmas dispõe de 03 Laboratórios de Informática.

6.4 Recursos audiovisuais

O *Campus* de Palmas tem fornecido equipamentos de multimeios para apoiar o processo de ensino-aprendizagem nos diversos cursos como: televisores; telas de projeção; projetor multimídia (data show) + CPU; Projetor de slides; DVD; mesas de som; amplificadores; caixas de Som; Microfone. Os projetores multimídia estão disponíveis para agendamento de uso nas coordenações e setores específicos, além de estarem instalados em algumas salas de aula do *Campus*.

6.5 Acessibilidade para portador de necessidades especiais

As edificações foram construídas para dar acesso e uso a quem, eventualmente, tem alguma dificuldade de locomoção.

1– entradas principais com rampas;

2– a maioria das dependências de uso geral está posta no andar térreo (biblioteca, laboratórios, auditórios, protocolo, tesouraria e secretaria acadêmica);

3– os sanitários, tanto masculino como feminino, são adequados para cadeirantes e portadores de necessidades especiais;

4– todas as salas de aula são no andar térreo e no caso de andares superiores há o equipamento elevador;

5– são reservadas vagas especiais no estacionamento.

6.6 Sala de Direção do *Campus* e coordenação do Curso

A sala da Direção do *Campus* de Palmas localiza-se atualmente no Bloco de Apoio Logístico Acadêmico (BALA II), pavimento superior. A sala da Coordenação do Curso de Licenciatura em Filosofia está situada, também, no Bloco de Apoio Logístico Acadêmico (BALA II). As salas de aulas e de reunião encontram-se localizadas nos blocos J e D.

6.7 Futuras Instalações no *Campus* de Palmas

Tomando como referência o PDI da UFT consta como previsão de expansão para os anos de 2016 a 2020 da construção de Laboratórios Específicos com a metragem total de 2.908,56 m2.

6.8. Centro Universitário Integrado de Ciência, Cultura e Arte - CUICA

É um espaço cultural, sem fins lucrativos, com auditório para teatro, dança, cinema e espetáculos musicais. As atividades desenvolvidas em suas instalações serão de cunho cultural e dividem-se nos seguintes espaços:

- Auditório, com capacidade para 500 pessoas;
- Cinema e teatro, também para 500 pessoas;
- Espaço Pedro Tierra para artes visuais ï com exposições permanentes e temporárias.

Os objetivos principais do CUICA são criar um espaço de fomento e divulgação da cultura contemporânea regional e oferecer espetáculos de teatro, dança e música, mostras de

artes visuais, projeções de cinema e vídeo, oficinas, debates e cursos, além de manter sob sua guarda expressivo acervo cultural permanente do Estado do Tocantins.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARDOINO, J. Entrevista com Cornelius Castoriadis. In: BARBOSA, J. G. (Org.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação.** São Paulo: Ufscar, 1998.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1998.

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2001

BRASIL. Lei no. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

_____. Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

_____. Lei no. 11.788 de 25/9/2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2008.

_____. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1999.

_____. Conselho nacional de Educação. Resolução no. 02/1997, de 26 de junho de 1997. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação Profissional em nível médio. Brasília: MEC/CNE, 1997.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 492/2001, de 03 de3 abril de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia. Brasília: MEC/CNE, 2001

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP no. 009/2001, de 08 de maio de 2001. Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2001.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP no. 021/2001, de 06 de agosto de 2001. Estabelece a duração e carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2001.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP no. 027/2001, de 02 de outubro de 2001. Dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2001.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP no. 028/2001, de 02 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, a duração

e carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2001.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1/2002, de 18 de fevereiro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2002.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 12, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Filosofia. Brasília: MEC/CNE, 2002.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução no. 2/2002, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2002.

_____. Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/CNE, 2004.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 38/2006. Brasília: MEC/CNE, 2006.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de Agosto de 2006. Altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: MEC/CNE, 2015.

BURNHAM, T. F. Complexidade, multirreferencialidade, subjetividade: três referências polêmicas para a compreensão do currículo escolar. In: BARBOSA, J. G. (Org.). **Reflexões em torno da abordagem multirreferencial**. São Paulo: Edufscar, 1998, p. 35-55.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber.** Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

DOLL Jr., William E. **Currículo:** uma perspectiva pós-moderna. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

FAZENDA, Ivani C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papirus, 1994.

MACEDO, R. S. **Chrysallís, currículo e complexidade**: a perspectiva crítico-multirreferencial e o currículo contemporâneo. Salvador: Edufba, 2002.

MARTINS, J. B. Abordagem multirreferencial: contribuições epistemológicas e metodológicas para os estudos dos fenômenos educativos. São Paulo, S. Carlos: UFSCAR, 2000.

MORIN, Edgar. **O paradigma perdido: a natureza humana.** Lisboa: Europa América, 1973.

_____. **Ciência com consciência**. Sintra: Europa-América, 1994.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

SANTOMÉ, J. Torres. **Globalização e interdisciplinaridade:** o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

UFT. Projeto Político Institucional (PPI). Palmas: UFT, 2007.

_____. Projeto Político Institucional. Palmas: UFT, 2015.

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2020. Palmas: UFT, 2016.

_____. Planejamento Estratégico (PE) 2014-2022. Palmas: UFT, 2014.

ANEXOS

ANEXO I - NORMATIVA DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ANEXO II - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

ANEXO III - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ANEXO IV ï REGIMENTO DO CURSO DE FILOSOFIA

ANEXO V - MANUAL DE BIOSSEGURANÇA

ANEXO I - NORMATIVA SOBRE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PÁLMAS

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CONSEPE

N° 009/2005

Dispõe sobre alterações na Resolução no 04/2005 deste Conselho, que traz o regulamento das Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins UFT.

PALMAS
2005

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Art. 1o - Compete ao Colegiado do Curso analisar e dirimir quaisquer dúvidas à interpretação deste regulamento, bem como suprir lacunas que venham a surgir, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários e comunicando à Pró-Reitoria de Graduação as adequações efetuadas.

TÍTULO I

Das Considerações Gerais

CAPÍTULO I

Da Caracterização das Atividades Complementares

Art. 2o - A presente Resolução tem por finalidade regulamentar as atividades complementares dos cursos da Universidade Federal do Tocantins, que compõem o núcleo flexível do currículo dos cursos de graduação, sendo o seu integral cumprimento indispensável para colação de grau.

Art. 3o - As atividades complementares dos cursos da Universidade Federal do Tocantins terão carga horária global definida pelos projetos político-pedagógicos, em conformidade com a legislação vigente e afeta a cada um dos cursos, devendo o seu cumprimento ser distribuído ao longo do curso.

Parágrafo Único ï Em todos os casos não serão incluídas no cômputo as atividades previstas pelas Diretrizes Curriculares dos cursos em outra modalidade de atividade acadêmica.

Art. 4o - As atividades complementares dos cursos da Universidade Federal do Tocantins são obrigatórias e estão divididas em três tipos, assim discriminadas:

I - Atividades de Ensino;

II - Atividades de Pesquisa;

II - Atividades de Extensão.

CAPÍTULO II

Da Operacionalização das Atividades Complementares

Art. 5o ï As Atividades de Ensino compreendem:

a. disciplinas complementares não previstas no currículo dos Cursos e cursadas na UFT e/ou em outras IES;
b. atividades de monitoria;
c. participação em minicursos;
d. cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira.

Parágrafo único - As Atividades referidas no inciso I só poderão ser consideradas se não aproveitadas para convalidar outras disciplinas do currículo.

Art. 6o - As Atividades de Pesquisa compreendem:

- livro publicado;
- capítulo de livro;
- projetos de iniciação científica;
- projetos de pesquisa institucionais;
- artigo publicado como autor (periódico com conselho editorial);
- artigo publicado como coautor (periódico com conselho editorial);
- artigo completo publicado em anais como autor;
- artigo completo publicado em anais como coautor;
- resumo em anais;
- participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos.

Art. 7o - As Atividades de Extensão compreendem:

1. autoria e execução de projetos;
2. participação na organização de eventos, congressos, seminários, workshops, etc.;
3. participação como conferencista em conferências, palestras, mesas-redondas, etc.;
4. participação como ouvinte em eventos, congressos, seminários, workshops, etc.;
5. apresentação oral de trabalhos em congressos, seminários, workshops, etc.;
6. participação como ouvinte em conferências, palestras, mesas-redondas, etc.;
7. apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em congressos, seminários, workshops, etc.;
8. participação em oficinas;
9. visitas técnicas e dia de campo;
10. estágios extracurriculares;
11. representação discente em órgãos colegiados (Consuni, Consepe, Congregação, etc.);

12. representação discente (UNE, UEE, DCE e CAs);
13. organizar e ministrar minicursos.

CAPÍTULO III

Da Validação das Atividades Complementares

Art. 8o ï Os documentos comprobatórios das Atividades Complementares deverão ser encaminhados ao Coordenador do Curso até 31 de maio no primeiro semestre; e 31 de outubro no segundo semestre.

Art. 9o - O aproveitamento das horas de Atividades Complementares será divulgado na primeira quinzena do mês de agosto, relativo ao primeiro semestre do ano anterior; e na primeira quinzena de março, relativo ao segundo semestre do ano em curso.

Parágrafo único ï No caso de aluno formando, o aproveitamento será divulgado no prazo da publicação das notas do semestre.

Art. 10 ï O pedido de registro das Atividades Complementares será feito pelo interessado, perante Protocolo Geral e encaminhado para parecer da Coordenação dos Cursos, seguindo para a Secretaria Acadêmica.

Parágrafo único ï Os documentos originais serão devolvidos ao interessado após conferência e certificação na cópia entregue, sob a responsabilidade funcional.

Art. 11 ï O aluno que discordar da quantificação atribuída à Atividade Complementar poderá, no prazo de três (03) dias após a publicação, apresentar pedido de revisão da mesma ao Coordenador de Curso.

Parágrafo único ï Da decisão do Coordenador de Curso cabe recurso ao Colegiado do Curso em última instância.

Art. 12 ï Somente terão validade para cômputo, como Atividades Complementares, as realizadas pelo acadêmico durante o período de graduação nos cursos, exceto as atividades do Art. 5o, inciso I desta Resolução.

Art. 13 - Todas as Atividades Complementares executadas devem ser comprovadas através de documento, fornecido pelo organizador do evento ou atividade.

Art. 14 - A carga horária total das Atividades Complementares será definida no projeto político-pedagógico do curso.

TÍTULO II

Das Disposições Transitórias

Art. 15 - Compete ao Colegiado do Curso analisar e dirimir quaisquer dúvidas à interpretação deste regulamento, bem como suprir lacunas que venham a surgir, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários e comunicando à Prograd as adequações efetuadas.

Art. 16 - Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palmas, 16 de dezembro de 2005

ANEXO

MODALIDADE	**TIPO**	**CRÉDITOS**
ENSINO	I ï Disciplinas complementares não previstas no currículo dos Cursos e cursadas na UFT e em outra IES (por Disciplina);	05
	II - Atividades de monitoria (por semestre)	05
	III - Organizar e ministrar minicursos (por minicurso);	05
	IV ï Participação como ouvinte em minicursos (por minicurso);	03
	V - Cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira (por curso);	02
PESQUISA	I ï Livro Publicado; II ï Capítulo de Livro;	50
	III ï Projetos de Iniciação Científica;	20
	IV ï Projetos de Pesquisa Institucionais;	15
	V ï Artigo publicado como autor (periódico com conselho editorial);	10
	VI - Artigo publicado como coautor (periódico com conselho editorial);	10
	VII ï Artigo completo publicado em anais como autor; (exceto o t.c. c)	
	VIII- Artigo completo publicado em anais como autor;	05
	IX ï Resumo em anais;	05
	X ï Participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos.	03
		03

EXTENSÃO	I ï Autoria e execução de projetos;	15
	II ï Participação na organização de eventos (congressos, seminários, workshop, etc.).	10
	III - Participação como conferencista em (conferências, palestras, mesas-redondas, etc.)	10
	IV - Participação como ouvinte em eventos (congressos, seminários, workshop, etc.)	05
	V - Apresentação oral de trabalhos em (congressos, seminários, workshop, etc.)	05
	VI ï Participação como ouvinte em (conferências, palestras, mesas-redondas, etc.)	03
	VII - Apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em (congressos, seminários, workshop, etc.)	03
	VIII ï Participação em oficinas;	03
	IX ï Visitas técnicas;	03
	X ï Estágios extracurriculares (cada 80 horas);	03
	XII ï Representação discente em órgãos colegiados (CONSUNI, CONSEPE, etc. por semestre);	03
	XIII - Representação discente (UNE, UEE, DCE, CAs etc. por semestre)	02

ANEXO II

REGULAMENTO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

CAPÍTULO I
IDENTIFICAÇÃO

Art. 1º O presente regulamento trata da normatização das atividades de estágio obrigatório e não obrigatório do curso de Licenciatura em Filosofia no *Campus* de Palmas.

§1º Os estágios supervisionados obrigatórios são relativos à Prática de Ensino do Curso de Licenciatura em Filosofia da UFT/Palmas.

§2º As normatizações ora dispostas apresentam consonância com a nota técnica de estágios obrigatórios e não obrigatórios elaborada pela Prograd-UFT.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 2º O estágio supervisionado obrigatório tem como objetivos: possibilitar a vivência da prática docente, vinculando os estudos pedagógicos e filosóficos à atuação docente em educação básica, pesquisando alternativas para o ensino, questionando e problematizando o processo de ensino-aprendizagem de Filosofia.

Art. 3° O estágio não-obrigatório objetiva a ampliação da formação profissional do estudante por meio das vivências e experiências próprias da situação profissional em instituições conveniadas com a UFT de acordo com assinatura do termo de compromisso.

DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º O estágio supervisionado obrigatório está organizado em três disciplinas denominadas Estágio Supervisionado I; Estágio Supervisionado II e Estágio Supervisionado III.

Art. 5º O aluno deve cumprir sequencialmente as etapas do estágio, de forma que necessariamente seja aprovado na disciplina Estágio Supervisionado I para ter acesso à matrícula no Estágio Supervisionado II. Da mesma forma, deverá necessariamente ser aprovado na disciplina Estágio Supervisionado II para ter acesso à matrícula em Estágio Supervisionado III. Em casos excepcionais, se o aluno realizar duas disciplinas de estágio ao mesmo tempo, respeitando a sequência das etapas, deverá cumprir a carga horária prática em escolas diferentes.

CAPÍTULO IV
PROGRAMAÇÃO DE ESTÁGIO E DURAÇÃO

Art. 6º A duração dos estágios obrigatórios totaliza 405h e compreende um conjunto de ações planejadas por professores vinculados ao colegiado do curso, as quais devem ser cumpridas integralmente pelo acadêmico matriculado.

§1º Os estágios supervisionados I, II e III totalizam 405h, cada disciplina compreendendo 135h de atividades. A carga horária de todos os estágios está dividida entre 60h teóricas e 75h práticas.

Art. 7º A programação de cada estágio ficará a cargo do professor responsável e envolverá o desenvolvimento de estratégias que visem o estabelecimento permanente do ciclo de ação/reflexão/ação ao longo do processo de docência, bem como a articulação entre as atividades/discussões na disciplina e a prática do estágio nas instituições escolares.

§1º A responsabilidade pela realização de todas as atividades curriculares será assumida pelo acadêmico - estagiário, de comum acordo com os profissionais das instituições e sob a avaliação dos professores de estágio.

§2º Todas as atividades planejadas pelo estagiário, antes de implementadas, deverão ser aprovadas pelo professor da disciplina de estágio, assegurada a participação coletiva nas decisões.

CAPÍTULO V
LOCAIS DE REALIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS

Art. 8º As atividades de estágio propostas serão desenvolvidas em instituições de ensino particulares ou públicas, de acordo com as possibilidades da instituição escolar, preferencialmente na cidade de lotação do curso.

Parágrafo único ï em casos especiais, serão aceitos estágios em outras instituições como ONGs e centros que comprovem atividades ligadas ao ensino de Filosofia.

Art. 9º A escolha da instituição para a realização do estágio fica a critério do professor de estágio, aberta a possibilidade de escolha pelo estagiário desde que com a autorização prévia dos responsáveis, o aceite do diretor e do professor da instituição e a disponibilidade de vagas.

CAPÍTULO VI
AVALIAÇÃO

Art. 10º A avaliação do estagiário cabe ao professor da disciplina de Estágio da UFT, considerando critérios específicos apresentados ao estagiário no início do semestre e no regimento acadêmico da Universidade.

Parágrafo único ï ao professor da instituição que recebe o estagiário caberá uma avaliação do trabalho do mesmo de acordo com critérios estabelecidos pelo professor do estágio.

CAPÍTULO VII
DAS ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art. 11 Ao acadêmico que se habilitar ao estágio compete:

I- participar de todas as atividades dos estágios;

II- comprometer-se com suas atividades docentes tanto na turma em que estagia, quanto com o/a professor/a responsável da escola e com a direção da mesma;

III- cumprir com as normas escolares;

IV- cuidar e zelar pelos locais e recursos didáticos disponibilizados pela escola;

V- avisar qualquer ausência inesperada com antecedência;

VI- cumprir as normas do presente regulamento.

CAPÍTULO VIII
DAS ATRIBUIÇÕES DOS SUPERVISORES DE ESTÁGIO

Art. 12 Compete aos supervisores de Estágio:

I- possibilitar ao estagiário o embasamento teórico necessário ao desenvolvimento da proposta de estágio.

II- orientar o estagiário nas diversas fases do estágio, relacionando bibliografias e demais materiais de acordo com as necessidades evidenciadas pelo aluno;

III- orientar e controlar a execução das atividades do estagiário;

IV- acompanhar o planejamento do estágio, quadro de horários e relatórios;

V- realizar uma avaliação em todas etapas de desenvolvimento do estágio, desde as aulas na universidade até a regência na escola.

CAPÍTULO IX
DAS ATRIBUIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Art. 13 Compete às instituições escolares que recebem os estagiários:

I - permitir o uso dos espaços disponíveis na escola, como salas de aula, biblioteca, laboratórios, auditórios entre outros, pelo/a estagiário/a como melhor lhe convier;

II- permitir o uso de recursos audiovisuais disponíveis pela instituição;

III- tomar as devidas providências com o/a aluno/a estagiário/a que não cumprir com as normas da escola, ausentar-se durante o estágio ou mostrar falta de comprometimento e responsabilidade com a(s) turma(s) em que estagia ou com o/a professor/a titular da mesma.

DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO
CAPÍTULO X
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 14 O estágio não obrigatório é desenvolvido de forma complementar pelo acadêmico, além de sua carga horária regular de curso para obtenção de diploma.

Art. 15 O estágio não obrigatório pode ser desenvolvido em instituições conveniadas com a UFT, mediante termo de compromisso, desde que atendam os seguintes pré-requisitos:

I- pessoas jurídicas de direito privado;

II- órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III- profissionais liberais de nível superior registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional.

Art. 16 O tempo de duração de estágio não obrigatório não pode ultrapassar dois anos na mesma instituição, seis horas diárias e 30 horas semanais.

Art. 17 O estágio não obrigatório não estabelece vínculo empregatício entre acadêmico e a instituição conveniada.

Art. 18 Atividades de extensão, monitorias, iniciação científica, iniciação à docência e participação em organização de eventos vinculados a UFT ou nesta desenvolvidos não são considerados estágios não obrigatórios.

CAPÍTULO XI
DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 19 A elaboração do Plano de Trabalho do Estagiário deve ser formulada de acordo entre as três partes conveniadas (acadêmico, supervisor do estágio na UFT e instituição conveniada) de acordo com suas necessidades.

Art. 20 A avaliação do estagiário cabe ao professor da UFT e ao supervisor da instituição concedente.

Art. 21 Ao término do período de estágio, a unidade concedente emitirá um termo de realização de estágio.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22 Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelos professores responsáveis pelos estágios e, conforme a necessidade, deliberado pelo colegiado do curso.

Art. 23 Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

ANEXO III

REGIMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é desenvolvido no final do curso de licenciatura em Filosofia. Os alunos devem elaborar um trabalho acadêmico de caráter monográfico ou artigo publicado em periódico em Filosofia ou áreas afins indicadas na tabela *Qualis*/Capes relacionado a uma área específica de atuação.

Este trabalho deve possibilitar ao aluno uma organização sistemática dos conhecimentos adquiridos durante a sua formação no curso, além de lhe fornecer subsídios para o desenvolvimento de pesquisas e a descoberta de soluções no âmbito comunitário e escolar. Trata-se de um estudo aprofundado na Graduação sobre um determinado tema de interesse do aluno, vinculado às áreas de concentração do curso ou vinculado ao estágio.

NORMAS

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é pré-requisito obrigatório para a obtenção do título de Licenciado em Filosofia e tem como principais objetivos:

a) comprovar a assimilação dos conteúdos ministrados durante o curso;
b) permitir aos alunos a demonstração de habilidade discursiva para a área específica em que deseja atuar profissionalmente;
c) estimular a produção científica na área de Filosofia.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O presente Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no Curso de Filosofia.

Art. 2º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), elaborado pelos acadêmicos, consiste em um momento de potencialização e sistematização de habilidades e conhecimentos adquiridos ao longo da graduação na forma de pesquisa acadêmico-científica como produção individual.

Art. 3º - São objetivos do TCC:

a) oportunizar ao acadêmico a elaboração de um trabalho científico sob a forma de monografia ou artigo para publicação periódica, com desenvolvimento lógico, domínio conceitual e que tenha como objeto de análise um tema relacionado à Filosofia;

b) propiciar aos alunos do Curso de Filosofia a sistematização de conhecimentos resultantes de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica gerada a partir da prática de estágio ou vinculada às áreas de concentração do curso, vivenciadas no decorrer do Curso.

CAPÍTULO II
DO TRABALHO DE CONCLUSÃO

Art. 4º - O acadêmico deve elaborar seu projeto para nortear o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de acordo com o presente Regulamento e com as instruções do(a) professor(a) Coordenador(a) da disciplina e/ou professor(a) orientador(a).

Art. 5º - O projeto preliminar deve ser entregue ao professor(a) orientador(a) até a data estabelecida pelo cronograma da disciplina.

§1º - Cabe ao professor(a) orientador(a) a avaliação e aprovação dos projetos preliminares apresentados pelos acadêmicos.

§2º - Estando aprovado o projeto do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a mudança de tema só é permitida mediante a elaboração de novo projeto e mediante atendimento dos seguintes requisitos:

I. Ocorrer a mudança dentro de um prazo não superior a quinze dias, contados a partir da aprovação do projeto TCC;

II. Haver aprovação do professor(a) orientador(a).

Art. 6º - Conforme deliberação do Colegiado do curso de Filosofia, o acadêmico que tiver um artigo publicado em periódico de Filosofia ou áreas afins, com avaliação *Qualis* da CAPES, durante a vigência da sua graduação, poderá solicitar ao Colegiado a dispensa do TCC.

CAPÍTULO III
DO PROFESSOR DAS DISCIPLINAS TCC I E TCCII

Art. 7º - O Colegiado do Curso de Filosofia deverá ter em sua matriz curricular a oferta das disciplinas TCC I e TCC II.

Parágrafo único. O(s) professor(es) dessas disciplinas poderá(ão) assumi-las em caráter de rodízio e caberá a ele(s) toda a coordenação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Art. 8º Ao(s) professor(es) das disciplinas TCC I e TCC II compete, em especial:

I - atender aos acadêmicos concluintes do curso;

II - convocar, sempre que necessário, reuniões com os professores orientadores e acadêmicos;

III - negociar com os professores do curso a orientação para os alunos que não tiverem um orientador;

IV - elaborar cronograma de atividades a serem desenvolvidas no decorrer do semestre, em conformidade com o calendário acadêmico;

V - receber o projeto de pesquisa e os relatórios parciais;

VI - manter fichário atualizado, onde conste o nome e dados de identificação do aluno em fase de elaboração da monografia ou artigo para publicação periódica com título do trabalho, nome do professor orientador e atividades desenvolvidas;

VII - realizar seminários para que os acadêmicos apresentem os resultados de suas pesquisas, sob forma de exame de qualificação;

VIII - coordenar e acompanhar o acadêmico, visando ao cumprimento do Plano de Trabalho e à sua eventual reestruturação;

IX - indicar ao Coordenador de Curso as bancas examinadoras;

X - receber as monografias e artigos para publicação periódica ou encaminhá-los para as bancas examinadoras;

XI - publicar editais, respeitado o prazo deste regulamento, fazendo constar data, hora e local em que será realizada a audiência pública, bem como o nome dos membros que compõem a banca examinadora;

XII - manter arquivo atualizado das atas das audiências públicas;

XIII - providenciar o encaminhamento à biblioteca central da versão em capa dura, bem como o CD das monografias aprovadas;

XIV - tomar, no âmbito de sua competência, todas as demais medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste regulamento;

XV - publicar no início de cada ano, as temáticas dos trabalhos de conclusão de curso aprovadas pelo colegiado;

XVI - intermediar contatos entre o professor orientador e entidades, as quais serão contatadas pelo orientador.

CAPÍTULO IV
DOS PROFESSORES ORIENTADORES

Art. 9º - O Trabalho de Conclusão de Curso é desenvolvido sob a orientação de um professor do curso.

Parágrafo único. O Trabalho de Conclusão de Curso é atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação de parte do tempo de ensino dos professores à atividade de orientação.

Art. **10º -** Cabe ao acadêmico, nos prazos estabelecidos neste regimento e pelo(s) professor(es) de TCC I e TCC II, escolher o professor orientador, devendo, para esse efeito, realizar o convite levando em consideração a disciplina ministrada pelo professor e/ou sua condição de pesquisador no curso.

Parágrafo único. Ao assinar o termo de compromisso, o professor estará aceitando a sua orientação.

Art. 11 - Na situação em que não encontre nenhum professor que se disponha a assumir a sua orientação, deverá o acadêmico procurar o(s) professor(es) de TCC I e TCC II, a fim de que este(s) lhe indique(m) um orientador.

Parágrafo único. Na indicação de professores orientadores, o(s) professor(es) de TCC I e TCC II deve(m) observar as áreas de interesse dos professores, bem como a distribuição equitativa de orientandos entre eles.

Art. 12 - Cada professor pode orientar, no máximo, 3 (três) alunos por semestre.

Parágrafo único. A carga horária mensal, por aluno, destinada à orientação do Trabalho de Conclusão de Curso, para fins do cômputo da carga didática do docente no Plano de Trabalho, obedece às normas específicas em vigor na Universidade.

Art. 13 - A substituição de orientador só é permitida quando outro docente assumir formalmente a orientação, mediante ciência expressa do professor substituído e aquiescência do(s) professor(es) de TCC I e TCC II.

§ 1º - O requerimento de substituição deverá ser justificado por escrito;

§ 2º - A substituição somente poderá ocorrer até 30 (trinta) dias contados do início do último semestre letivo para a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 3º - É da competência do(s) professor(es) de TCC I e TCC II a solução de casos especiais, podendo ele(s), se entender necessário, encaminhá-los para decisão do Coordenador do Curso.

Art. 14 O professor orientador tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

I- frequentar as reuniões convocadas pelo(s) professor(es) de TCC I e TCC II;

II- atender mensalmente seus orientandos em horário previamente fixado;

III- entregar relatório das atividades de orientação, mensalmente;

IV- avaliar o projeto de monografia que lhe for entregue pelo orientando, que deverá ser acompanhado de parecer de admissibilidade;

V - avaliar os relatórios parciais que lhes forem entregues pelo orientando no decorrer da elaboração da monografia;

VI - autorizar ou não a entrega do projeto de pesquisa;

VII - autorizar ou não o depósito das cópias de monografia para defesa ou artigo para publicação periódica, observados os prazos estabelecidos;

VIII - presidir a banca examinadora, na defesa da monografia do aluno sob sua orientação, competindo-lhe:

a) proceder à abertura e ao encerramento protocolares dos trabalhos;

b) conduzir as arguições do candidato pelos examinadores;

c) reunir-se, reservadamente, após o término da apresentação e arguição do trabalho, com os membros da banca examinadora, para a avaliação final;

d) comunicar o resultado da avaliação final do candidato;

e) providenciar o preenchimento da folha de avaliação e encaminhá-la ao setor competente;

IX - cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Art. 15 - A responsabilidade pela elaboração da monografia ou do artigo para publicação periódica é integralmente do aluno, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

Art. 16 - O professor orientador tem o direito de declinar do seu dever de orientação para com o orientando que não mantiver contato com o orientador por 30 (trinta) dias consecutivos,

observado o cronograma proposto pelas disciplinas TCC I e TCC II e demais prazos estipulados neste regulamento.

CAPÍTULO V
DO PROJETO DE PESQUISA

Art. 17 - O aluno deve elaborar seu projeto de pesquisa de acordo com o *Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científicos da Universidade Federal do Tocantins*, aprovado pela Resolução CONSUNI nº 36/2017[3], e que é parte integrante desse Regimento, bem como, de acordo com as orientações do seu Professor Orientador, observando para que não haja incompatibilidade entre as fontes de orientação aqui apontadas.

Parágrafo Único. A estrutura formal do projeto deve seguir os critérios técnicos estabelecidos pelo *Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científicos da Universidade Federal do Tocantins*, bem como suas futuras atualizações, que refletem as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), no que tange às suas aplicações.

Art. 18 - A estrutura do projeto compõe-se de:

I - Capa;

II - Folha de rosto;

III - Tema delimitado;

IV - Formulação do problema;

V - Hipóteses;

VI - Justificativa;

VII - Objetivos;

VIII - Revisão da Literatura ou Pressupostos Teóricos;

IX - Metodologia;

X ï Plano de Trabalho;

XI - Cronograma de atividades;

XII - Orçamento;

XIII - Parecer de admissibilidade do professor orientador;

[3] **Link de acesso:** http://download.uft.edu.br/?d=26aa9df8-23d2-4809-86ba-d34de50c5b96;1.0:Manual%20de%20Trabalhos%20Acad%C3%AAmico-Ci%C3%AAnt%C3%ADficos%20da%20UFT.pdf

XIV ï Referências.

Art. 19 - Cabe ao(s) professor(es) das disciplinas TCC I e TCC II atribuir(em) nota ao aluno.

Art. 20 - Aprovado o projeto de pesquisa, a mudança de tema só será permitida mediante elaboração de um novo projeto e preenchimento dos seguintes requisitos:

I - ocorrer a mudança dentro de um prazo não superior a 15 (quinze) dias, contados da data de início do período letivo;

II - haver a aprovação do professor orientador;

III - existir a concordância do professor orientador em continuar com a orientação;

IV - haver aquiescência do(s) professor(es) de TCC I e TCC II.

Parágrafo Único. Pequenas mudanças, que não comprometam as linhas básicas do projeto, são permitidas a qualquer tempo, desde que autorizadas pelo orientador.

CAPÍTULO VI
DA MONOGRAFIA E DO ARTIGO PARA PUBLICAÇÃO PERIÓDICA

Art. 21 - A estrutura da monografia e do artigo para publicação periódica compõe-se de acordo com as normas da ABNT e especificações do *Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científicos da Universidade Federal do Tocantins*.

Art. 22 - A monografia e o artigo para publicação periódica devem ser apresentados preenchendo os seguintes requisitos:

I - Impressos em papel tamanho A4, fonte Times New Roman ou Arial 12, em espiral;

II - No caso da monografia, o seu corpo (introdução, desenvolvimento e conclusão) deve possuir no mínimo 20 (quarenta e cinco) páginas;

III - No caso do artigo científico, o seu corpo deve possuir, no mínimo, 12 laudas e, no máximo, 20 laudas;

IV ï A monografia será depositada junto à Coordenação do Curso de Filosofia, em três vias impressas, de igual teor e forma.

Parágrafo único: após a defesa, o discente deverá apresentar uma cópia impressa, em capa dura, conforme as especificações da Biblioteca, e outra em CD, em formato PDF, em sete dias após a defesa, com as devidas correções apontadas pela banca, que será encaminhada à Biblioteca do Campus.

Art. 23 - A versão final da monografia é defendida pelo aluno perante banca examinadora constituída por três membros, dentre os quais figurará o orientador do(a) acadêmico(a) como o Presidente da sessão, e dois professores que tenham especial afinidade com o tema do Trabalho de Conclusão de Curso a ser defendido.

Parágrafo único: A banca deverá ser formada, preferencialmente, por professores com disciplinas afins.

Art. 24 - A comissão examinadora somente pode executar seus trabalhos com três membros presentes.

§1º - Não comparecendo algum dos professores designados para a banca examinadora, deve ser comunicada, por escrito, ao Coordenador do Curso.

§ 2º - Não havendo o comparecimento dos três membros da banca examinadora, deve ser marcada nova data para a defesa, sem prejuízo do cumprimento da determinação presente no parágrafo anterior.

Art. 25 - Todos os professores do Curso podem ser convocados para participarem das bancas examinadoras, preferencialmente em suas respectivas áreas de atuação, mediante indicação do(s) professor(es) de TTC I e TCC II e designado pelo Coordenador do Curso.

Parágrafo Único. Sempre que possível, será mantida a equidade no número de indicações de cada professor para compor as bancas examinadoras, procurando ainda evitar a designação de qualquer docente para um número superior a cinco bancas examinadoras por semestre, ressalvadas as bancas em que o professor figure como presidente.

CAPÍTULO VII
DA BANCA EXAMINADORA E DA AVALIAÇÃO

Art. 26 - As sessões de defesa das monografias serão públicas.

Parágrafo único. Não é permitido aos membros das bancas examinadoras tornarem públicos os conteúdos das monografias antes de suas defesas.

Art. 27 - A banca é soberana para tomar qualquer decisão e dirimir qualquer conflito existente durante a realização da mesma.

Art. 28 - A monografia será considerada aprovada se a média das notas dadas pelos membros da banca for superior a 7,0 (sete), sendo analisados os seguintes critérios:

I ï quanto ao trabalho escrito:

a) aspecto formal conforme as regras da ABNT e do *Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos-Científicos da Universidade Federal do Tocantins*, até 1,0 (um) ponto;

b) redação clara e correção gramatical, até 0,5 (meio) ponto;

c) redação estruturada e organizada de maneira lógica das partes, até 1,0 (um) ponto;

d) delimitação do tema, até 1,0 (um) ponto;

e) relação da metodologia com o tema, até 1,0 (um) ponto;

f) relação adequada entre a referência bibliográfica e o tema, até 1,0 (um) ponto;

g) abordagem crítica do tema, até 1,0 (um) ponto

II ï quanto à apresentação:

a) clareza e linguagem na apresentação, até 2,0 (dois) pontos;

b) consistência das respostas, até 1,0 (um) pontos;

c) postura perante a banca, até 0,5 (meio) ponto.

Art. 29 - A apresentação conterá:

I - 20 minutos de exposição do trabalho, pelo aluno;

II - 10 minutos reservados a cada membro da banca, para considerações e perguntas e para as respostas do aluno;

III - durante o prazo reservado a cada professor examinador é vedado a intervenção de outros membros da banca.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30 - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Coordenador do Curso de Filosofia e pelo(s) professor(es) de TCC I e TCC II.

Art. 31 - Esse regimento entra em vigor no segundo semestre de 2018, revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO V - MANUAL DE BIOSSEGURANÇA

(Institucional/UFT)